boletim boep
estatístico do emprego público

N.º 17

- 1.º semestre 2017 -

dezembro 2017

dgaep
direção-geral da administração e do emprego público

Nota introdutória

O BOEP — Boletim Estatístico do Emprego Público — é uma publicação semestral através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. Na nova série do BOEP, a partir do número 07, a informação disponibilizada é complementar à informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP – Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na SIEP 3.º trimestre 2017.

A informação disponibilizada centra-se no universo de entidades que compõem o sector das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo sector público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. O conjunto de dados e indicadores estatísticos de caracterização apresentados utilizam como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas, no final, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos.

O presente BOEP n.º 17 é consistente com os dados de emprego e remunerações da série, desde o 4.º trimestre 2011, publicada na SIEP do 3.º trimestre 2017, incluindo a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo de entidades definidas pelo INE, I.P. na aplicação do novo referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), em vigor e obrigatório em todos os Estados Membros da União Europeia a partir de setembro de 2014 (cf. *IV. Notas Técnicas*).

A informação estatística mais detalhada é apresentada em ficheiros *Excel*.

Boletim estatístico do emprego público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Realização: Departamento de Estatística do Emprego Público (DEEP)

Rua da Alfândega, n.º 5, 2.º
1149-095 Lisboa
deep@dgaep.gov.pt
http://www.dgaep.gov.pt/
ISSN: 2182-7303

dgaep
direção-geral da administração e do emprego público

Neste número

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 5

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia 5
2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector 9
   2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector 9
   2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector 12
3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo ... 13
   3.1 Dirigentes nas administrações públicas 13
   3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo 15
   3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo 17
   3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo 18
4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica 19
5. Trabalhadores portadores de deficiência 23

II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 24

6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público 24
7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público 25
8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público ... 27
9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público 29

III. OUTROS INDICADORES 30

10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I 30
11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS 32
12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS 38
13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado 41

IV. NOTAS TÉCNICAS 42

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS 46

SIGLAS, ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS

Países da União Europeia (UE):

AE-19: Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Portugal.

UE-28: AE-19; Bulgária; Croácia; Dinamarca; Hungria; Polónia; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.

Abr. - Abril
AC - Administração Central
Adm. – Administração/Administrações
AE – Área do Euro
AL – Administração Local
AP – Administrações Públicas
AR – Administração Regional
Bachar. - Bacharelato
BDAP – Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública de 2005
CAE Rev.3 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3
DEEP - Departamento de Estatística do Emprego Público
Dez. - Dezembro
DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
EPE – Entidade Pública Empresarial
Equiv. - Equivalente
EUROSTAT – Serviço de Estatística da União Europeia
FAS – Forças armadas e de segurança
GMM – Ganho médio mensal
H - Homens
Jun. - Junho
INE – Instituto Nacional de Estatística
INE/DCN – INE/Departamento de Contas Nacionais
Licenc. - Licenciado
M – Mulheres
N.º - Número
n.d. – Não disponível
NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Out. - Outubro
PIB – Produto Interno Bruto
Pop. - População
p.p. – Pontos percentuais
PT - Portugal
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RBMM – Remuneração base média mensal
Secund. – Secundário
Seg. - Segurança
SIEP – Síntese Estatística do Emprego Público
SIOE – Sistema de Informação da Organização do Estado
SME – Situação de Mobilidade Especial
T - Trimestre
UE – União Europeia
Var. – Variação
% - Percentagem

Sinais convencionais:

(-) Não aplicável ou valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador

NOTAS:

Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

Os quadros detalhados encontram-se disponíveis em formato Excel em www.dgaep.gov.pt

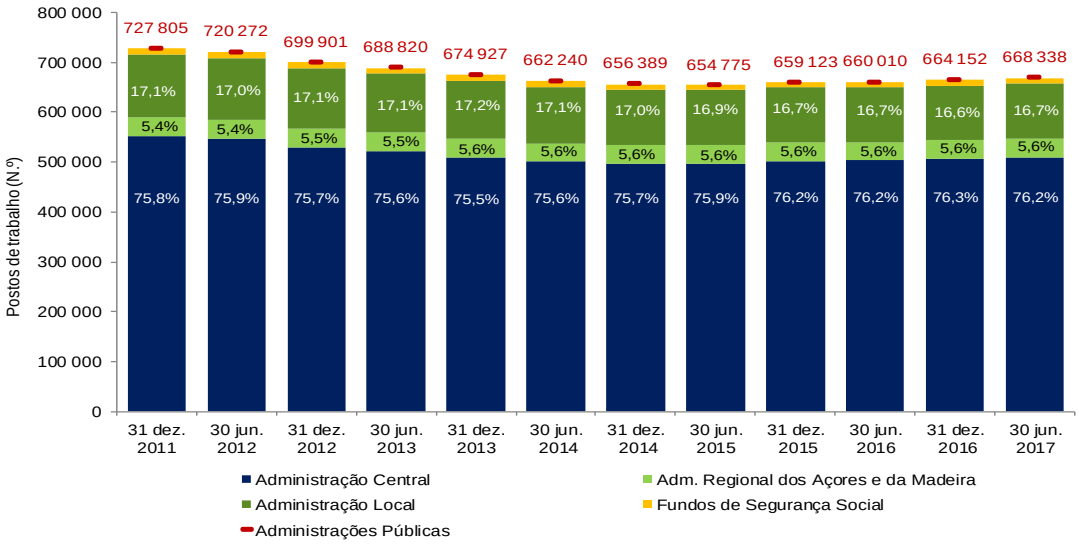
Consulte os Quadros Excel BOEP n.º 17

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

Em 30 de junho de 2017, o emprego nas administrações públicas situava-se nos 668 338 postos de trabalho, o que representa variações de menos 8,2% face a 31 de dezembro de 2011 (menos 59 467 postos de trabalho) e de 1,3% em termos homólogos (mais 8 328 postos de trabalho). Para este comportamento contribuiu essencialmente o subsector da administração central o qual representa 76,2% do emprego no sector das administrações públicas (Gráficos 1.1 e 1.2).

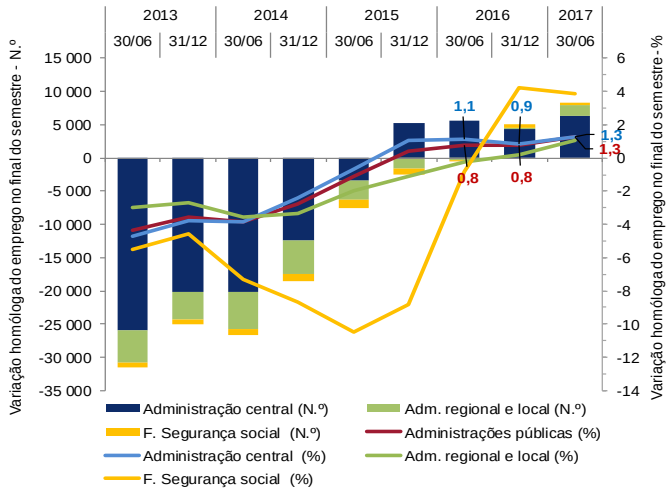
Gráfico 1.1 Emprego no sector das administrações públicas



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP - SIEP 3.ºT 2017

Gráficos 1.2 Emprego nas administrações públicas - variação homóloga no final do semestre

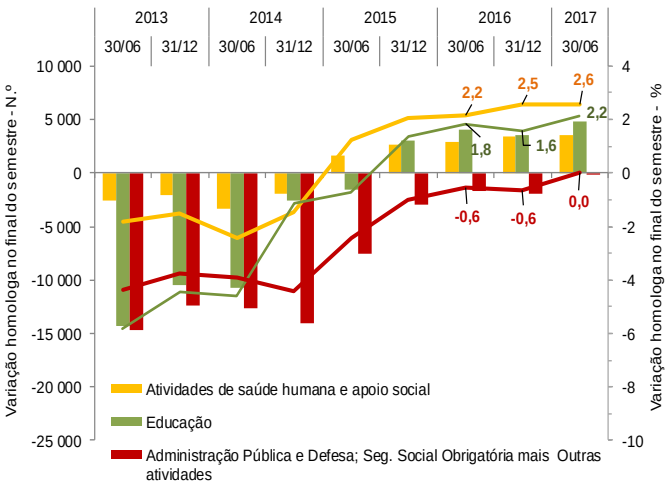
por subsector



Na análise do emprego por atividade económica são de salientar os contributos positivos para o crescimento do emprego nas administrações públicas, desde 2015, das atividades de educação e de saúde humana e apoio social, em contraponto com o comportamento dos indicadores para a atividade de administração pública, defesa e segurança social obrigatória, a qual mantém a tendência de perda de emprego em comparação com o semestre homólogo, ainda que a um ritmo bastante mais moderado do que nos anos de 2013 e 2014 (gráfico à direita).

Por subsector, na comparação relativa ao final de semestres homólogos, a administração central tem revelado, desde o final de 2015, crescimentos na ordem de 1% (gráfico à esquerda), variações explicadas em particular pelo comportamento da evolução do emprego nas atividades de educação e saúde humana e apoio social que representam no conjunto, acima de 67,1% do emprego na administração central.

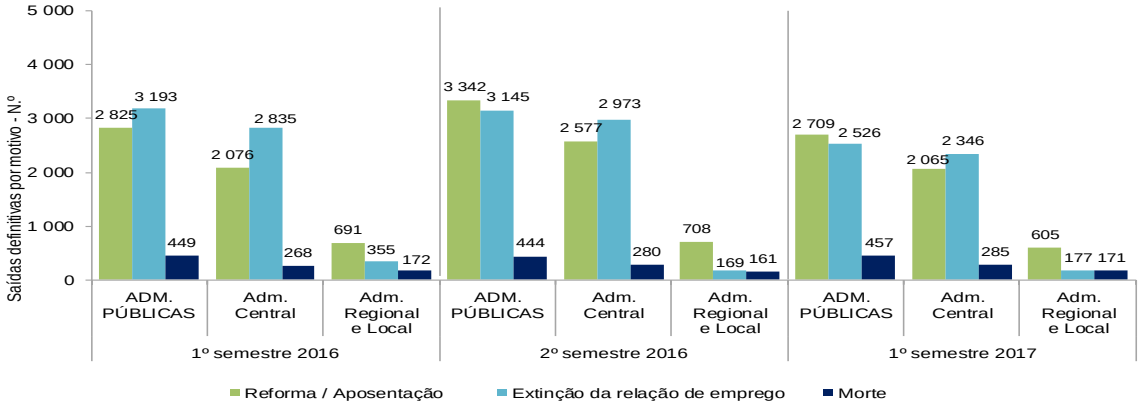
por atividade



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP - SIEP 3.ºT 2017*

Não considerando os fluxos de entradas e saídas de trabalhadores com contrato a termo (certo ou incerto), no primeiro semestre de 2017, a passagem à situação de reforma/aposentação (2 709) representa 47,6% dos principais motivos de saída definitiva de trabalhadores nas administrações públicas, 44,0% na administração central e 63,5% na administração regional e local (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP - SIEP 3.ºT 2017*

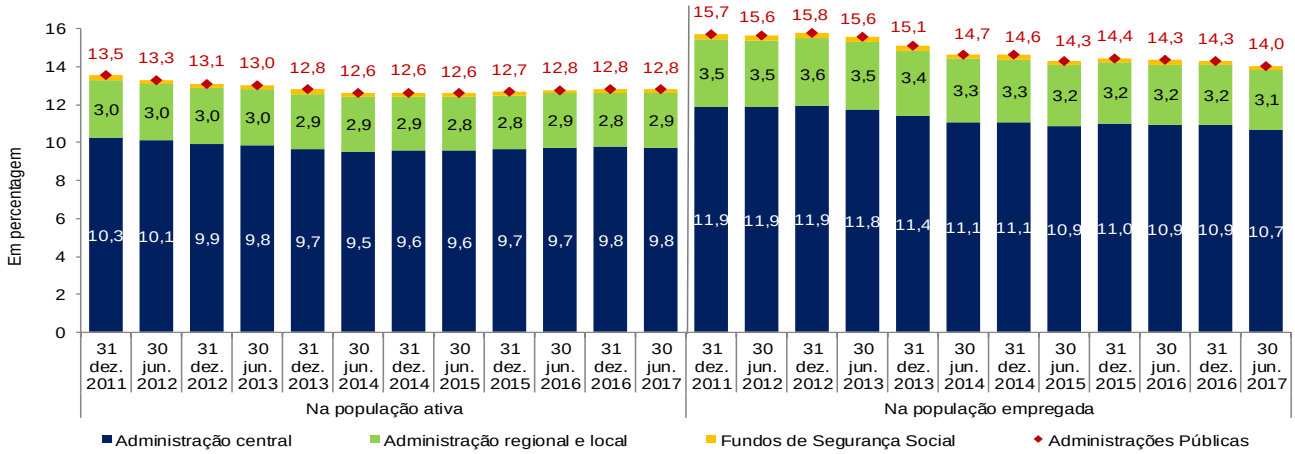
No 1.º semestre de 2017, em cada 100 trabalhadores que constituem a população ativa portuguesa (empregados e desempregados) 12,8 trabalhavam numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). O efeito da diminuição do emprego na administração central tem contribuído significativamente para a evolução deste indicador ao longo do período de referência, desde o final de 2011 (Gráfico 1.4).

Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 30 junho / 2.º trimestre 2017

	Emprego nas administrações públicas por sexo 30-jun-2017			Peso na população residente por sexo (%)			Peso na população ativa por sexo (%)			Peso na população empregada por sexo (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Administrações públicas	**269 398**	**398 940**	**668 338**	**5,5**	**7,4**	**6,5**	**10,1**	**15,6**	**12,8**	**11,0**	**17,2**	**14,0**
Administração central	191 848	317 435	**509 283**	3,9	5,9	**5,0**	7,2	12,4	**9,8**	7,9	13,7	**10,7**
Administração regional e local	75 606	73 268	**148 874**	1,6	1,4	**1,4**	2,8	2,9	**2,9**	3,1	3,2	**3,1**
Administração regional dos Açores	6 042	11 838	**17 880**	0,1	0,2	**0,2**	0,2	0,5	**0,3**	0,2	0,5	**0,4**
Administração regional da Madeira	5 718	13 549	**19 267**	0,1	0,2	**0,2**	0,2	0,5	**0,4**	0,2	0,6	**0,4**
Administração local	63 846	47 881	**111 727**	1,3	0,9	**1,1**	2,4	1,9	**2,1**	2,6	2,1	**2,3**
Fundos de Segurança Social	1944	8 237	**10 181**	0,0	0,2	**0,1**	0,1	0,3	**0,2**	0,1	0,4	**0,2**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP - SIEP 3.ºT 2017; INE - Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017*
Nota: Ver IV. Notas Técnicas

Gráfico 1.4 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada

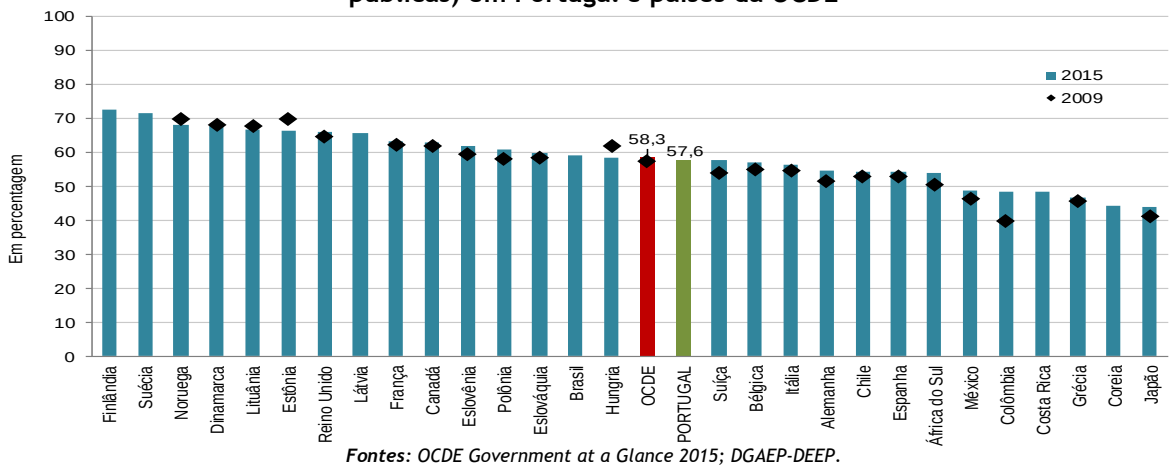


Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP - SIEP 3.ºT 2017; INE - Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017

Em Portugal, a taxa de feminização no sector público (administrações públicas e sociedades públicas) em 2015, encontrava-se praticamente ao nível do valor médio dos países da OCDE (Gráfico 1.5). Por outro lado, a estrutura por

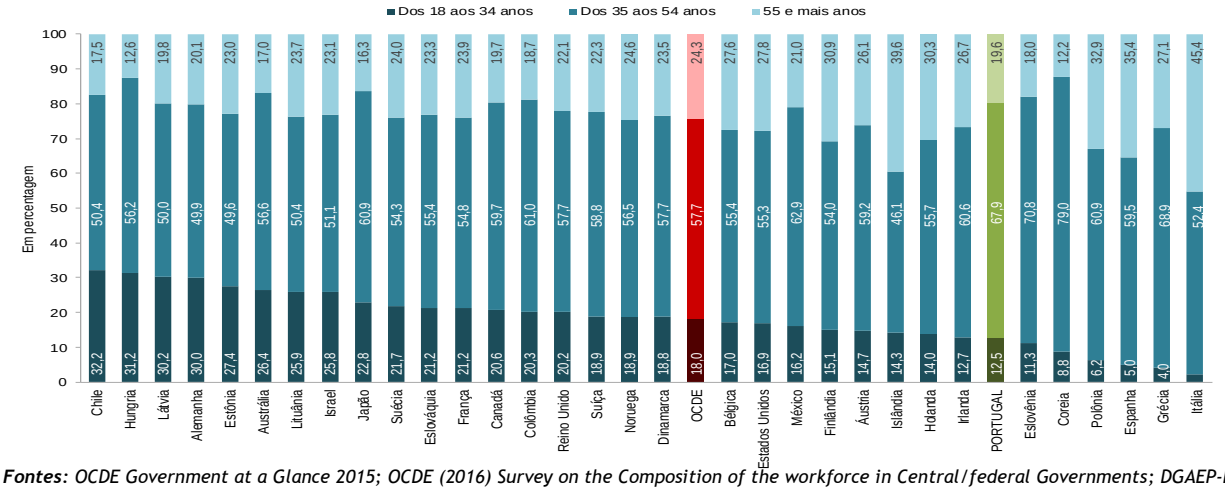
grupos etários dos trabalhadores na administração central (Gráfico 1.6) segue a tendência de envelhecimento das administrações centrais dos países da OCDE, apresentando, em média, mais trabalhadores com idades iguais ou superiores a 55 anos do que iguais ou inferiores a 34 anos (19,6% e 12,5% respetivamente).

Gráfico 1.5 Taxa de feminização no sector público (administrações públicas e sociedades públicas) em Portugal e países da OCDE



Fontes: *OCDE Government at a Glance 2015; DGAEP-DEEP.*

Gráfico 1.6 Estrutura por grupos etários dos trabalhadores na administração central em Portugal e países da OCDE, 2015 (*)



Fontes: *OCDE Government at a Glance 2015; OCDE (2016) Survey on the Composition of the workforce in Central/federal Governments; DGAEP-DEEP*

Nota: (*) OCDE – Dados do inquérito de 2016 para a administração central, excluindo, para todos os países: médicos, enfermeiros, docentes de todos os níveis de ensino, forças de segurança, militares e juízes, bem como trabalhadores no sector empresarial do Estado.

Em comparação com o índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em geral (48,9%) é de realçar a elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas onde, em média, mais de metade dos trabalhadores são mulheres (59,7%). Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira a taxa de feminização é particularmente elevada, respetivamente de 66,2% e 70,3% (Gráfico 1.7). Por outro lado, o nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas, medido pelo peso dos trabalhadores com ensino superior, é elevado (52,2%), situando-se 27,1 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa (Gráfico 1.8). O valor máximo deste indicador regista-se na administração central (57,8%) e o mínimo na administração local (26,0%).

Gráfico 1.7 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 30 junho / 2.º trimestre 2017

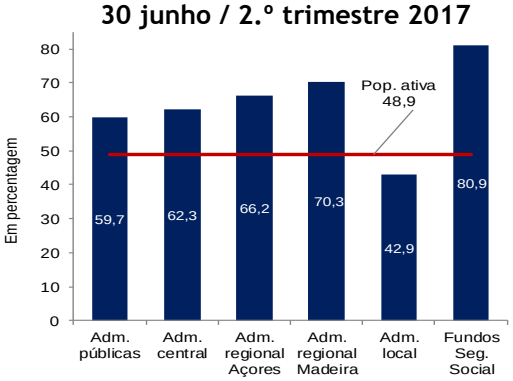
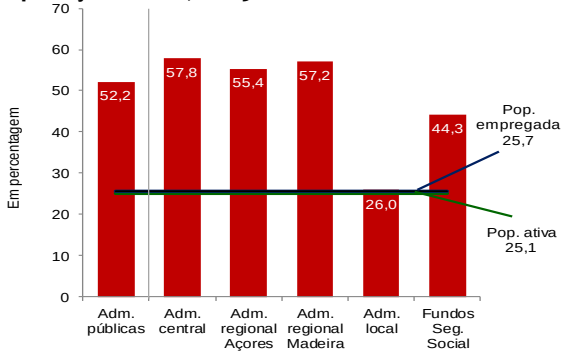


Gráfico 1.8 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 30 junho / 2.ºtrimestre 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP – SIEP 3.ºT 2017; INE – Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017*

Gráfico 1.9 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 2.º trimestre 2017 (ano terminado no trimestre)

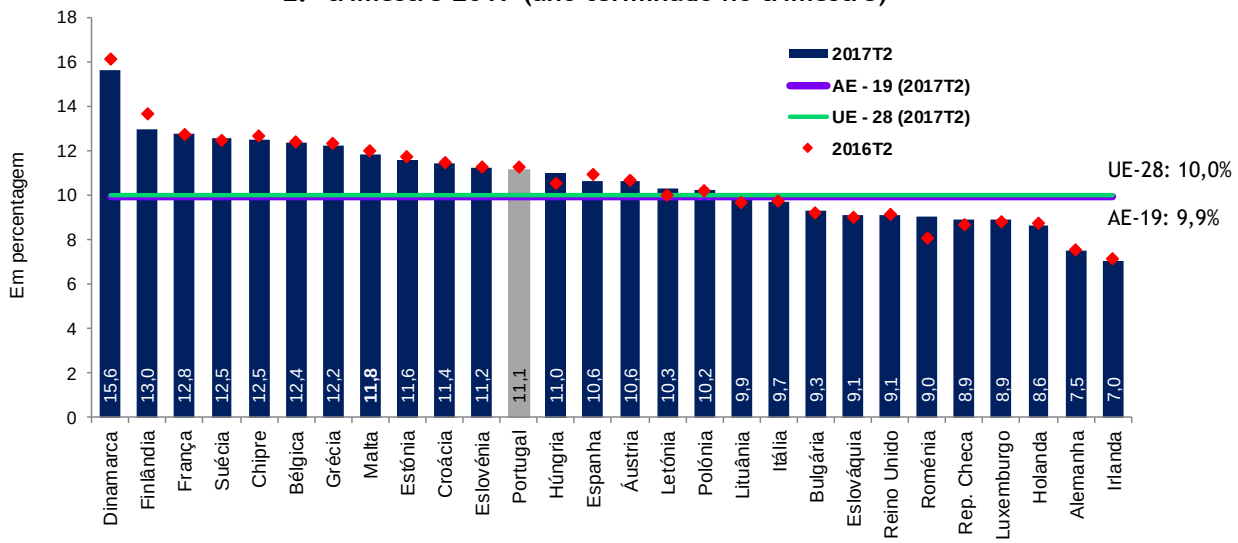


Gráfico 1.10 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)

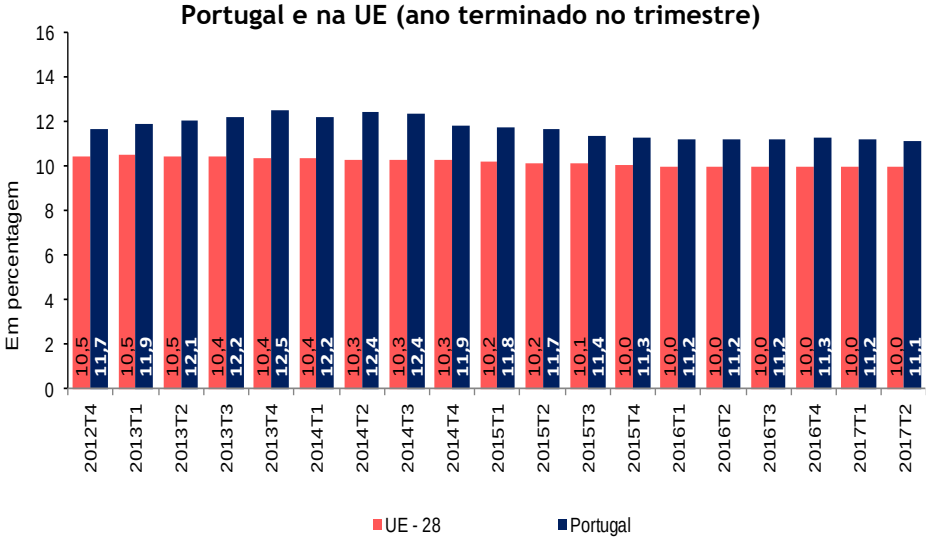
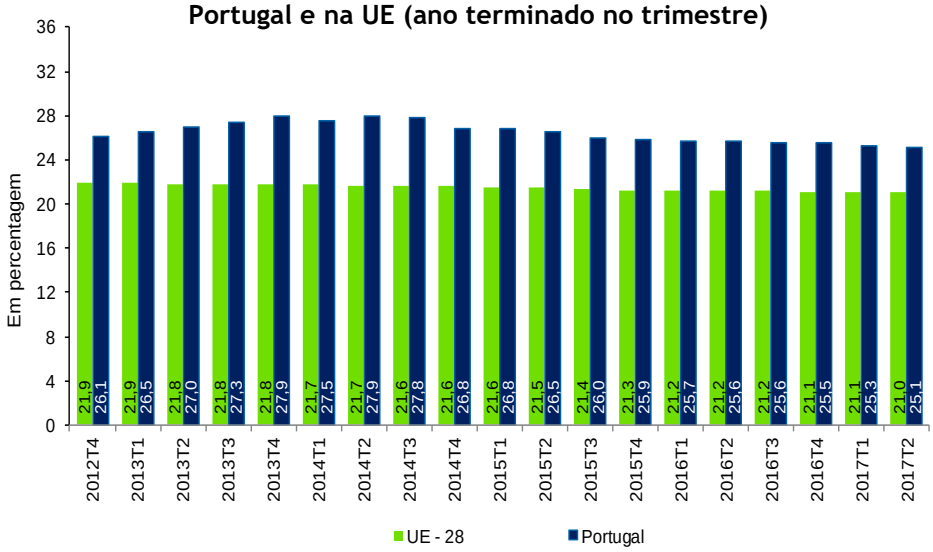


Gráfico 1.11 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)



As remunerações das administrações públicas em contas nacionais em Portugal, no ano terminado no 2.º trimestre de 2017, representavam 11,1% do PIB a preços correntes, situando-se 1,1 p.p. acima da média dos países da União Europeia (Gráficos 1.9 e 1.10).

Segundo a nova série de contas nacionais, com a aplicação do novo SEC 2010, no período considerado, Portugal integra o grupo de 24 países da União Europeia que apresentam um rácio das remunerações das administrações públicas nas remunerações do total da economia acima da média estimada (21,0%) para os 28 países da UE, entre os quais: Portugal (25,1%), Bélgica (25,2%), Hungria (25,3%), Roménia (25,3%), Suécia (26,8%), Finlândia (27,2%), Polónia (27,7%), Chipre (28,1), Malta (28,3%), Dinamarca (29,9%) e Grécia (36,4%).

Fontes (Gráficos 1.9 a 1.11): *EUROSTAT - Quarterly non-financial accounts for general government, SEC 2010, dados disponíveis em 30-11-2017. Ano terminado no trimestre = soma de 4 trimestres; DGAEP/DEEP*

2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector

2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector

Em 30 de junho 2017, 33,1% dos trabalhadores do conjunto das entidades das administrações públicas tinha entre 45 e 54 anos de idade e 25,8% com idades acima dos 54 anos (Quadro 2.1.1 e Gráfico 2.1.1). A idade média estimada para os trabalhadores das administrações públicas é de 46,7 anos, tendo aumentado 3,1 anos em comparação com o final de 2011. Não considerando as carreiras das Forças Armadas e de Segurança, a idade média dos trabalhadores civis das administrações públicas aumenta, de forma geral, para os 47,7 anos de idade, sendo a dos homens mais elevada (48,4 anos) relativamente à das mulheres trabalhadoras (47,4 anos) (Gráfico 2.1.2 e Quadro 2.1.2).

Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 30 junho 2017

Unidade: postos de trabalho

	Total Emprego	Estrutura (%)						
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	**668 338**	**1,9**	**11,2**	**28,1**	**33,1**	**24,1**	**1,7**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**509 283**	**2,4**	**12,6**	**27,6**	**32,7**	**23,1**	**1,6**	**100,0**
Estado	**304 585**	**3,1**	**9,3**	**27,3**	**34,8**	**24,3**	**1,3**	**100,0**
Serviços e Fundos Autónomos	**196 622**	**1,4**	**17,7**	**28,1**	**29,5**	**21,4**	**1,9**	**100,0**
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	**501 207**	**2,4**	**12,6**	**27,6**	**32,7**	**23,2**	**1,6**	**100,0**
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	13 471	0,9	6,2	21,9	40,9	28,5	1,7	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	1 496	0,4	5,6	30,8	38,3	22,8	2,1	100,0
Ministério da Administração Interna	47 462	2,1	22,4	36,4	30,5	8,3	0,3	100,0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	5 892	0,0	1,4	13,2	36,0	45,3	4,0	100,0
Ministério do Ambiente	1 440	0,0	3,3	21,0	36,0	36,2	3,5	100,0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	38 377	0,8	8,3	29,0	34,4	24,6	3,0	100,0
Ministério da Cultura	2 008	0,1	3,2	17,2	37,0	38,8	3,8	100,0
Ministério da Defesa Nacional	33 427	23,5	28,0	19,2	20,2	8,4	0,6	100,0
Ministério da Economia	2 791	0,0	3,4	23,3	38,0	30,8	4,5	100,0
Ministério da Educação	174 722	0,1	3,7	27,6	37,9	29,2	1,5	100,0
Ministério das Finanças	12 380	0,0	2,1	24,7	33,2	38,9	1,1	100,0
Ministério da Justiça	15 230	0,3	5,8	26,2	39,5	27,4	0,9	100,0
Ministério do Mar	755	0,0	3,4	20,1	36,8	35,9	3,7	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	2 783	0,2	7,8	26,2	30,6	29,5	5,7	100,0
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	2 551	0,1	1,8	21,1	37,9	35,8	3,5	100,0
Ministério da Saúde	30 405	0,1	16,4	28,3	26,6	26,1	2,5	100,0
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	4 985	0,0	1,5	24,7	46,3	25,9	1,6	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	110 544	2,1	23,4	28,5	27,1	17,6	1,3	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	488	0,0	0,0	4,3	21,1	61,1	13,5	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	**8 076**	**1,0**	**14,0**	**30,0**	**31,8**	**21,5**	**1,6**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**148 874**	**0,4**	**7,0**	**29,6**	**34,1**	**26,7**	**2,2**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**17 880**	**0,3**	**11,6**	**31,0**	**31,6**	**23,1**	**2,5**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**19 267**	**0,3**	**7,7**	**34,1**	**34,2**	**22,3**	**1,5**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**111 727**	**0,4**	**6,1**	**28,6**	**34,5**	**28,1**	**2,3**	**100,0**
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**10 181**	**0,0**	**1,4**	**27,5**	**36,2**	**32,7**	**2,1**	**100,0**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	8 247	0,0	1,1	28,5	35,6	32,8	2,0	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	534	0,0	3,9	28,3	37,6	28,5	1,7	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	1 400	0,0	1,9	21,7	39,5	33,7	3,1	100,0

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: (i) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República; (ii) Sector Empresarial inclui todas as unidades empresariais públicas reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais em SEC 2010; (iii) Todos os trabalhadores ex-SME, os trabalhadores no regime de requalificação e no novo regime da valorização profissional, instituído pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, que revoga o anterior regime de requalificação.

Gráfico 2.1.1 Estrutura etária por níveis de administração

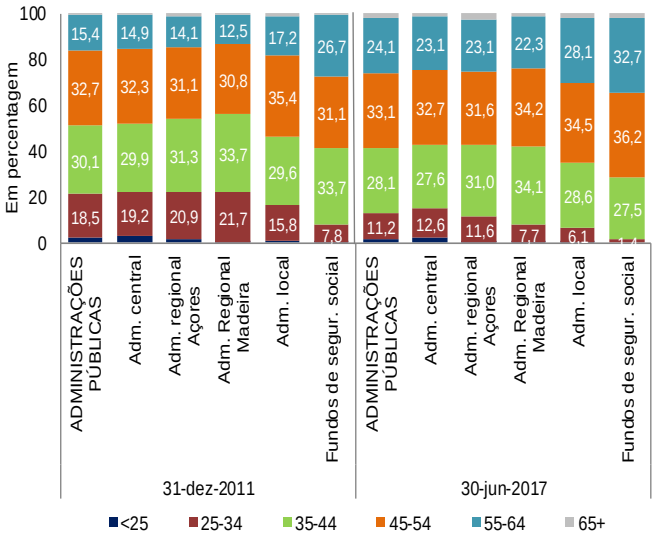
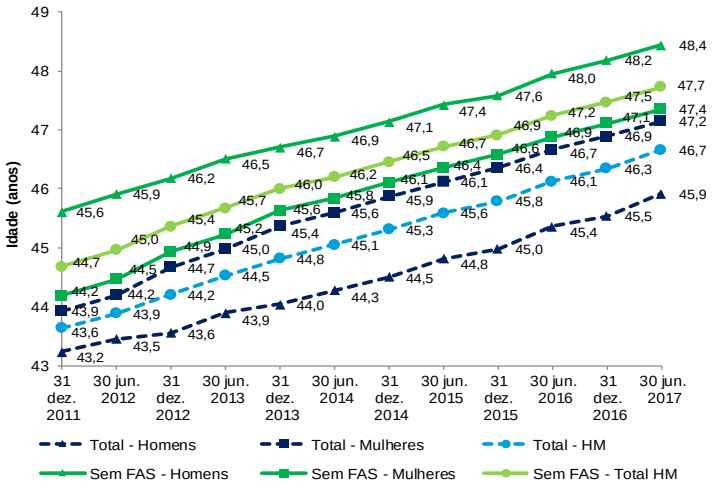


Gráfico 2.1.2 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem Forças Armadas e de Segurança

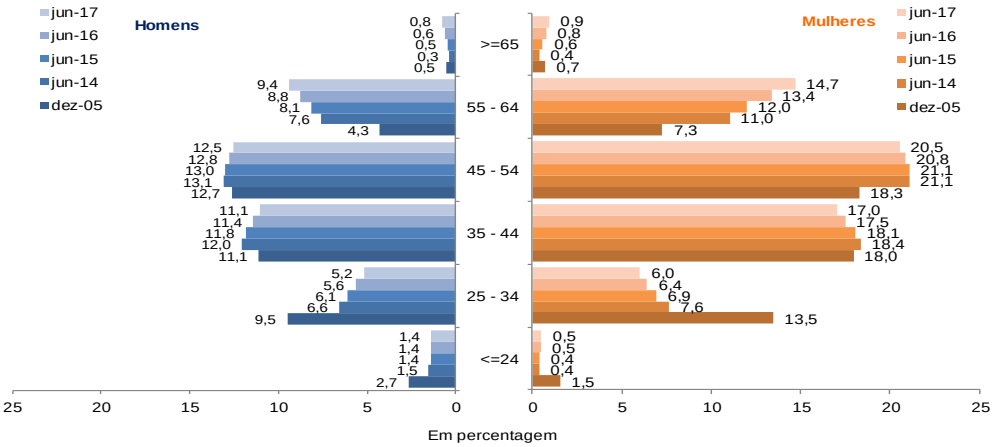


Sem FAS - excluindo Forças Armadas e de Segurança

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

No primeiro semestre de 2017 face ao final de 2005, observa-se uma evolução no mesmo sentido em ambos os sexos na distribuição dos trabalhadores por escalões etários: uma quebra acentuada do número de trabalhadores entre os 25 e os 34 anos, mais evidente no caso das mulheres (menos 7,5 p.p.), em contraponto com o aumento do número de trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas, a partir dos 55 anos (Gráfico 2.1.3). Esta evolução reflete essencialmente o "congelamento" ou reduzido número de novas admissões nas administrações públicas, particularmente nos últimos anos. Em termos globais, a idade média das mulheres nas administrações públicas é superior em 1,3 anos em relação à dos homens, explicado pelo contributo da diferença de idades médias para os dois sexos na administração central (2,5 anos) (Quadro 2.1.2).

Gráfico 2.1.3 Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005 e junho 2014 a junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); BDAP 2005; DGAEP/DEEP*

Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, ministério e sexo, 30 junho 2017

	Idade média estimada (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	**45,9**	**47,2**	**46,7**	**35,8**	**16,6**	**24,1**	**39,1**	**29,7**	**33,4**
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	*48,5*	*47,4*	*47,7*	*11,8*	*14,5*	*13,5*	*25,2*	*28,4*	*27,3*
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**44,6**	**47,1**	**46,1**	**54,0**	**18,7**	**30,2**	**47,8**	**30,8**	**36,7**
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	*48,0*	*47,3*	*47,5*	*15,4*	*16,0*	*15,8*	*28,1*	*29,1*	*28,8*
Estado	**43,6**	**48,8**	**46,7**	**73,3**	**7,1**	**26,9**	**52,2**	**18,7**	**30,5**
Serviços e Fundos Autónomos	**46,5**	**44,8**	**45,3**	**27,9**	**41,0**	**36,1**	**40,5**	**51,1**	**47,4**
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	**44,6**	**47,1**	**46,2**	**54,4**	**18,5**	**30,2**	**48,0**	**30,5**	**36,6**
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	50,0	48,2	48,9	6,2	14,5	11,3	11,1	18,3	15,6
Presidência do Conselho de Ministros	48,0	47,9	47,9	12,9	7,9	10,3	25,9	20,7	22,9
Ministério da Administração Interna	41,5	43,2	41,7	144,3	69,1	128,1	69,5	66,6	69,2
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	54,1	52,7	53,4	0,5	0,6	0,5	4,0	5,9	5,0
Ministério do Ambiente	52,0	50,6	51,2	0,9	1,8	1,3	10,3	13,3	12,1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	48,1	47,5	47,8	13,4	11,0	12,1	27,8	28,8	28,3
Ministério da Cultura	51,1	52,1	51,8	3,5	1,5	2,1	13,6	6,1	8,5
Ministério da Defesa Nacional	34,9	41,6	36,2	742,0	115,9	445,4	187,6	85,9	161,5
Ministério da Economia	50,1	50,8	50,5	3,5	0,7	1,8	16,8	10,4	12,7
Ministério da Educação	49,6	49,0	49,1	3,5	2,7	2,9	17,4	17,4	17,4
Ministério das Finanças	50,2	51,0	50,7	1,1	1,2	1,2	8,7	7,8	8,2
Ministério da Justiça	46,7	50,3	48,5	17,3	3,6	8,8	22,2	9,3	15,2
Ministério do Mar	50,9	51,5	51,2	0,8	3,4	2,2	14,9	8,5	11,2
Ministério dos Negócios Estrangeiros	49,6	49,0	49,3	9,1	6,2	7,4	23,9	25,7	25,0
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	52,0	51,1	51,5	1,3	1,3	1,3	8,6	8,0	8,2
Ministério da Saúde	46,8	46,5	46,6	21,7	21,2	21,3	51,1	39,3	41,8
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	50,8	49,3	49,7	1,3	1,8	1,6	7,4	7,7	7,6
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	44,7	42,8	43,4	47,0	71,7	62,8	53,8	71,6	65,8
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	57,0	59,1	58,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,4	1,2
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	**46,3**	**45,7**	**45,9**	**25,2**	**27,8**	**27,0**	**37,2**	**44,0**	**42,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**49,2**	**47,2**	**48,2**	**7,1**	**9,4**	**8,0**	**21,6**	**28,1**	**24,7**
- Excluindo Forças de Segurança (Polícia Municipal) -	*49,3*	*47,2*	*48,2*	*7,0*	*9,3*	*7,9*	*21,3*	*27,9*	*24,5*
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**47,6**	**46,4**	**46,8**	**13,9**	**20,6**	**18,0**	**31,3**	**36,8**	**34,9**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**47,5**	**46,8**	**47,0**	**7,3**	**9,7**	**8,9**	**28,4**	**30,3**	**29,7**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**49,5**	**47,5**	**48,6**	**6,5**	**6,6**	**6,6**	**20,2**	**25,5**	**22,4**
- Excluindo Forças de Segurança (Polícia Municipal) -	*49,6*	*47,5*	*48,7*	*6,4*	*6,5*	*6,4*	*19,8*	*25,2*	*22,1*
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**49,6**	**50,4**	**50,3**	**0,5**	**0,3**	**0,3**	**12,0**	**8,8**	**9,4**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	49,9	50,3	50,2	0,2	0,2	0,2	10,7	8,3	8,8
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	47,6	49,5	49,1	7,4	1,6	2,6	27,9	12,2	15,1
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	49,0	51,4	51,0	0,0	0,0	0,0	15,0	10,5	11,1

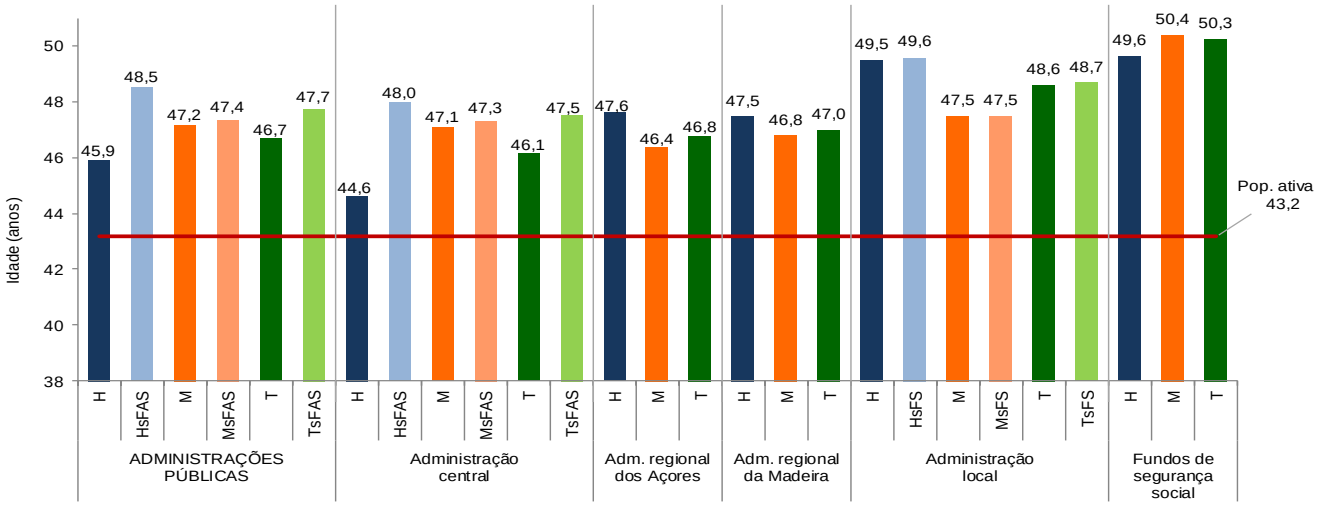
Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: (i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1. Ver também IV. Notas Técnicas – Conceitos

Em todos os subsectores das administrações públicas a idade média estimada (46,7 anos no global) é superior à da população ativa (43,2 anos), apresentando valores mais elevados nas entidades do subsector dos fundos de segurança social (50,3 anos) e na administração local (48,6 anos) (Gráfico 2.1.4).

Se excluirmos as carreiras das Forças Armadas e de Segurança, a idade média dos trabalhadores das administrações públicas e da administração central cresce em pelo menos um ano por efeito do agravamento do índice de juventude naquelas carreiras: de 46,7 anos para 47,7 anos no caso do indicador global para as administrações públicas e de 46,1 anos para 47,5 anos no caso da administração central.

Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem Forças Armadas e de Segurança) por sexo a 30 de junho 2017, em comparação com a população ativa no 2.º trimestre 2017



HsFA *- Homens excluindo Forças Armadas e de Segurança* ***MsFA*** *- Mulheres excluindo Forças Armadas e de Segurança*
TsFA*- Total excluindo Forças Armadas e de Segurança*

Fontes: *INE - Censos 2011 e Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017 (cálculos DGAEP/DEEP - ver IV. Notas Técnicas); DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017)*

Todos os subsectores das administrações públicas apresentam um índice de juventude inferior a 100, isto é, o número de trabalhadores com menos de 40 anos é inferior ao número de trabalhadores com 40 e mais anos de idade, situação que se tem vindo a agravar desde 2011. O indicador é particularmente baixo na administração local para a qual a idade média é também mais elevada: em junho de 2017, por cada 100 trabalhadores com mais de 40 anos registam-se apenas 22,4 trabalhadores com menos de 40 anos de idade (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.5).

A renovação dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas é reduzida: em 30 de junho de 2017 por cada 100 trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 anos e os 64 anos existem apenas 24,1 com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. Em 30 de junho do ano anterior, o índice de renovação era de 27,4, o que significa que no último ano se agravaram as condições de rejuvenescimento nas administrações públicas. Este índice de renovação reduz-se para apenas 13,5 quando excluídos os trabalhadores das Forças Armadas e de Segurança com maior número de jovens (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.6).

Gráfico 2.1.5 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)

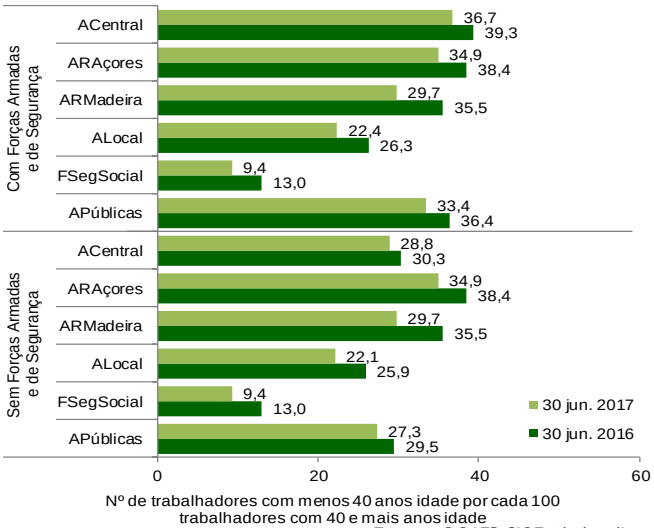
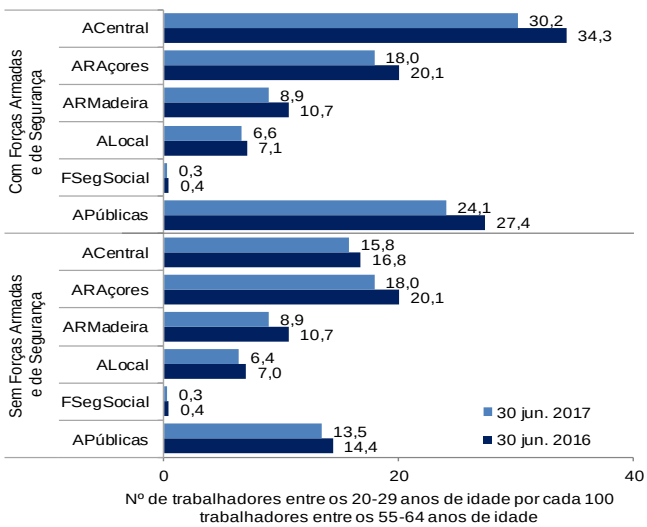


Gráfico 2.1.6 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: Cálculo dos índices - ver IV. Notas Técnicas

2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector

No primeiro semestre de 2017, os Ministérios que apresentam maior concentração de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior são os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (81,0%), da Educação (73,0%), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (67,8%), do Ambiente (66,6%), da Saúde (66,5%) e da Economia (66,4%). Em termos globais, no sector das administrações públicas mais de metade dos trabalhadores possuem ensino superior (52,2% face a 25,1% na população ativa total). Ainda assim, 154,8 mil postos de trabalho (23,2%) das administrações públicas estão ocupados com trabalhadores que possuem apenas o ensino básico, com peso mais significativo na administração local: 46,1% (Quadro 2.2.1). O nível de tecnicidade das mulheres nas administrações públicas assume um valor bastante acima do verificado para os homens, 36,0% e 16,2% respetivamente (Gráfico 2.2.1).

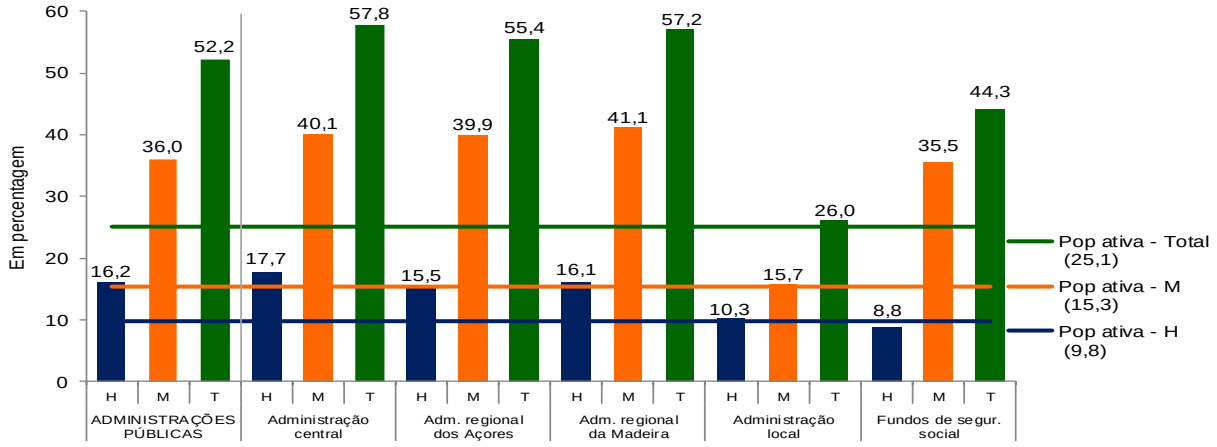
Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2017

Unidade: postos de trabalho	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino Superior			Total	Estrutura por subsector e ministério (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	**77 865**	**76 892**	**29 407**	**135 152**	**20 599**	**268 962**	**59 461**	**668 338**	**23,2**	**24,6**	**52,2**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**35 783**	**55 197**	**22 785**	**100 947**	**17 827**	**221 278**	**55 466**	**509 283**	**17,9**	**24,3**	**57,8**	**100,0**
Estado	18 608	38 073	16 213	69 732	7 625	134 031	20 303	304 585	18,6	28,2	53,2	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	16 212	16 105	6 464	29 423	10 001	83 714	34 703	196 622	16,4	18,3	65,3	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	34 820	54 178	22 677	99 155	17 626	217 745	55 006	501 207	17,8	24,3	57,9	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	276	980	4 297	2 195	88	5 270	365	13 471	9,3	48,2	42,5	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	32	115	82	321	17	716	213	1 496	9,8	26,9	63,2	100,0
Ministério da Administração Interna	3 699	12 073	5 289	21 474	172	3 871	884	47 462	33,2	56,4	10,4	100,0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	654	557	242	1 167	288	2 551	433	5 892	20,6	23,9	55,5	100,0
Ministério do Ambiente	50	125	52	254	27	776	156	1 440	12,2	21,3	66,6	100,0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1 737	1 617	624	3 313	230	9 345	21 511	38 377	8,7	10,3	81,0	100,0
Ministério da Cultura	139	282	75	497	27	793	195	2 008	21,0	28,5	50,5	100,0
Ministério da Defesa Nacional	1 844	8 245	1 369	14 673	451	5 261	1 584	33 427	30,2	48,0	21,8	100,0
Ministério da Economia	113	198	119	508	70	1 473	310	2 791	11,1	22,5	66,4	100,0
Ministério da Educação	11 187	13 516	2 049	20 352	5 889	105 560	16 169	174 722	14,1	12,8	73,0	100,0
Ministério das Finanças	199	425	1 265	3 973	458	5 571	489	12 380	5,0	42,3	52,6	100,0
Ministério da Justiça	1 102	2 301	1 684	5 597	253	3 997	296	15 230	22,3	47,8	29,8	100,0
Ministério do Mar	40	46	32	184	12	281	160	755	11,4	28,6	60,0	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	236	205	115	485	98	1 401	243	2 783	15,8	21,6	62,6	100,0
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	84	165	148	552	58	1 211	333	2 551	9,8	27,4	62,8	100,0
Ministério da Saúde	1 681	1 998	931	5 590	1 624	15 684	2 897	30 405	12,1	21,4	66,5	100,0
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	118	224	174	1 088	76	2 993	312	4 985	6,9	25,3	67,8	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	11 629	11 106	4 130	16 924	7 788	50 513	8 454	110 544	20,6	19,0	60,4	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	0	0	0	8	0	478	2	488	0,0	1,6	98,4	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	963	1 019	108	1 792	201	3 533	460	8 076	24,5	23,5	51,9	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**41 173**	**20 861**	**5 713**	**31 186**	**2 644**	**43 598**	**3 699**	**148 874**	**41,7**	**24,8**	**33,5**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**3 730**	**1 704**	**570**	**1 972**	**579**	**8 697**	**628**	**17 880**	**30,4**	**14,2**	**55,4**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**3 401**	**1 651**	**656**	**2 547**	**637**	**9 688**	**687**	**19 267**	**26,2**	**16,6**	**57,2**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**34 042**	**17 506**	**4 487**	**26 667**	**1 428**	**25 213**	**2 384**	**111 727**	**46,1**	**27,9**	**26,0**	**100,0**
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**909**	**834**	**909**	**3 019**	**128**	**4 086**	**296**	**10 181**	**17,1**	**38,6**	**44,3**	**100,0**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	290	450	712	2 698	117	3 693	287	8 247	9,0	41,3	49,7	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	31	147	111	102	1	137	5	534	33,3	39,9	26,8	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	588	237	86	219	10	256	4	1 400	58,9	21,8	19,3	100,0

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: (i) a (iii) Ver Notas Quadro 2.1.1

Gráfico 2.2.1 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 30 junho / 2.º trimestre 2017



Fontes: *INE - Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

3.1 Dirigentes nas administrações públicas

Em comparação com o período homólogo, observa-se um aumento de 3,5% do número total de dirigentes nas administrações públicas (1,4% nos homens e 5,6% nas mulheres), mais significativa na administração regional e local (4,6%) (Quadro e Gráfico 3.1.1).

A idade média global dos dirigentes nos diversos níveis de administração situa-se nos 49,3 anos, sendo mais elevada a dos dirigentes superiores de 1.º grau: 54,2 anos em média nas administrações públicas. A administração regional dos Açores constitui o subsector em que a idade média dos dirigentes é mais baixa (Gráfico 3.1.2).

Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo

Unidade: postos de trabalho	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL			FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL		
Designação	30 jun 2016	30 jun 2017	var (%)	30 jun 2016	30 jun 2017	var (%)	30 jun 2016	30 jun 2017	var (%)	30 jun 2016	30 jun 2017	var (%)
Total Dirigentes	**11 166**	**11 559**	**3,5**	**6 697**	**6 891**	**2,9**	**3 487**	**3 646**	**4,6**	**982**	**1 022**	**4,1**
Dirigente superior:	**1 642**	**1 627**	**-0,9**	**1 208**	**1 209**	**0,1**	**414**	**398**	**-3,9**	**20**	**20**	**0,0**
Dirigente Superior de 1.º grau	*601*	*603*	*0,3*	*346*	*359*	*3,8*	*249*	*238*	*-4,4*	*6*	*6*	*0,0*
Dirigente Superior de 2.º grau	*1 041*	*1 024*	*-1,6*	*862*	*850*	*-1,4*	*165*	*160*	*-3,0*	*14*	*14*	*0,0*
Dirigente intermédio:	**9 524**	**9 932**	**4,3**	**5 489**	**5 682**	**3,5**	**3 073**	**3 248**	**5,7**	**962**	**1 002**	**4,2**
Dirigente Intermédio de 1.º grau	*2 579*	*2 604*	*1,0*	*1 822*	*1 827*	*0,3*	*696*	*712*	*2,3*	*61*	*65*	*6,6*
Dirigente Intermédio de 2.º grau	*4 928*	*5 132*	*4,1*	*2 545*	*2 615*	*2,8*	*2 000*	*2 108*	*5,4*	*383*	*409*	*6,8*
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	*2 017*	*2 196*	*8,9*	*1 122*	*1 240*	*10,5*	*377*	*428*	*13,5*	*518*	*528*	*1,9*

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo

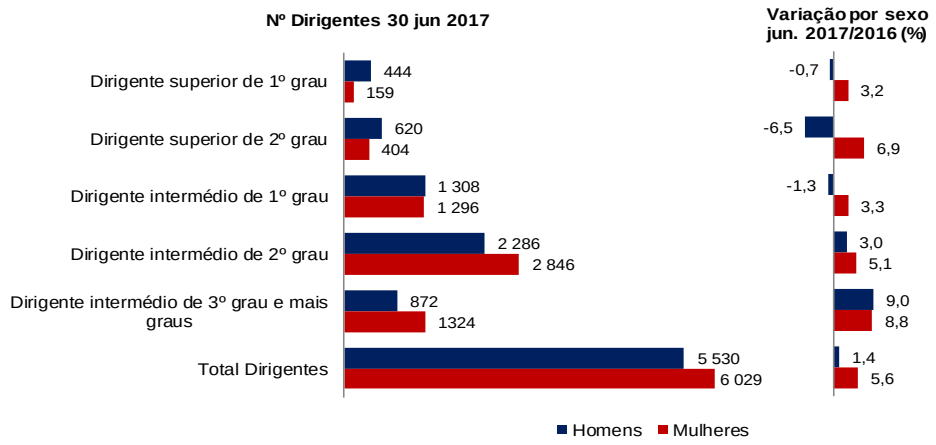
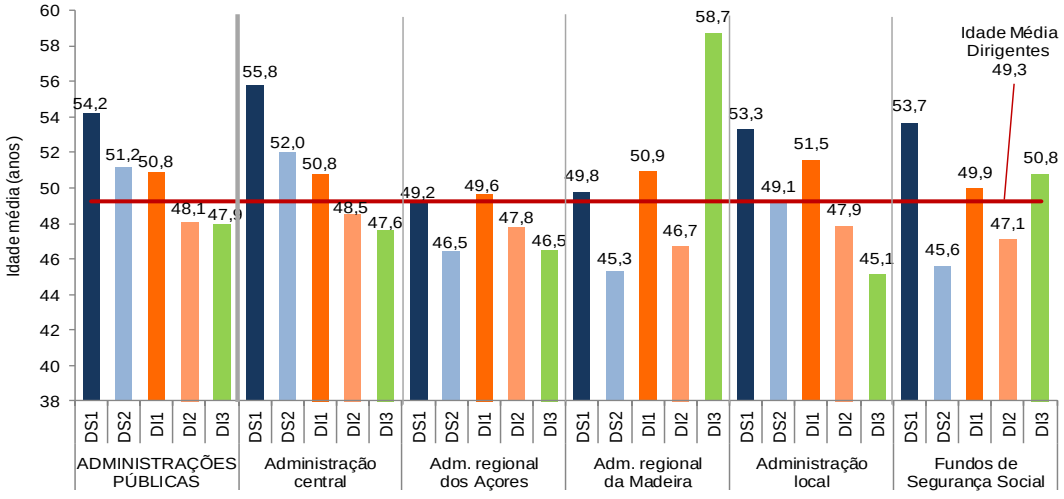


Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 30 junho 2017



DS1 *- Dirigente superior de 1º grau* ***DS2*** *- Dirigente superior de 2º grau* ***DI1*** *- Dirigente intermédio de 1º grau*
DI2 *- Dirigente intermédio de 2º grau* ***DI3*** *- Dirigente intermédio de 3.º e mais graus*

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

O total dos dirigentes no subsector da administração central são os que apresentam a remuneração base média mensal e ganho médio mensal mais elevados. Tendo em conta que 59,6% do total dos dirigentes das administrações públicas se encontra no subsector da administração central é relevante o aumento da remuneração base média mensal e do ganho médio mensal neste subsector face ao período homólogo, por efeito em particular da reposição gradual da redução remuneratória e da atualização do valor do subsídio de refeição (3,0% e 2,6% respetivamente) (Quadro 3.1.2, Gráfico 3.1.3 e Gráfico 3.1.5).

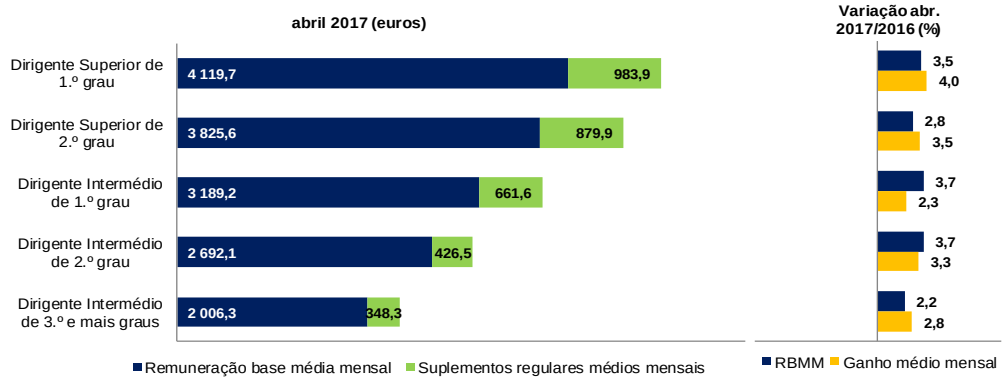
Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas

Unidade: euros

Designação	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
	Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)
Total Dirigentes	2 758,4	2 835,7	2,8	3 285,6	3 365,0	2,4	2 956,4	3 044,4	3,0	3 552,5	3 643,8	2,6	2 629,3	2 702,2	2,8	2 977,5	3 050,8	2,5	1 884,1	1 911,3	1,4	2 565,6	2 600,9	1,4
Dirigente superior:	**3 819,2**	**3 937,7**	**3,1**	**4 685,4**	**4 857,3**	**3,7**	**4 014,6**	**4 122,5**	**2,7**	**4 927,8**	**5 102,0**	**3,5**	**3 206,1**	**3 341,5**	**4,2**	**3 899,3**	**4 043,8**	**3,7**	**3 813,4**	**4 014,2**	**5,3**	**5 123,0**	**5 374,5**	**4,9**
Dirigente Superior de 1.º grau	*3 980,4*	*4 119,7*	*3,5*	*4 907,8*	*5 103,7*	*4,0*	*4 403,4*	*4 535,9*	*3,0*	*5 471,9*	*5 683,7*	*3,9*	*3 378,5*	*3 483,0*	*3,1*	*4 092,0*	*4 203,3*	*2,7*	*4 140,1*	*4 343,0*	*4,9*	*5 624,1*	*5 894,3*	*4,8*
Dirigente Superior de 2.º grau	*3 720,0*	*3 825,6*	*2,8*	*4 548,6*	*4 705,5*	*3,5*	*3 851,9*	*3 943,4*	*2,4*	*4 700,3*	*4 850,0*	*3,2*	*2 878,5*	*3 091,0*	*7,4*	*3 532,9*	*3 761,5*	*6,5*	*3 673,4*	*3 873,2*	*5,4*	*4 908,2*	*5 151,7*	*5,0*
Dirigente intermédio:	**2 592,1**	**2 669,7**	**3,0**	**3 066,1**	**3 140,3**	**2,4**	**2 741,5**	**2 832,1**	**3,3**	**3 273,2**	**3 356,8**	**2,6**	**2 562,0**	**2 632,4**	**2,8**	**2 869,8**	**2 942,3**	**2,5**	**1 844,1**	**1 869,4**	**1,4**	**2 512,5**	**2 545,5**	**1,3**
Dirigente Intermédio de 1.º grau	*3 075,3*	*3 189,2*	*3,7*	*3 763,5*	*3 850,7*	*2,3*	*3 144,8*	*3 262,0*	*3,7*	*3 872,0*	*3 949,6*	*2,0*	*2 882,1*	*2 992,5*	*3,8*	*3 432,5*	*3 547,7*	*3,4*	*3 175,1*	*3 281,7*	*3,4*	*4 244,7*	*4 368,0*	*2,9*
Dirigente Intermédio de 2.º grau	*2 596,2*	*2 692,1*	*3,7*	*3 018,4*	*3 118,5*	*3,3*	*2 676,3*	*2 800,7*	*4,7*	*3 149,1*	*3 277,3*	*4,1*	*2 547,8*	*2 626,0*	*3,1*	*2 810,9*	*2 894,2*	*3,0*	*2 318,4*	*2 331,3*	*0,6*	*3 221,8*	*3 243,6*	*0,7*
Dirigente Int. de 3.º e mais graus	*1 963,9*	*2 006,3*	*2,2*	*2 291,4*	*2 354,6*	*2,8*	*2 233,5*	*2 273,2*	*1,8*	*2 580,8*	*2 661,6*	*3,1*	*2 040,1*	*2 052,7*	*0,6*	*2 136,3*	*2 156,0*	*0,9*	*1 335,7*	*1 342,4*	*0,5*	*1 782,6*	*1 787,5*	*0,3*

***Fontes**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 3.1.3 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, abril 2017



***Fontes**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, abril 2017

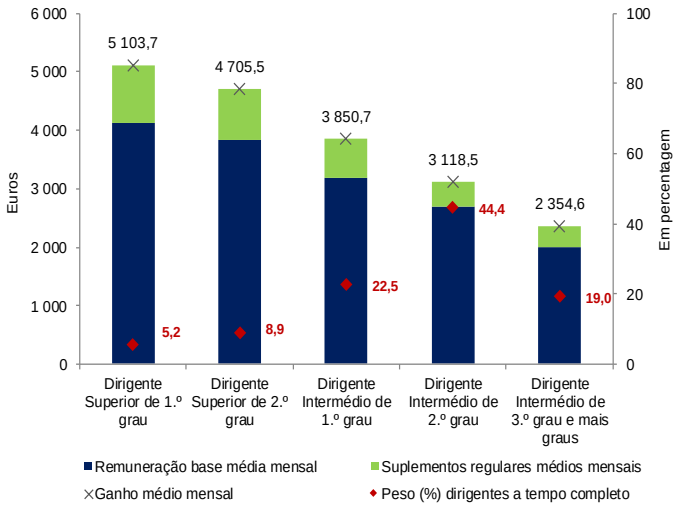
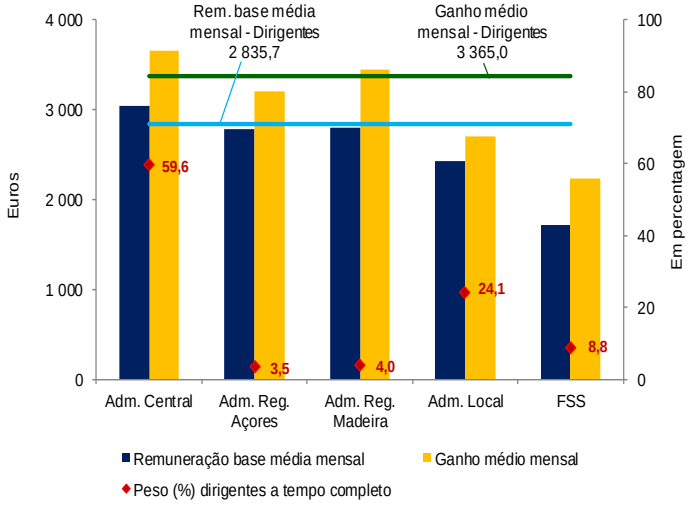


Gráfico 3.1.5 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por subsector, abril 2017



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP

3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

No total das administrações públicas, o cargo de dirigente superior e a carreira de oficial dos registos e notariado apresentam idades médias estimadas dos trabalhadores mais elevadas, 52,3 e 52,2 anos, respetivamente. As carreiras das Forças Armadas e de Segurança, bombeiro e enfermeiro observam um índice de renovação superior a 100. As carreiras no sector da saúde, de enfermagem, médica e técnicos de diagnóstico e terapêutica revelam índices de renovação e de juventude bastante acima da média por via da entrada de novos profissionais. A carreira das Forças Armadas destaca-se como a que tem o índice de juventude mais alto (238,1 para os homens e 741,8 para as mulheres).

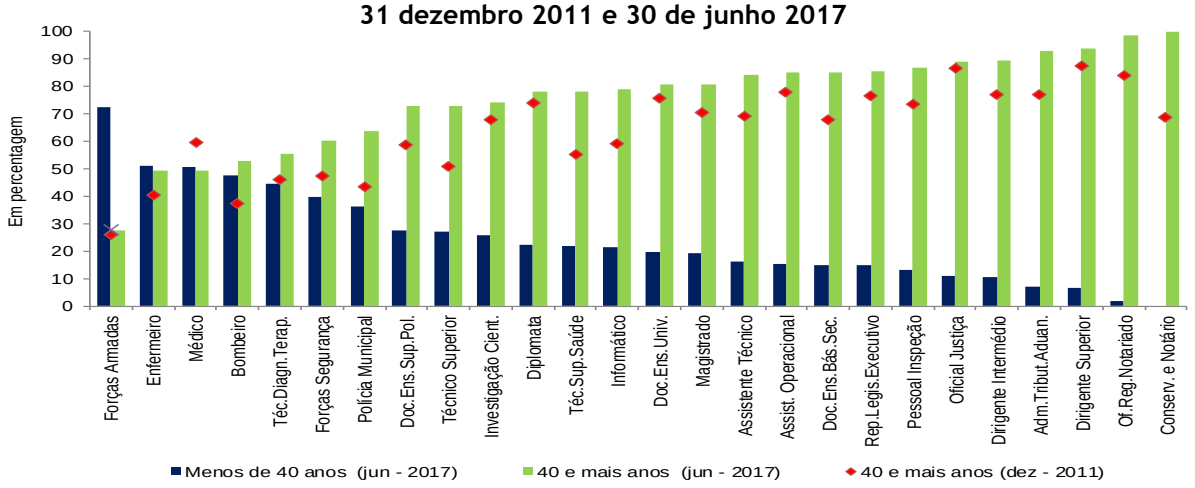
Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017

	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total																	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Idade média estimada (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
								H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Total incluindo Forças Armadas e de Segurança	**12 569**	**74 806**	**187 599**	**221 001**	**160 953**	**11 410**	**668 338**	**45,9**	**47,2**	**46,7**	**35,7**	**16,6**	**24,1**	**39,1**	**29,7**	**33,3**
Total excluindo Forças Armadas e de Segurança	**3 775**	**54 389**	**163 059**	**200 175**	**156 070**	**11 312**	**588 780**	**48,4**	**47,4**	**47,7**	**11,9**	**14,5**	**13,5**	**25,3**	**28,4**	**27,4**
Representantes do poder legislativo (a)	5	93	604	735	578	226	2 241	51,3	47,5	50,4	3,2	6,2	3,8	14,8	26,0	17,3
Dirigente superior	0	20	321	588	590	108	1 627	53,1	50,8	52,3	0,0	0,6	0,2	6,3	8,1	6,9
Dirigente intermédio	0	177	3 129	4 135	2 345	146	9 932	49,6	48,2	48,8	1,1	0,5	0,9	11,4	12,0	11,7
Técnico Superior	171	5 564	24 235	19 091	9 866	888	59 815	46,4	45,0	45,5	13,3	14,9	14,2	35,6	38,1	37,3
Assistente técnico/administrativo (b)	146	4 460	23 359	29 925	25 255	1 357	84 502	48,5	49,2	49,0	5,6	3,5	4,1	23,3	17,4	19,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	1 401	9 448	30 461	53 169	52 702	4 733	151 914	50,3	49,9	50,1	8,1	8,3	8,2	17,0	18,4	17,8
Informático	5	314	1 834	1 829	938	40	4 960	45,3	49,6	46,6	9,6	2,5	6,6	35,5	10,6	27,0
Magistrado	0	185	1 250	1 244	986	116	3 781	52,0	46,0	48,4	1,2	2,5	1,7	12,5	32,7	23,9
Diplomata	0	32	84	106	103	33	358	50,1	48,5	49,7	14,9	3,4	11,7	27,9	29,5	28,3
Pessoal de Investigação Científica	6	132	462	484	366	61	1 511	47,3	48,2	47,7	14,1	12,2	13,1	42,6	28,2	34,9
Docente Ensino Universitário	185	1 095	3 265	4 978	4 103	715	14 341	49,8	48,2	49,1	12,9	12,6	12,8	22,1	26,9	24,1
Docente Ensino Superior Politécnico	64	1 010	3 272	3 316	1 669	137	9 468	46,4	45,0	45,7	17,6	21,1	19,2	33,1	43,1	37,8
Educ.Infância e Doc. E. Básico/Secund.	69	3 403	40 915	52 536	35 540	1 341	133 804	49,1	48,6	48,7	1,9	1,5	1,6	17,2	17,6	17,5
Pessoal de Inspecção	0	45	504	660	431	26	1 666	49,7	48,1	48,8	2,0	1,7	1,9	15,9	14,7	15,2
Médico	420	11 192	5 430	3 590	7 421	1 065	29 118	45,4	41,1	42,7	57,9	112,3	86,7	77,0	123,0	102,9
Enfermeiro	993	13 438	14 380	11 205	4 016	99	44 131	40,8	40,5	40,5	86,7	127,2	119,6	108,1	102,9	103,7
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	90	2 298	2 920	2 482	1 039	66	8 895	42,8	42,0	42,2	43,0	75,0	65,7	81,0	80,6	80,7
Técnico Superior de Saúde	2	115	734	632	351	35	1 869	46,7	46,5	46,6	5,8	7,7	7,4	32,1	27,2	27,8
Administração Tributária e Aduaneira	0	162	2 392	2 974	3 657	62	9 247	50,2	50,9	50,6	0,2	0,6	0,4	7,6	7,6	7,6
Conservador e Notário	0	0	156	290	146	14	606	53,1	49,7	50,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado	0	1	503	1 865	1 618	21	4 008	51,8	52,3	52,2	0,0	0,0	0,0	1,7	1,7	1,7
Oficial de Justiça	124	550	1 164	3 456	2 111	22	7 427	48,9	48,7	48,7	10,7	21,9	18,4	8,5	14,4	12,3
Forças Armadas	7 870	9 101	5 204	4 736	634	9	27 554	33,4	29,7	33,0	1 727,5	-	1 963,9	238,1	741,8	261,1
Forças de segurança	924	11 316	19 336	16 090	4 249	89	52 004	41,9	40,7	41,8	118,8	161,4	122,6	63,9	89,8	65,9
Bombeiro	90	468	934	521	97	1	2 111	39,8	38,8	39,8	336,8	450,0	339,2	89,5	112,1	90,2
Polícia Municipal (d)	4	187	751	364	142	0	1 448	43,4	39,0	42,6	27,1	500,0	33,8	46,7	125,0	56,9

***Fontes**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: (a) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - administrativo; (c) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros – operacional e aprendizes e praticantes; (d) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrado na Polícia Municipal de Lisboa e do Porto.

Gráfico 3.2.1 Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos, 31 dezembro 2011 e 30 de junho 2017



***Fontes**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Na administração central, as carreiras médica, de enfermagem, técnicos de diagnóstico e terapêutica e carreiras das Forças Armadas e Forças de Segurança são as que apresentam o maior número de trabalhadores com idades inferiores a 35 anos. Na carreira de oficial dos registos e do notariado 87,7% dos trabalhadores têm idade igual ou superior a 45 anos. Na administração regional e local, salientam-se as carreiras de bombeiro e polícia municipal com idades médias estimadas de 39,8 e 42,6 anos, respetivamente (Quadro 3.2.2).

Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 30 junho 2017

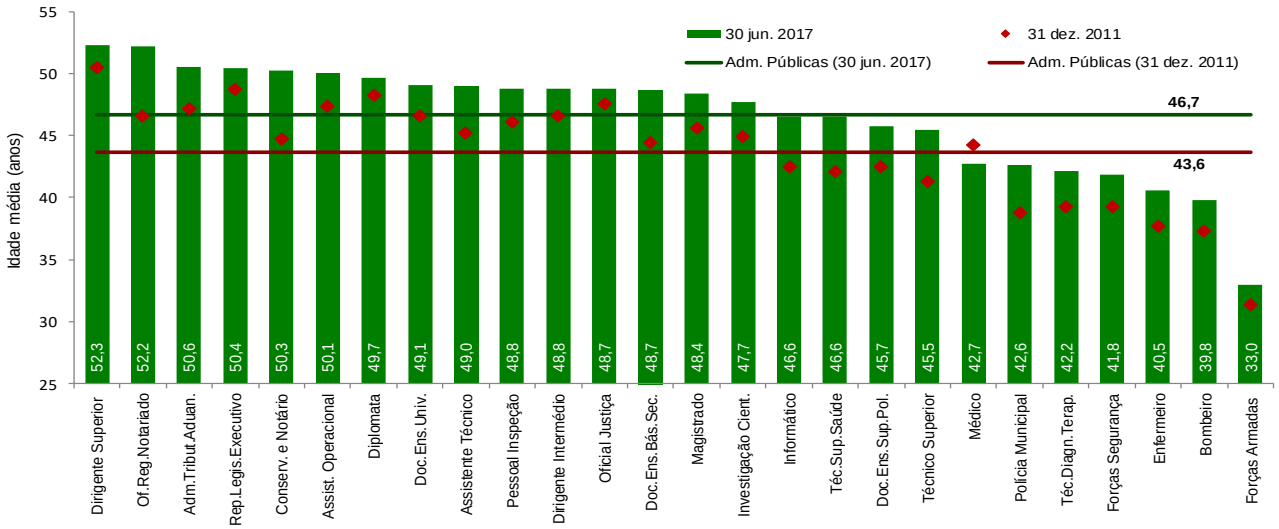
Unidade: Em percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL							FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL						
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
Total	2,4	12,6	27,6	32,7	23,1	1,6	100,0	0,4	7,0	29,6	34,1	26,7	2,2	100,0	0,0	1,4	27,5	36,2	32,7	2,1	100,0
Representante do poder legislativo (a)	0,0	0,0	24,6	24,6	38,5	12,3	100,0	0,2	4,3	27,0	33,0	25,4	10,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Dirigente superior	0,0	0,7	16,5	36,1	39,3	7,4	100,0	0,0	2,8	28,4	36,2	28,1	4,5	100,0	0,0	0,0	45,0	35,0	15,0	5,0	100,0
Dirigente intermédio	0,0	2,1	29,0	42,8	24,6	1,6	100,0	0,0	1,8	34,5	41,7	20,8	1,2	100,0	0,0	0,1	36,3	34,9	26,9	1,7	100,0
Técnico Superior	0,4	11,0	36,3	32,0	18,4	1,8	100,0	0,1	7,8	46,8	30,6	13,6	1,1	100,0	0,0	2,5	39,1	40,3	16,8	1,3	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,2	5,2	27,0	34,2	31,6	1,8	100,0	0,2	5,9	29,7	37,3	25,8	1,2	100,0	0,0	0,6	19,5	34,7	43,0	2,1	100,0
Assist. operacional/operer./auxiliar (c)	1,3	6,9	21,2	34,9	32,8	2,9	100,0	0,5	5,3	18,7	35,1	37,0	3,4	100,0	0,0	1,5	10,6	33,3	49,3	5,3	100,0
Informático	0,2	5,5	33,3	36,6	23,2	1,2	100,0	0,0	8,1	41,7	37,7	12,2	0,3	100,0	0,0	3,1	42,2	34,9	19,4	0,3	100,0
Magistrado	0,0	4,9	33,1	32,9	26,1	3,1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diplomata	0,0	8,9	23,5	29,6	28,8	9,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal de Investigação Científica	0,4	8,8	30,6	32,0	24,2	4,0	100,0	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Docente Ensino Universitário	1,3	7,6	22,8	34,7	28,6	5,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Docente Ensino Superior Politécnico	0,7	10,7	34,6	35,0	17,6	1,4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educ.Infância e Doc. E. Básico/Secund	0,1	2,3	29,1	39,9	27,6	1,0	100,0	0,1	4,6	46,0	33,1	15,5	0,7	100,0	0,0	2,3	33,1	22,6	41,4	0,8	100,0
Pessoal de Inspecção	0,0	2,8	27,7	40,9	26,9	1,7	100,0	0,0	3,4	36,2	32,8	26,4	1,1	100,0	0,0	1,8	39,6	37,9	19,8	0,9	100,0
Médico	1,5	38,4	18,5	12,4	25,6	3,6	100,0	1,0	39,4	21,1	11,0	22,7	4,7	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeiro	2,4	30,4	32,4	25,5	9,1	0,2	100,0	0,9	31,2	35,0	23,6	9,1	0,3	100,0	0,0	0,0	0,0	12,5	87,5	0,0	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1,1	25,7	33,0	28,0	11,4	0,8	100,0	0,3	27,9	30,0	25,4	15,8	0,5	100,0	0,0	0,0	33,3	50,0	16,7	0,0	100,0
Técnico Superior de Saúde	0,1	6,2	38,7	33,9	19,1	2,0	100,0	0,0	6,2	46,9	33,1	13,8	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Administração Tributária e Aduaneira	0,0	1,5	25,6	32,5	39,7	0,7	100,0	0,0	11,4	37,3	16,6	34,2	0,5	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Conservador e Notário	0,0	0,0	25,4	47,9	24,4	2,4	100,0	0,0	0,0	45,5	45,5	9,1	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial dos Registos e do Notariado	0,0	0,0	12,3	46,4	40,8	0,5	100,0	0,0	1,0	21,9	51,4	23,8	1,9	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial de Justiça	1,7	7,4	15,7	46,5	28,4	0,3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	28,6	33,0	18,9	17,2	2,3	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	1,8	21,8	37,2	30,9	8,1	0,2	100,0	7,1	11,8	28,2	31,8	21,2	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	-	-	-	-	-	-	-	4,3	22,2	44,2	24,7	4,6	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Polícia Municipal (d)	-	-	-	-	-	-	-	0,3	12,9	51,9	25,1	9,8	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: Ver também notas Quadro 3.2.1 e capítulo IV. Notas Técnicas relativas a tratamento dos dados e conceitos.

Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 2011 e 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo

Em 30 de junho de 2017, cerca de metade das carreiras consideradas englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90,0%, destacando-se magistrados, diplomatas, pessoal de investigação científica, médicos, conservadores e notários e técnicos superiores de saúde (100,0%). Em contrapartida, 73,7% dos assistentes operacionais, operários e auxiliares, um dos grupos com maior representatividade no emprego nas administrações públicas, detêm apenas o ensino básico (Quadro 3.3.1 e Gráfico 3.3.1).

Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2017

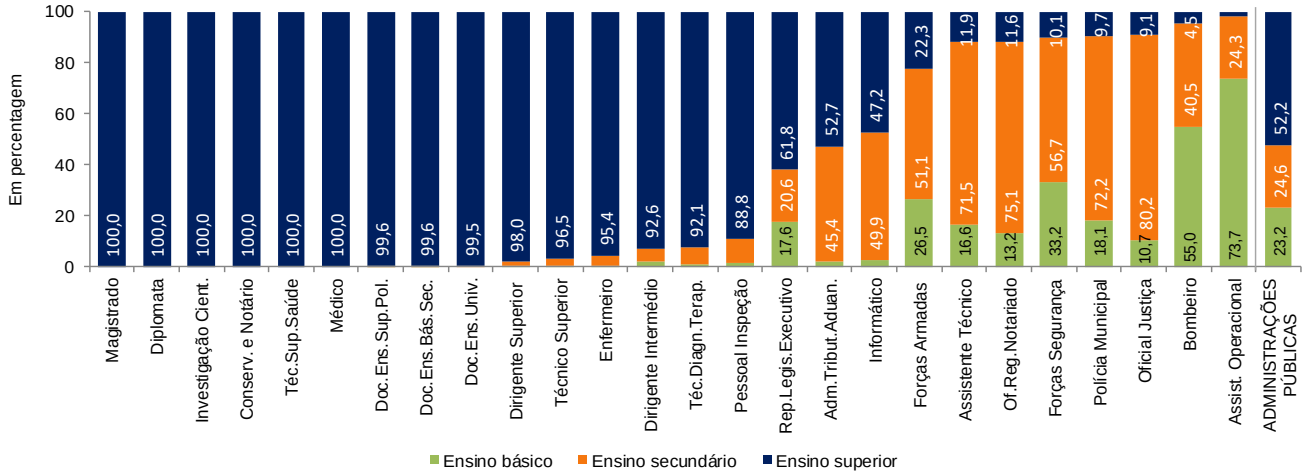
Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total											
	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	**77 865**	**76 892**	**29 407**	**135 152**	**20 599**	**268 962**	**59 461**	**668 338**	**23,2**	**24,6**	**52,2**	**100,0**
Representantes do poder legislativo (a)	148	246	57	404	78	1 194	114	2 241	17,6	20,6	61,8	100,0
Dirigente superior	3	3	1	26	23	1 088	483	1 627	0,4	1,7	98,0	100,0
Dirigente intermédio	56	140	93	450	122	7 891	1 180	9 932	2,0	5,5	92,6	100,0
Técnico Superior	33	218	236	1 602	1 881	49 238	6 607	59 815	0,4	3,1	96,5	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	2 085	11 938	9 985	50 418	1 211	8 258	607	84 502	16,6	71,5	11,9	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	70 927	40 985	4 781	32 073	309	2 654	185	151 914	73,7	24,3	2,1	100,0
Informático	8	140	352	2 121	155	1 924	260	4 960	3,0	49,9	47,2	100,0
Magistrado	0	0	0	0	0	3 740	41	3 781	0,0	0,0	100,0	100,0
Diplomata	0	0	0	0	0	300	58	358	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0	0	0	109	1 402	1 511	0,0	0,0	100,0	100,0
Docente Ensino Universitário	0	0	0	68	9	2 210	12 054	14 341	0,0	0,5	99,5	100,0
Docente Ensino Superior Politécnico	3	2	3	30	22	2 345	7 063	9 468	0,1	0,3	99,6	100,0
Educ.Infância e Doc. E. Básico/Secund.	19	53	13	512	6 300	110 947	15 960	133 804	0,1	0,4	99,6	100,0
Pessoal de Inspecção	5	22	50	110	20	1 311	148	1 666	1,6	9,6	88,8	100,0
Médico	0	0	0	0	0	20 489	8 629	29 118	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	37	113	420	1 471	7 326	33 518	1 246	44 131	0,3	4,3	95,4	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	9	83	143	472	1 908	5 834	446	8 895	1,0	6,9	92,1	100,0
Técnico Superior de Saúde	0	0	0	0	8	1 554	307	1 869	0,0	0,0	100,0	100,0
Administração Tributária e Aduaneira	8	172	1 132	3 066	431	4 153	285	9 247	1,9	45,4	52,7	100,0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	605	1	606	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	44	486	814	2 198	166	293	7	4 008	13,2	75,1	11,6	100,0
Oficial de Justiça	20	773	4 255	1 702	48	612	17	7 427	10,7	80,2	9,1	100,0
Forças Armadas	224	7 082	1 069	13 023	370	4 349	1 437	27 554	26,5	51,1	22,3	100,0
Forças de segurança	3 918	13 331	5 774	23 735	193	4 146	907	52 004	33,2	56,7	10,1	100,0
Bombeiro	253	908	97	758	4	80	11	2 111	55,0	40,5	4,5	100,0
Polícia Municipal (d)	65	197	132	913	15	120	6	1 448	18,1	72,2	9,7	100,0

***Fontes**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: Ver também notas do Quadro 3.2.1

Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 30 junho 2017



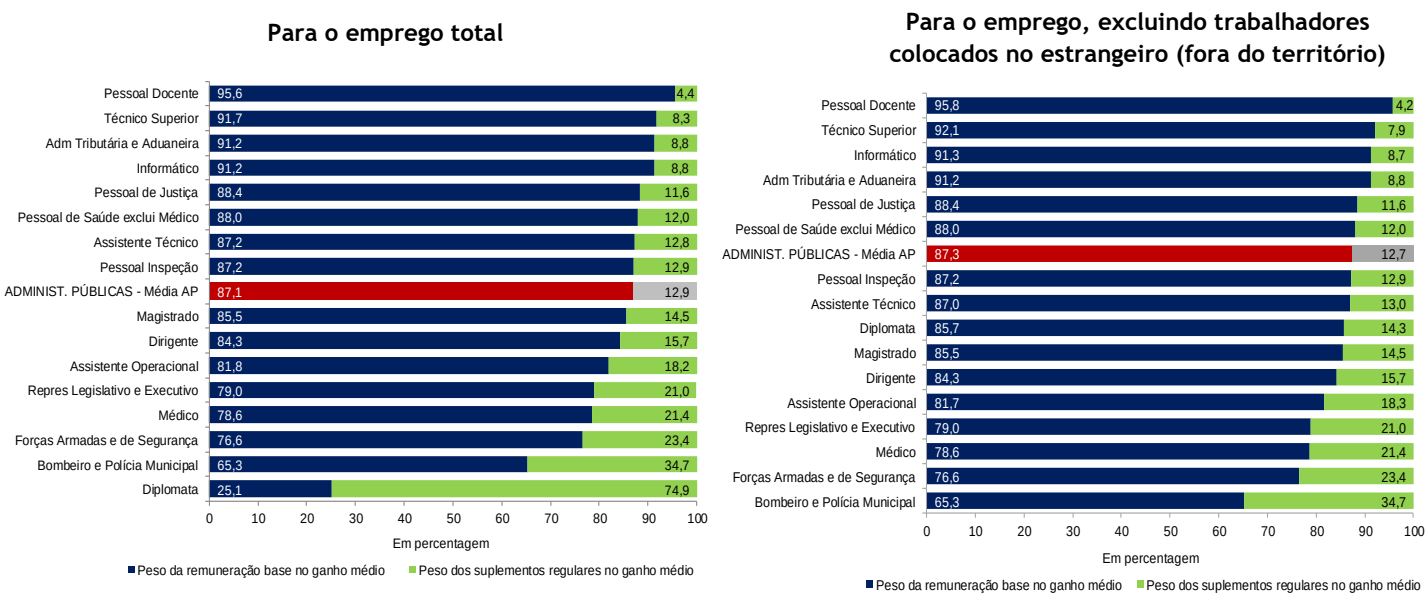
***Fontes**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo

No período de referência, o pessoal docente continua a destacar-se pelo maior peso da remuneração base média relativamente ao ganho médio, 95,6%. Os diplomatas constituem a carreira com maior diferenciação na estrutura do ganho médio pelo exercício de funções nos serviços internos do MNE e quando colocados no estrangeiro: considerando o emprego total (dentro e fora do território nacional) são os suplementos regulares que assumem a maior importância no ganho médio auferido mensalmente (74,9%) pelos diplomatas, pelo contrário, observando apenas os indicadores da carreira dentro do território nacional, os suplementos regulares representam 14,3% do ganho médio, situando-se a cerca de 1,6 p.p. do valores médios globais para todos os trabalhadores das administrações públicas (Gráfico 3.4.1 e Quadros 10.1 e 10.2).

Por comparação, os cargos, carreiras e grupos que revelam um maior peso de trabalhadores com habilitações ao nível do ensino superior apresentam também valores de remuneração de base mais elevados, em oposição aos trabalhadores inseridos em carreiras que exigem níveis de escolaridade de ensino básico e secundário (Gráfico 3.4.2).

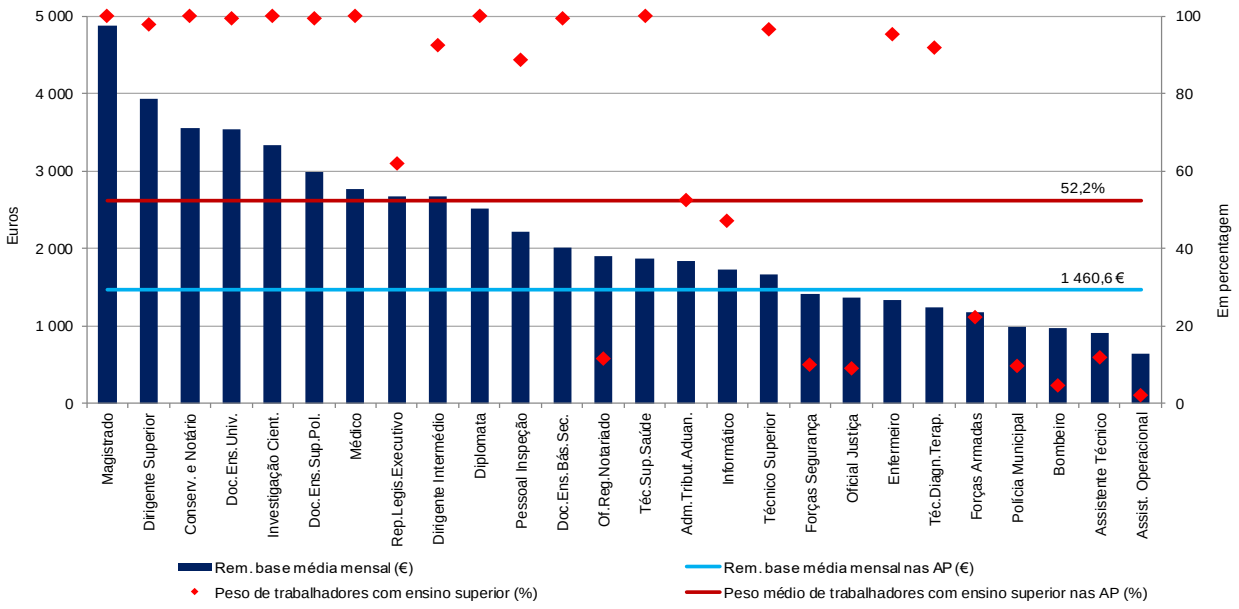
Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, abril 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador e notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; Dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo e Executivo: representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos.

Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, abril 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica

Segundo os dados apurados a 30 de junho de 2017, 96,4% do emprego nas administrações públicas concentra-se nas atividades de "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O), de "Educação" (Secção P) e de "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) (Gráfico 4.1). As maiores contribuições para o aumento de 1,3% do emprego nas administrações públicas devem-se às atividades económicas "Educação" (Secção P) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q), devido ao peso que estas representam no total do emprego (55,1%). Para a taxa de feminização das administrações públicas é de realçar o contributo das atividades de "Educação" (P) e "Saúde" (Q), nas quais 75,3% e 75,9% do emprego, respetivamente, são mulheres trabalhadoras (Quadro 4.1 e Gráfico 4.2).

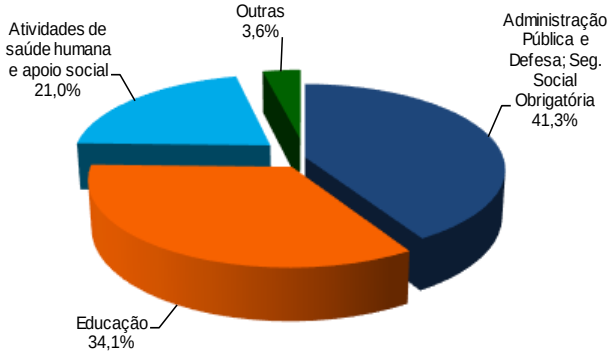
Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE)

Unidade: postos de trabalho

Secção	CAE Rev.3 / Designação	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total											
		30 jun 2013		30 jun 2014		30 jun 2015		30 jun 2016		30 jun 2017		Var. homóloga jun 17/jun 16	
		N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	%
	Total	**688 820**	**100,0**	**662 240**	**100,0**	**654 775**	**100,0**	**660 010**	**100,0**	**668 338**	**100,0**	**8 328**	**1,3**
A+C+D+E+F	**Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção**	**5 869**	**0,9**	**4 952**	**0,8**	**4 580**	**0,7**	**4 556**	**0,7**	**4 507**	**0,7**	**-49**	**-1,1**
H	**Transportes e armazenagem**	**8 174**	**1,2**	**7 933**	**1,2**	**7 786**	**1,2**	**8 534**	**1,3**	**8 677**	**1,3**	**143**	**1,7**
G+I+L+N	**Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio**	**1 691**	**0,3**	**1 185**	**0,2**	**1 389**	**0,2**	**1 353**	**0,2**	**1 287**	**0,2**	**-66**	**-4,9**
J	**Atividades de informação e de comunicação**	**2 020**	**0,3**	**1 848**	**0,3**	**1 719**	**0,3**	**1 663**	**0,3**	**1 650**	**0,3**	**-13**	**-0,8**
K	**Actividades financeiras e de seguros**	**374**	**0,1**	**353**	**0,1**	**339**	**0,1**	**745**	**0,1**	**492**	**0,1**	**-253**	**-34,0**
M	**Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares**	**5 100**	**0,7**	**4 655**	**0,7**	**4 302**	**0,7**	**4 046**	**0,6**	**3 984**	**0,6**	**-62**	**-1,5**
O	**Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória**	**293 653**	**42,6**	**284 143**	**42,9**	**278 103**	**42,5**	**275 811**	**41,8**	**276 040**	**41,3**	**229**	**0,1**
	das quais: Administração pública em geral, económica e social	168 442	24,5	163 106	24,6	160 195	24,5	158 475	24,0	160 155	24,0	1 680	1,1
	das quais: Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	112 986	16,4	109 701	16,6	107 758	16,5	107 264	16,3	105 453	15,8	-1 811	-1,7
	das quais: Atividades de segurança social obrigatória	12 225	1,8	11 336	1,7	10 150	1,6	10 072	1,5	10 432	1,6	360	3,6
P	**Educação**	**231 390**	**33,6**	**220 700**	**33,3**	**219 125**	**33,5**	**223 170**	**33,8**	**227 980**	**34,1**	**4 810**	**2,2**
	das quais: Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	191 822	27,9	181 812	27,5	180 503	27,6	183 898	27,9	188 190	28,2	4 292	2,3
	das quais: Ensino superior	36 413	5,3	35 778	5,4	35 615	5,4	36 325	5,5	36 859	5,5	534	1,5
	das quais: Outras atividades educativas	3 155	0,5	3 110	0,5	3 007	0,5	2 947	0,5	2 931	0,4	-16	-0,5
Q	**Atividades de saúde humana e apoio social**	**135 539**	**19,7**	**132 241**	**20,0**	**133 882**	**20,5**	**136 762**	**20,7**	**140 282**	**21,0**	**3 520**	**2,6**
	das quais: Atividades de saúde humana	126 706	18,4	123 668	18,7	125 226	19,1	128 161	19,4	131 646	19,7	3 485	2,7
	das quais: Ativ. de apoio social com e sem alojamento	8 833	1,3	8 573	1,3	8 656	1,3	8 601	1,3	8 636	1,3	35	0,4
R	**Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas**	**3 906**	**0,6**	**3 234**	**0,5**	**2 618**	**0,4**	**2 460**	**0,4**	**2 463**	**0,4**	**3**	**0,1**
	das quais: Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	984	0,1	914	0,1	778	0,1	811	0,1	813	0,1	2	0,3
	das quais: Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 478	0,2	1 441	0,2	1 422	0,2	1 374	0,2	1 399	0,2	25	1,8
	das quais: Atividades desportivas, de diversão e recreativas	1 444	0,2	879	0,1	418	0,1	275	0,0	251	0,0	-24	-8,7
S	**Outras atividades de serviços**	**1 104**	**0,2**	**996**	**0,2**	**932**	**0,1**	**910**	**0,1**	**976**	**0,2**	**66**	**7,3**

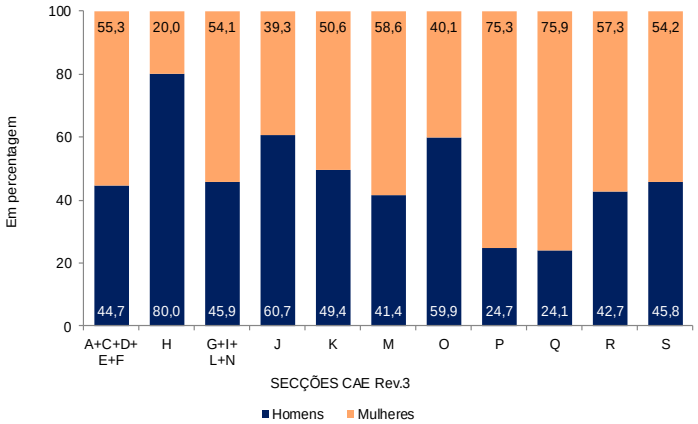
Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 4.1 Estrutura do emprego nas administrações públicas por CAE, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas por sexo segundo a CAE, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

As maiores contribuições para o aumento do emprego na administração central devem-se às atividades económicas "Educação" (Secção P) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q), especialmente nas respetivas subsecções "Educação pré-escolar, ensino básico e secundário" e "Atividades de saúde humana" (Quadro 4.2). Na administração regional e local e nos fundos de segurança social a tendência dos últimos anos inverteu-se, verificando-se um aumento de emprego, mais acentuado nos ramos de atividade económica "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) (Quadro 4.2 e Gráfico 4.3).

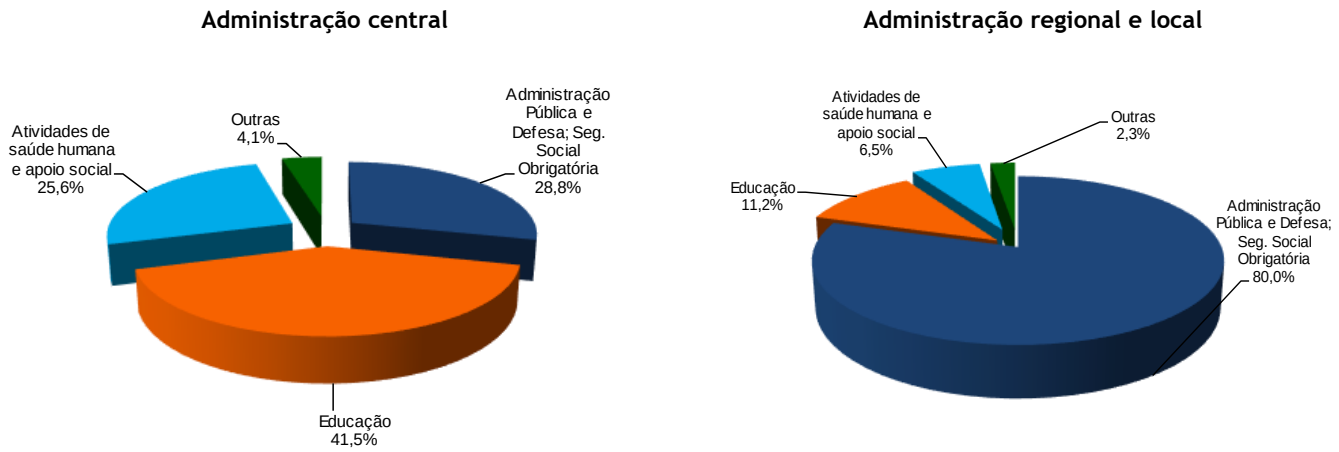
Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE)

Unidade: postos de trabalho

Secção	CAE Rev.3 Designação	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
		30 jun 2015	30 jun 2016	30 jun 2017		Var. homóloga jun 17/jun 16		30 jun 2015	30 jun 2016	30 jun 2017		Var. homóloga jun 17/jun 16		30 jun 2015	30 jun 2016	30 jun 2017		Var. homóloga jun 17/jun 16	
		N.º	N.º	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	N.º	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	N.º	N.º	Peso %	N.º	%
	Total	**497 257**	**502 910**	**509 283**	**100,0**	**6 373**	**1,3**	**147 630**	**147 296**	**148 874**	**100,0**	**1 578**	**1,1**	**9 888**	**9 804**	**10 181**	**100,0**	**377**	**3,9**
A+C+D+E+F	**Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção**	**4 313**	**4 290**	**4 247**	**0,8**	**-43**	**-1,0**	**267**	**266**	**260**	**0,2**	**-6**	**-2,3**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
H	**Transportes e armazenagem**	**7 132**	**7 903**	**8 032**	**1,6**	**129**	**1,6**	**654**	**631**	**645**	**0,4**	**14**	**2,2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
G+I+L+N	**Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio**	**826**	**816**	**734**	**0,1**	**-82**	**-10,1**	**563**	**537**	**553**	**0,4**	**16**	**3,0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
J	**Atividades de informação e de comunicação**	**1 662**	**1 628**	**1 624**	**0,3**	**-4**	**-0,3**	**57**	**35**	**26**	**0,0**	**-9**	**-25,7**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
K	**Actividades financeiras e de seguros**	**339**	**745**	**492**	**0,1**	**-253**	**-34,0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
M	**Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares**	**3 793**	**3 577**	**3 535**	**0,7**	**-42**	**-1,2**	**509**	**469**	**449**	**0,3**	**-20**	**-4,3**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
O	**Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória**	**150 407**	**148 259**	**146 712**	**28,8**	**-1 547**	**-1,0**	**117 808**	**117 748**	**119 147**	**80,0**	**1 399**	**1,2**	**9 888**	**9 804**	**10 181**	**100,0**	**377**	**3,9**
das quais:	Administração pública em geral, económica e social	42 243	40 573	40 859	8,0	286	0,7	117 674	117 608	118 999	79,9	1 391	1,2	278	294	297	2,9	3	1,0
das quais:	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	107 666	107 170	105 352	20,7	-1 818	-1,7	92	94	101	0,1	7	7,5	0	0	0	0	0	-
das quais:	Atividades de segurança social obrigatória	498	516	501	0,1	-15	-2,9	42	46	47	0,0	1	2,2	9 610	9 510	9 884	97,1	374	3,9
P	**Educação**	**202 390**	**206 532**	**211 314**	**41,5**	**4 782**	**2,3**	**16 735**	**16 638**	**16 666**	**11,2**	**28**	**0,2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
das quais:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	164 457	167 882	172 154	33,8	4 272	2,5	16 046	16 016	16 036	10,8	20	0,1	0	0	0	0	0	-
das quais:	Ensino superior	35 615	36 325	36 859	7,2	534	1,5	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	-
das quais:	Outras atividades educativas	2 318	2 325	2 301	0,5	-24	-1,0	689	622	630	0,4	8	1,3	0	0	0	0	0	-
Q	**Atividades de saúde humana e apoio social**	**124 453**	**127 234**	**130 559**	**25,6**	**3 325**	**2,6**	**9 429**	**9 528**	**9 723**	**6,5**	**195**	**2,1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
das quais:	Atividades de saúde humana	115 905	118 741	122 035	24,0	3 294	2,8	9 321	9 420	9 611	6,5	191	2,0	0	0	0	0	0	-
das quais:	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	*8 548*	8 493	8 524	1,7	31	0,4	108	108	112	0,1	4	3,7	0	0	0	0	0	-
R	**Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas**	**1 835**	**1 836**	**1 868**	**0,4**	**32**	**1,7**	**783**	**624**	**595**	**0,4**	**-29**	**-4,7**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**
das quais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	665	720	723	0,1	3	0,4	113	91	90	0,1	-1	-1,1	0	0	0	0	0	-
das quais:	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 122	1 109	1 133	0,2	24	2,2	300	265	266	0,2	1	0,4	0	0	0	0	0	-
das quais:	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	48	7	12	0,0	5	71,4	370	268	239	0,2	-29	-10,8	0	0	0	0	0	-
S	**Outras atividades de serviços**	**107**	**90**	**166**	**0,0**	**76**	**84,4**	**825**	**820**	**810**	**0,5**	**-10**	**-1,2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 4.3 Estrutura do emprego na administração central e na administração regional e local, segundo a CAE, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017)*

Para o sector das administrações públicas, os trabalhadores nas entidades classificadas em "Atividades de informação e de comunicação" (Secção J), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K) e "Ensino superior" na "Educação" (Secção P) apresentam remunerações base médias mensais mais elevadas, com valores acima da média. As mesmas atividades juntamente com os "Transportes e Armazenagem" (Secção H) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) apresentam ganhos médios mensais acima da média dos ganhos globais. Analisando a variação homóloga, tendo em conta os pesos da "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O) e da "Educação" (Secção P) no emprego das administrações públicas (28,9% e 41,6%, respetivamente) é relevante o aumento da remuneração base média mensal (2,1% e 1,4%, respetivamente) e do ganho médio mensal nestas atividades económicas (2,4% e 1,1%, respetivamente) (Quadro 4.3 e Gráfico 4.4).

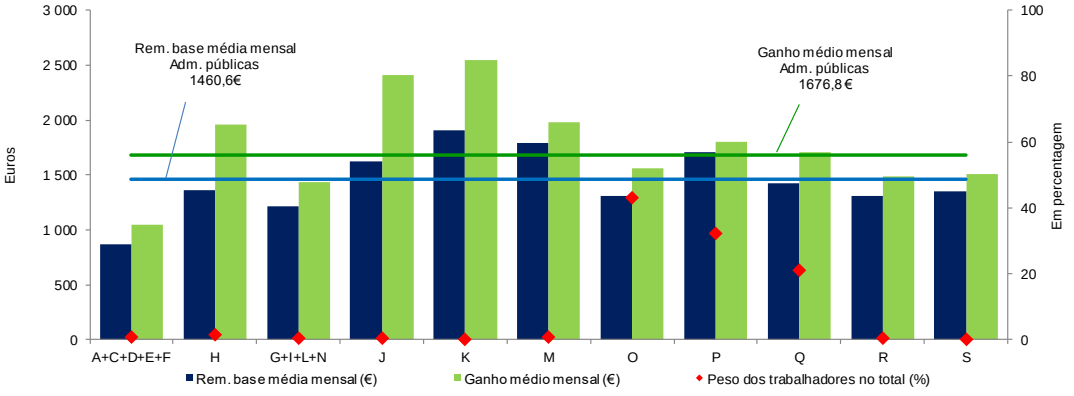
Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE

Unidade: euros

Secção	CAE Rev.3 Designação	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total											
		Remuneração base média mensal						Ganho médio mensal					
		abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	Var. (%) abr17/ abr16	abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	Var. (%) abr17/ abr16
	Total	1 385,2	1 313,6	1 402,1	1 433,2	1 460,6	1,9	1 593,4	1 515,6	1 613,3	1 644,5	1 676,8	2,0
A+C+D+E+F	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	851,5	847,1	856,7	871,6	869,9	-0,2	1 028,3	1 008,0	1 010,8	1 046,7	1 048,1	0,1
H	Transportes e armazenagem	1 144,9	1 126,4	1 192,3	1 361,5	1 363,4	0,1	1 608,2	1 616,9	1 664,2	1 936,8	1 960,6	1,2
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 142,2	1 209,8	1 143,2	1 157,6	1 216,3	5,1	1 366,5	1 396,0	1 353,8	1 385,2	1 439,6	3,9
J	Atividades de informação e de comunicação	1 482,3	1 394,5	1 513,1	1 569,4	1 623,3	3,4	2 233,5	2 136,3	2 196,0	2 378,9	2 408,1	1,2
K	Atividades financeiras e de seguros	1 943,2	1 784,0	1 918,0	2 037,9	1 911,5	-6,2	2 155,2	1 978,0	2 137,0	2 938,7	2 541,8	-13,5
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 621,7	1 626,1	1 699,8	1 732,7	1 788,1	3,2	1 867,8	1 809,8	1 886,9	1 919,5	1 976,7	3,0
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 235,5	1 171,3	1 252,2	1 280,6	1 307,2	2,1	1 475,9	1 405,0	1 500,6	1 528,4	1 565,7	2,4
das quais:	Administração pública em geral, económica e social	1 118,9	1 066,8	1 126,5	1 149,7	1 173,2	2,0	1 273,1	1 216,9	1 283,6	1 308,5	1 338,1	2,3
das quais:	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 411,4	1 328,9	1 444,6	1 478,1	1 515,3	2,5	1 784,1	1 691,5	1 833,7	1 861,7	1 921,4	3,2
das quais:	Atividades de segurança social obrigatória	1 168,8	1 109,6	1 182,8	1 194,4	1 228,5	2,9	1 340,9	1 266,6	1 368,1	1 368,9	1 406,8	2,8
P	Educação	1 641,0	1 547,0	1 656,2	1 679,5	1 703,4	1,4	1 738,7	1 647,1	1 759,6	1 779,2	1 799,4	1,1
das quais:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 558,8	1 459,1	1 564,7	1 581,3	1 598,3	1,1	1 653,8	1 557,5	1 666,1	1 679,0	1 692,2	0,8
das quais:	Ensino superior	2 181,5	2 110,6	2 245,5	2 320,5	2 401,5	3,5	2 292,1	2 218,0	2 358,0	2 429,3	2 507,2	3,2
das quais:	Outras atividades educativas	1 277,1	1 219,5	1 324,4	1 311,9	1 327,5	1,2	1 415,8	1 352,6	1 463,7	1 453,4	1 467,5	1,0
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 341,5	1 280,6	1 354,7	1 389,0	1 420,5	2,3	1 632,6	1 550,3	1 634,3	1 664,8	1 704,8	2,4
das quais:	Atividades de saúde humana	1 361,2	1 297,5	1 373,6	1 406,5	1 437,8	2,2	1 663,5	1 577,0	1 662,5	1 691,3	1 731,0	2,3
das quais:	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 070,9	1 046,8	1 092,0	1 141,3	1 167,0	2,3	1 206,0	1 181,5	1 243,5	1 289,6	1 321,2	2,5
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 137,2	1 133,1	1 250,6	1 275,4	1 312,4	2,9	1 314,7	1 309,0	1 441,9	1 463,4	1 489,8	1,8
das quais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 533,5	1 428,4	1 531,1	1 497,7	1 614,7	7,8	1 824,0	1 705,0	1 851,1	1 822,3	1 904,1	4,5
das quais:	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 188,1	1 139,5	1 207,1	1 218,0	1 222,7	0,4	1 304,3	1 255,9	1 334,5	1 330,5	1 339,8	0,7
das quais:	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	811,1	818,8	869,7	848,1	868,2	2,4	977,3	988,2	1 029,3	987,6	1 013,8	2,7
S	Outras atividades de serviços	1 228,8	1 188,5	1 237,4	1 445,0	1 354,5	-6,3	1 379,4	1 348,7	1 387,4	1 608,6	1 504,3	-6,5

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - abril 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017)*

Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE

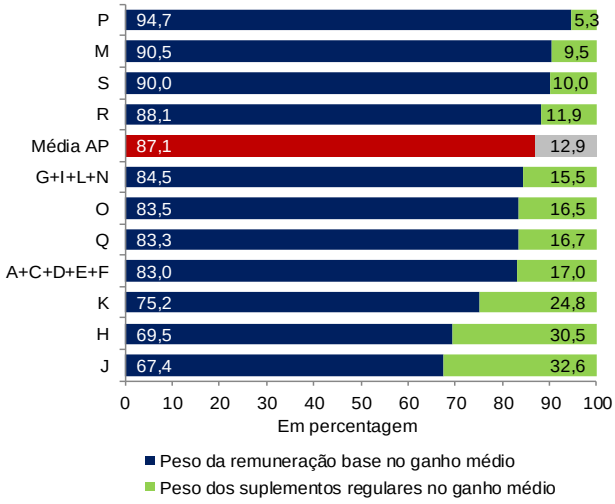
Unidade: euros

Secção	CAE Rev.3 Designação	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
		Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
		abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)	abril 2016	abril 2017	Var. (%)
	Total	**1 553,2**	**1 582,8**	**1,9**	**1 781,0**	**1 815,8**	**2,0**	**1 053,6**	**1 073,5**	**1,9**	**1 213,5**	**1 238,0**	**2,0**	**1 203,6**	**1 239,1**	**3,0**	**1 368,7**	**1 408,8**	**2,9**
A+C+D+E+F	**Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção**	**856,4**	**852,3**	**-0,5**	**1 028,5**	**1 026,7**	**-0,2**	**1 121,4**	**1 163,7**	**3,8**	**1 345,3**	**1 403,8**	**4,4**	-	-	-	-	-	-
H	**Transportes e armazenagem**	**1 382,4**	**1 381,6**	**-0,1**	**1 967,9**	**1 987,6**	**1,0**	**1 103,0**	**1 115,3**	**1,1**	**1 553,1**	**1 592,2**	**2,5**	-	-	-	-	-	-
G+I+L+N	**Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio**	**1 165,7**	**1 223,7**	**5,0**	**1 429,0**	**1 489,8**	**4,3**	**1 144,5**	**1 206,1**	**5,4**	**1 314,4**	**1 371,2**	**4,3**	-	-	-	-	-	-
J	**Atividades de informação e de comunicação**	**1 577,6**	**1 633,7**	**3,6**	**2 393,9**	**2 424,1**	**1,3**	**1 161,0**	**1 061,9**	**-8,5**	**1 636,1**	**1 545,3**	**-5,6**	-	-	-	-	-	-
K	**Atividades financeiras e de seguros**	**2 037,9**	**1 911,5**	**-6,2**	**2 938,7**	**2 541,8**	**-13,5**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
M	**Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares**	**1 795,3**	**1 848,9**	**3,0**	**1 992,1**	**2 046,6**	**2,7**	**1 269,2**	**1 311,6**	**3,4**	**1 381,5**	**1 428,5**	**3,4**	-	-	-	-	-	-
O	**Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória**	**1 528,7**	**1 567,6**	**2,6**	**1 858,1**	**1 913,5**	**3,0**	**967,9**	**987,0**	**2,0**	**1 117,7**	**1 143,6**	**2,3**	**1 203,6**	**1 239,1**	**3,0**	**1 368,7**	**1 408,8**	**2,9**
	das quais: Administração pública em geral, económica e social	1 663,9	1 704,1	2,4	1 847,8	1 892,5	2,4	967,2	986,4	2,0	1 117,0	1 142,9	2,3	2 086,0	2 113,0	1,3	2 317,2	2 344,6	1,2
	das quais: Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 478,1	1 515,4	2,5	1 861,9	1 921,7	3,2	1 386,5	1 401,3	1,1	1 621,2	1 635,7	0,9	-	-	-	-	-	-
	das quais: Atividades de segurança social obrigatória	1 489,7	1 504,1	1,0	1 882,3	1 892,5	0,5	1 760,0	1 622,6	-7,8	1 923,1	1 782,7	-7,3	1 176,0	1 212,8	3,1	1 339,1	1 380,6	3,1
P	**Educação**	**1 693,3**	**1 717,2**	**1,4**	**1 791,2**	**1 811,9**	**1,2**	**1 521,9**	**1 543,6**	**1,4**	**1 643,0**	**1 655,1**	**0,7**	-	-	-	-	-	-
	das quais: Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 586,2	1 602,6	1,0	1 681,5	1 694,6	0,8	1 533,4	1 555,9	1,5	1 654,8	1 667,8	0,8	-	-	-	-	-	-
	das quais: Ensino superior	2 320,5	2 401,5	3,5	2 429,3	2 507,2	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	das quais: Outras atividades educativas	1 344,0	1 360,8	1,3	1 493,8	1 512,2	1,2	1 189,9	1 207,3	1,5	1 299,6	1 306,3	0,5	-	-	-	-	-	-
Q	**Atividades de saúde humana e apoio social**	**1 399,1**	**1 429,4**	**2,2**	**1 670,2**	**1 709,7**	**2,4**	**1 256,5**	**1 302,3**	**3,6**	**1 593,7**	**1 640,6**	**2,9**	-	-	-	-	-	-
	das quais: Atividades de saúde humana	1 418,0	1 448,1	2,1	1 698,4	1 737,5	2,3	1 263,7	1 309,1	3,6	1 603,5	1 649,7	2,9	-	-	-	-	-	-
	das quais: Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 147,6	1 173,0	2,2	1 296,5	1 327,5	2,4	597,2	646,2	8,2	692,7	765,4	10,5	-	-	-	-	-	-
R	**Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas**	**1 361,3**	**1 416,7**	**4,1**	**1 563,5**	**1 606,1**	**2,7**	**986,0**	**986,3**	**0,0**	**1 126,7**	**1 125,8**	**-0,1**	-	-	-	-	-	-
	das quais: Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 540,9	1 667,1	8,2	1 881,5	1 965,8	4,5	1 109,4	1 130,7	1,9	1 290,4	1 333,7	3,4	-	-	-	-	-	-
	das quais: Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 238,5	1 248,8	0,8	1 346,4	1 363,4	1,3	1 116,8	1 105,7	-1,0	1 251,8	1 234,4	-1,4	-	-	-	-	-	-
	das quais: Atividades desportivas, de diversão e recreativas	1 785,4	1 762,5	-1,3	2 223,1	2 265,6	1,9	824,9	831,0	0,7	957,1	961,8	0,5	-	-	-	-	-	-
S	**Outras atividades de serviços**	**1 739,5**	**2 140,6**	**23,1**	**1 985,3**	**2 385,6**	**20,2**	**1 405,3**	**1 201,3**	**-14,5**	**1 557,9**	**1 332,5**	**-14,5**	-	-	-	-	-	-

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Na administração central, os trabalhadores nas entidades classificadas em "Atividades de informação e de comunicação" (Secção J), "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Ensino superior" na "Educação" (Secção P) e "Outras atividades de serviços" (Secção S) apresentam remunerações base médias mensais mais elevadas, com valores acima da média (Quadro 4.4), influenciando a tendência observada no total das administrações públicas (Quadro 4.3). Na administração regional e local as remunerações base médias mensais mais elevadas reportam-se aos trabalhadores em entidades classificadas em "Educação" (Secção P), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M) e "Atividades de saúde humana" (Secção Q).

Gráfico 4.5 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - abril 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017)*

5. Trabalhadores portadores de deficiência

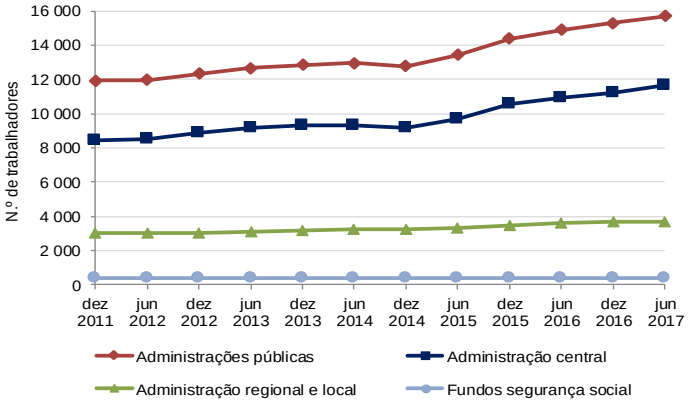
No total das administrações públicas, entre dezembro de 2011 e junho de 2017, observou-se um crescimento constante dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores portadores de deficiência, com uma variação positiva de 31,8%, destacando-se o maior aumento das mulheres, as quais representam 65,3% do total dos trabalhadores portadores de deficiência no final do primeiro semestre de 2017. O Ministério de Educação é o que apresenta maior concentração de postos de trabalho ocupados por trabalhadores portadores de deficiência, correspondendo a 24,2% do total das administrações públicas em 30 de junho de 2017. O subsector da Administração local, ao contrário dos restantes subsectores, apresenta uma maioria de trabalhadores portadores de deficiência do sexo masculino (Quadro 5.1 e Gráficos 5.1 e 5.2).

Quadro 5.1 Trabalhadores portadores de deficiência por subsector, ministério e sexo

	31 dez 2011			30 jun 2016			30 jun 2017			Variação (%)	
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	jun17/ jun16	jun17/ dez11
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	**4 892**	**7 026**	**11 918**	**5 389**	**9 516**	**14 905**	**5 442**	**10 261**	**15 703**	**5,4**	**31,8**
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**3 069**	**5 385**	**8 454**	**3 427**	**7 502**	**10 929**	**3 450**	**8 180**	**11 630**	**6,4**	**37,6**
Estado	1 692	2 823	4 515	1 858	4 065	5 923	1 836	4 443	6 279	6,0	39,1
Serviços e Fundos Autónomos	1 208	2 400	3 608	1 405	3 253	4 658	1 457	3 549	5 006	7,5	38,8
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	2 900	5 223	8 123	3 263	7 318	10 581	3 293	7 992	11 285	6,7	38,9
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	140	208	348	148	285	433	160	309	469	8,3	34,8
Presidência do Conselho de Ministros	10	21	31	10	21	31	15	28	43	38,7	38,7
Ministério da Administração Interna	208	75	283	320	96	416	336	111	447	7,5	58,0
Minist. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	61	78	139	82	111	193	90	119	209	8,3	50,4
Ministério do Ambiente	20	39	59	12	35	47	14	33	47	0,0	-20,3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	268	367	635	307	480	787	322	507	829	5,3	30,6
Ministério da Cultura	47	58	105	48	80	128	46	84	130	1,6	23,8
Ministério da Defesa Nacional	312	97	409	119	114	233	121	122	243	4,3	-40,6
Ministério da Economia	30	39	69	27	67	94	25	74	99	5,3	43,5
Ministério da Educação	696	1 820	2 516	707	2 689	3 396	761	3 039	3 800	11,9	51,0
Ministério das Finanças	78	158	236	305	421	726	192	372	564	-22,3	139,0
Ministério da Justiça	124	228	352	155	252	407	150	281	431	5,9	22,4
Ministério do Mar	9	4	13	6	13	19	6	11	17	-10,5	30,8
Ministério dos Negócios Estrangeiros	11	24	35	8	26	34	8	27	35	2,9	0,0
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	44	49	93	33	50	83	36	49	85	2,4	-8,6
Ministério da Saúde	248	663	911	254	829	1 083	274	930	1 204	11,2	32,2
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	166	388	554	131	412	543	138	443	581	7,0	4,9
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	524	1 167	1 691	663	1 604	2 267	671	1 739	2 410	6,3	42,5
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	6	13	19	8	7	15	8	9	17	13,3	-10,5
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	169	162	331	164	184	348	157	188	345	-0,9	4,2
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**1 709**	**1 340**	**3 049**	**1 870**	**1 715**	**3 585**	**1 899**	**1 755**	**3 654**	**1,9**	**19,8**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**120**	**231**	**351**	**113**	**225**	**338**	**119**	**224**	**343**	**1,5**	**-2,3**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**63**	**133**	**196**	**57**	**130**	**187**	**55**	**127**	**182**	**-2,7**	**-7,1**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**1 526**	**976**	**2 502**	**1 700**	**1 360**	**3 060**	**1 725**	**1 404**	**3 129**	**2,3**	**25,1**
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**114**	**301**	**415**	**92**	**299**	**391**	**93**	**326**	**419**	**7,2**	**1,0**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	102	273	375	80	274	354	80	295	375	5,9	0,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	9	25	34	9	21	30	9	21	30	0,0	-11,8
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	3	3	6	3	4	7	4	10	14	100,0	133,3

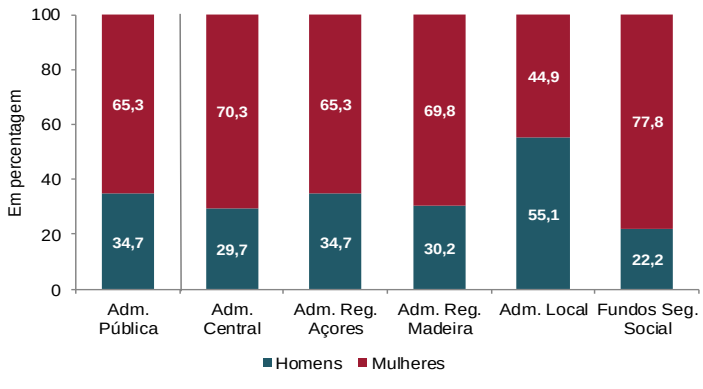
Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores portadores de deficiência por subsector



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores portadores de deficiência, por subsector, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em junho de 2017, o emprego nas empresas e entidades públicas detidas pela administração central registou uma quebra significativa face ao período homólogo (-24,4%), com maior relevância nas sociedades não financeiras (-34,4%), principalmente devido ao impacto da conclusão da reprivatização do capital social da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas, resultando na saída destas entidades do universo do sector público. O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração local, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, apresenta uma variação positiva de 4,0%. De salientar a estrutura maioritariamente masculina nestas entidades que integram o sector público, sendo este indicador particularmente relevante na administração regional da Madeira (84,3% de homens e 15,7% de mulheres) (Quadro e Gráfico 6.1).

No mês de referência das remunerações no primeiro semestre de 2017 (abril), é de destacar a variação positiva de 1,0% da remuneração base média mensal, nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração regional de Madeira e pela administração local (Quadro e Gráfico 6.2).

Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público

Unidade: postos de trabalho

	Emprego (N.º)												Variação homóloga					
	31 dez-2012			30-jun-2015			30-jun-2016			30-jun-2017			H		M		Total	
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Empresas e demais entidades públicas:																		
Detidas pela administração central	35 326	21 303	56 629	25 405	17 153	42 558	24 325	16 598	40 923	18 510	12 431	30 941	-5 815	-23,9	-4 167	-25,1	-9 982	-24,4
das quais: Sociedades financeiras	*6 267*	*7 714*	*13 981*	*7 422*	*8 497*	*15 919*	*6 935*	*8 330*	*15 265*	*6 272*	*7 830*	*14 102*	*-663*	*-9,6*	*-500*	*-6,0*	*-1 163*	*-7,6*
das quais: Sociedades não financeiras	*29 059*	*13 589*	*42 648*	*17 983*	*8 656*	*26 639*	*17 390*	*8 268*	*25 658*	*12 238*	*4 601*	*16 839*	*-5 152*	*-29,6*	*-3 667*	*-44,4*	*-8 819*	*-34,4*
Detidas pela adm. regional dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-	-	-
Detidas pela adm. regional da Madeira	1 974	332	2 306	1 878	324	2 202	1 911	327	2 238	1 929	358	2 287	18	0,9	31	9,5	49	2,2
Detidas pela administração local	10 203	4 371	14 574	10 288	4 594	14 882	10 552	4 693	15 245	10 935	4 915	15 850	383	3,6	222	4,7	605	4,0

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.
n.d. - não disponível

Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público

Unidade: euro

	Remuneração base média mensal						Ganho médio mensal					
	outubro 2012	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	Var. % abr.17/ abr.16	outubro 2012	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	Var. % abr.17/ abr.16
Empresas e demais entidades públicas:												
Detidas pela administração central	1 377,4	1 477,4	1 572,2	1 575,2	1 572,8	-0,2	2 014,1	2 114,4	2 226,2	2 230,5	2 222,8	-0,3
das quais: Sociedades financeiras	*1 603,5*	*1 573,3*	*1 709,1*	*1 718,2*	*1 722,6*	*0,3*	*2 273,8*	*2 268,8*	*2 422,1*	*2 449,3*	*2 429,6*	*-0,8*
das quais: Sociedades não financeiras	*1 303,7*	*1 439,1*	*1 489,2*	*1 488,8*	*1 489,2*	*0,0*	*1 929,5*	*2 052,6*	*2 107,5*	*2 098,1*	*2 107,4*	*0,4*
Detidas pela adm. regional dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-
Detidas pela adm. regional da Madeira	1 041,8	1 000,2	1 059,6	1 071,3	1 081,9	1,0	1 402,2	1 371,5	1 452,9	1 467,9	1 474,9	0,5
Detidas pela administração local	860,3	820,8	851,1	855,1	863,8	1,0	1 049,2	1 000,4	1 036,6	1 041,9	1 051,0	0,9

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.
n.d. - não disponível

Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 30 junho 2017

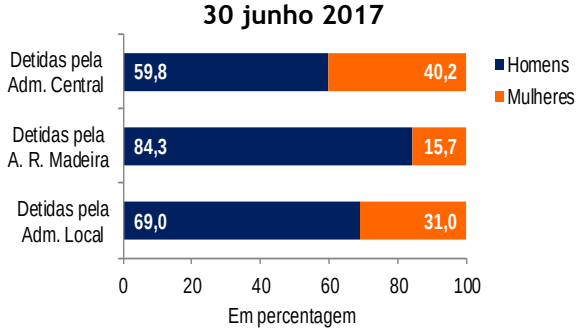
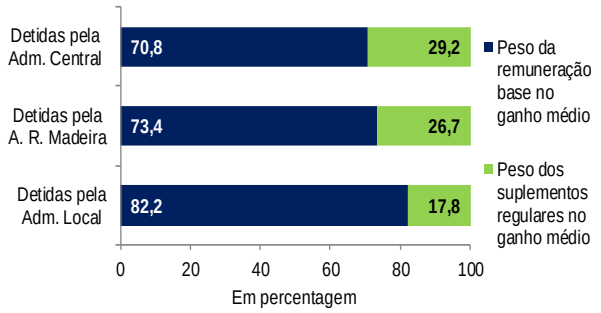


Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, abril 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público

A 30 de junho 2017, 72,4% do total de trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central são assistentes técnicos/administrativos e assistentes operacionais/operários/auxiliares. Nas mesmas entidades, 36,2% dos trabalhadores têm entre 35 e 44 anos: 36,7% nas sociedades financeiras e 35,9% nas sociedades não financeiras públicas.

Nas sociedades do sector público detidas pela administração regional da Madeira os trabalhadores distribuem-se por 26,8% nos escalões etários dos 35 aos 44 anos e 35,9% dos 45 aos 54 anos (Quadro 7.1 e Gráfico 7.1).

Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017

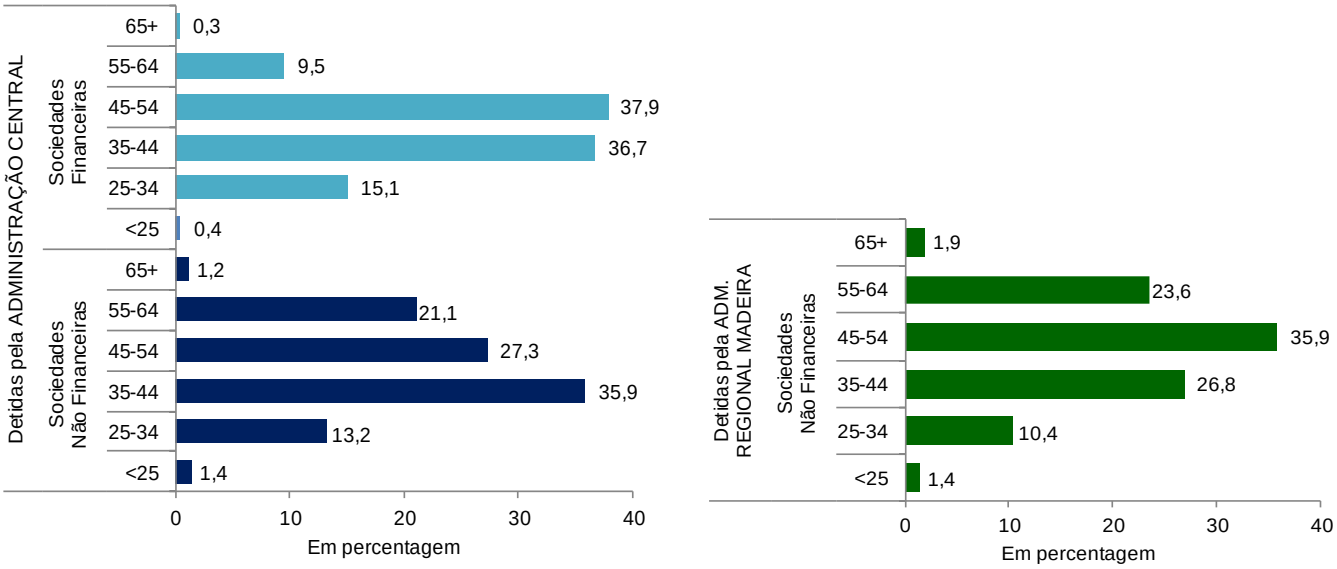
Unidade: Percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA							
	Total Emprego	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Total Emprego	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
Total	**30 941**	**1,0**	**14,1**	**36,2**	**32,1**	**15,8**	**0,8**	**100,0**	**2 287**	**1,4**	**10,4**	**26,8**	**35,9**	**23,6**	**1,9**	**100,0**
Dirigente superior	263	0,0	1,5	16,7	33,8	37,3	10,6	100,0	13	0,0	0,0	30,8	30,8	30,8	7,7	100,0
Dirigente intermédio	3 770	0,0	2,0	35,3	44,5	17,7	0,5	100,0	32	0,0	0,0	53,1	43,8	3,1	0,0	100,0
Técnico Superior	4 311	0,3	11,9	43,8	30,8	12,5	0,7	100,0	178	0,0	14,6	52,8	17,4	13,5	1,7	100,0
Assistente técnico/administrativo	13 240	0,7	18,0	35,1	33,2	12,6	0,4	100,0	404	0,2	8,7	25,0	35,9	28,7	1,5	100,0
Assist. operacional/operar./auxiliar	9 164	2,1	14,9	35,1	26,1	20,5	1,2	100,0	1 659	1,9	10,7	23,9	37,7	23,7	2,0	100,0
Informático	151	0,0	8,6	43,7	31,8	15,9	0,0	100,0	1	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pessoal de Inspecção	22	0,0	0,0	36,4	54,5	9,1	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Médico	10	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	40,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeiro	6	0,0	0,0	33,3	50,0	16,7	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	3	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial dos Registos e do Notariado	1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central e regional da Madeira, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 30 junho 2017

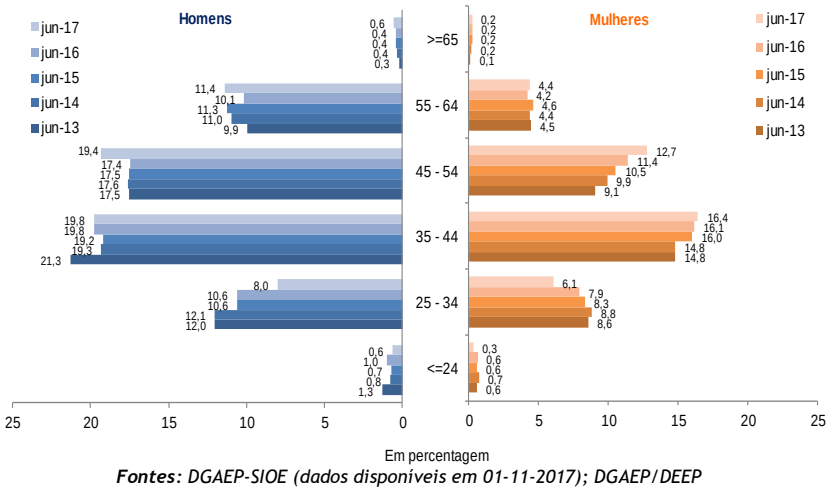
CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA		
	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)
Total	**44,5**	**30,5**	**44,6**	**47,0**	**18,7**	**31,2**
Dirigente superior	53,0	0,0	7,3	51,1	0,0	0,0
Dirigente intermédio	47,5	0,4	12,8	44,3	0,0	18,5
Técnico Superior	44,1	26,9	44,7	42,9	8,3	78,0
Assistente técnico/administrativo	43,5	43,5	53,8	48,4	11,2	24,7
Assist. operacional/operário/auxiliar	44,7	32,6	50,9	47,2	21,8	29,8
Informático	45,3	8,3	33,6	- 42,0	-	0,0
Pessoal de Inspecção	47,5	0,0	4,8	- -	-	-
Médico	63,0	0,0	0,0	- -	-	-
Enfermeiro	49,5	0,0	20,0	- -	-	-
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	48,7	0,0	0,0	- -	-	-
Oficial dos Registos e do Notariado	57,0	0,0	0,0	- -	-	-

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

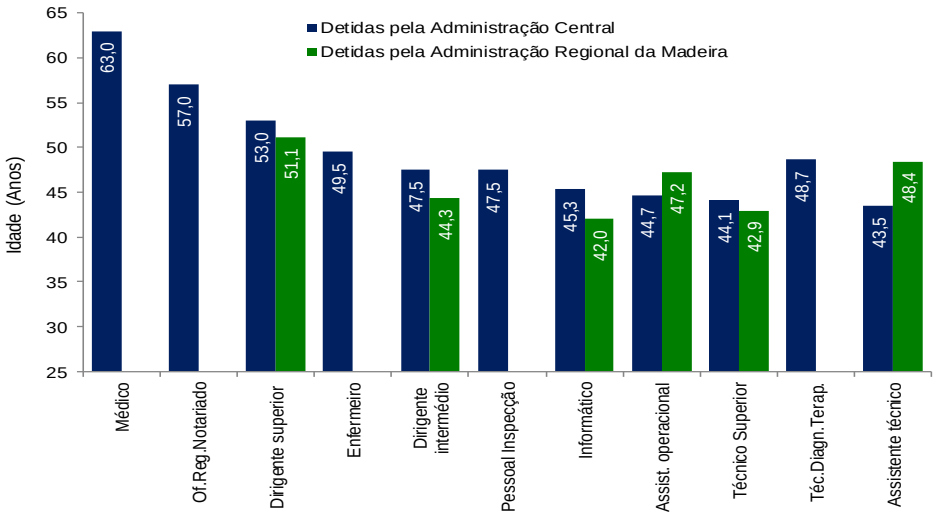
(*) Em número índice, base = 100; Ver também IV. Notas Técnicas relativas a conceitos.

Gráfico 7.2 Pirâmide etária dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

No último dia do 1.º semestre de 2017, a idade média estimada dos trabalhadores de empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central (44,5 anos) é inferior em 2,5 anos para o mesmo indicador na administração regional da Madeira (Quadro 7.2).

Nas entidades detidas pela administração central, os trabalhadores nas carreiras de assistentes técnicos e operacionais (72,4% do total de trabalhadores) apresentam idades inferiores às dos trabalhadores nas mesmas carreiras nas entidades detidas pela administração regional da Madeira (com uma representatividade de 90,2% do total) (Gráfico 7.3).

8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em 30 de junho 2017, 46,8% dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades detidas pela administração central têm nível de escolaridade de ensino superior, dos quais 69,6% no sector das sociedades financeiras e 27,7% nas sociedades não financeiras. Este indicador apresenta um valor mais baixo nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira: 11,1% dos trabalhadores detêm qualificações de nível superior em contraponto com o número de trabalhadores que possuem habilitação de ensino básico (72,8%).

De notar que do total de trabalhadores com ensino superior, nas entidades detidas pela administração central 54,9% são mulheres e 45,1% são homens, nas entidades detidas pela administração regional da Madeira 33,2% são mulheres e 66,8% homens (Quadro 8.1 e Gráficos 8.1 e 8.2).

Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 30 junho 2016 e 2017

		30-junho-2016			30-junho-2017			Variação (N.º)			Variação (%)		
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		**24 325**	**16 598**	**40 923**	**18 510**	**12 431**	**30 941**	**-5 815**	**-4 167**	**-9 982**	**-23,9**	**-25,1**	**-24,4**
Ensino básico		6 491	1 286	7 777	5 343	959	6 302	-1 148	-327	-1 475	-17,7	-25,4	-19,0
Ensino Secundário		9 762	5 583	15 345	6 645	3 528	10 173	-3 117	-2 055	-5 172	-31,9	-36,8	-33,7
Ensino Superior		8 072	9 729	17 801	6 522	7 944	14 466	-1 550	-1 785	-3 335	-19,2	-18,4	-18,7
Das quais:	**Sociedades Financeiras**	6 935	8 330	15 265	6 272	7 830	14 102	-663	-500	-1 163	-9,6	-6,0	-7,6
	Ensino básico	239	144	383	116	110	226	-123	-34	-157	-51,5	-23,6	-41,0
	Ensino Secundário	2 429	2 194	4 623	2 149	1 919	4 068	-280	-275	-555	-11,5	-12,5	-12,0
	Ensino Superior	4 267	5 992	10 259	4 007	5 801	9 808	-260	-191	-451	-6,1	-3,2	-4,4
	Sociedades Não Financeiras	17 390	8 268	25 658	12 238	4 601	16 839	-5 152	-3 667	-8 819	-29,6	-44,4	-34,4
	Ensino básico	6 252	1 142	7 394	5 227	849	6 076	-1 025	-293	-1 318	-16,4	-25,7	-17,8
	Ensino Secundário	7 333	3 389	10 722	4 496	1 609	6 105	-2 837	-1 780	-4 617	-38,7	-52,5	-43,1
	Ensino Superior	3 805	3 737	7 542	2 515	2 143	4 658	-1 290	-1 594	-2 884	-33,9	-42,7	-38,2
DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA		**1 911**	**327**	**2 238**	**1 929**	**358**	**2 287**	**18**	**31**	**49**	**0,9**	**9,5**	**2,2**
Ensino básico		1 487	157	1 644	1 493	171	1 664	6	14	20	0,4	8,9	1,2
Ensino Secundário		259	91	350	267	103	370	8	12	20	3,1	13,2	5,7
Ensino Superior		165	79	244	169	84	253	4	5	9	2,4	6,3	3,7

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2017

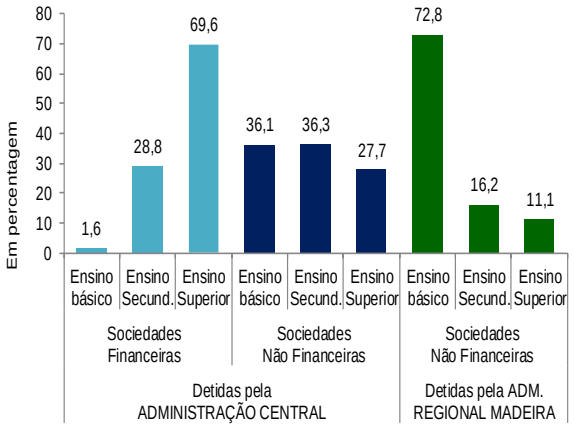
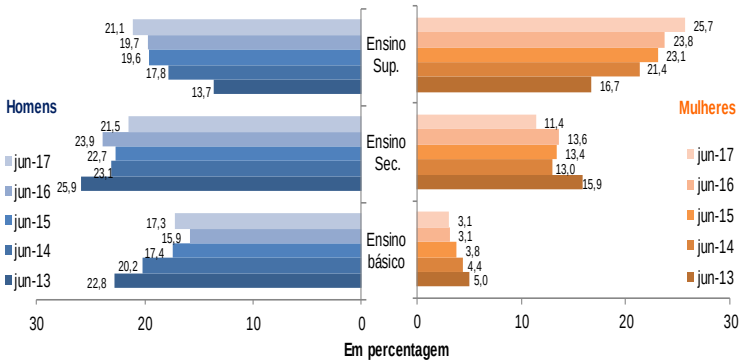


Gráfico 8.2 Estrutura por sexo do nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

As carreiras de técnico superior e assistente técnico/administrativo nas empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira são as que mais contribuem para os níveis de escolaridade de ensino superior. O grupo de assistente operacional/operário/auxiliar (dos quais 89,2% possui ensino básico) é o que mais contribui para que o nível de ensino básico dos trabalhadores na administração regional da Madeira seja elevado (72,8%) (Quadro 8.2). O peso de doutorados em relação aos restantes graus de habilitação de ensino superior é maior nos trabalhadores com cargos de direção superior nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central (Quadro 8.2 e Gráficos 8.3 e 8.4).

Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017

Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA							
	Emprego				Estrutura (%)				Emprego				Estrutura (%)			
	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	**6 302**	**10 173**	**14 466**	**30 941**	**20,4**	**32,9**	**46,8**	**100,0**	**1 664**	**370**	**253**	**2 287**	**72,8**	**16,2**	**11,1**	**100,0**
Dirigente superior	0	38	225	263	0,0	14,4	85,6	100,0	0	0	13	13	0,0	0,0	100,0	100,0
Dirigente intermédio	77	863	2 830	3 770	2,0	22,9	75,1	100,0	1	5	26	32	3,1	15,6	81,3	100,0
Técnico Superior	79	625	3 607	4 311	1,8	14,5	83,7	100,0	1	4	173	178	0,6	2,2	97,2	100,0
Assistente técnico/administrativo	857	4 940	7 443	13 240	6,5	37,3	56,2	100,0	182	192	30	404	45,0	47,5	7,4	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	5 278	3 625	261	9 164	57,6	39,6	2,8	100,0	1 480	169	10	1 659	89,2	10,2	0,6	100,0
Informático	10	65	76	151	6,6	43,0	50,3	100,0	0	0	1	1	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de Inspecção	1	14	7	22	4,5	63,6	31,8	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Médico	0	0	10	10	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Enfermeiro	0	0	6	6	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0	2	1	3	0,0	66,7	33,3	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 8.3 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, 30 junho 2017

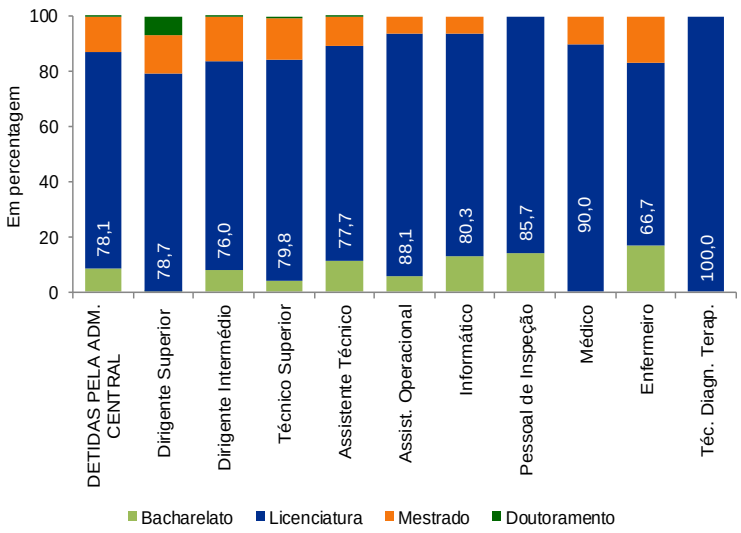
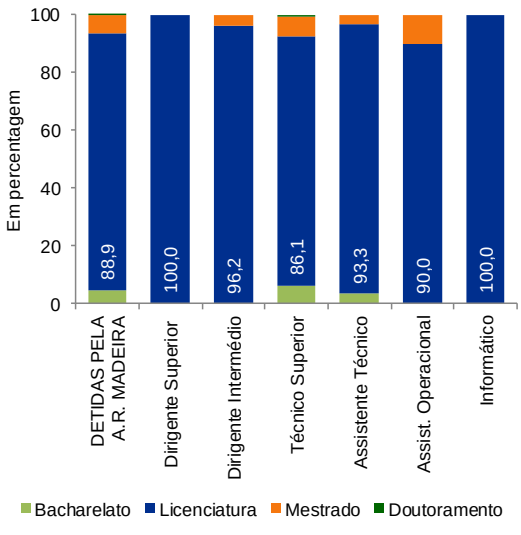


Gráfico 8.4 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades não financeiras detidas pela administração regional da Madeira, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público

O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração central nas atividades de "Transportes e armazenagem" (Secção H), e "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K) representa cerca de 63,5% do total de emprego nestas sociedades. Nas entidades detidas pela administração local 70,9% do emprego está afeto à atividade de "Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição" (Secção E), onde se enquadram os serviços municipalizados. As remunerações e ganhos médios mensais dos trabalhadores das entidades do sector público detidas pela administração central apresentam valores superiores aos das entidades detidas pelos restantes níveis de administração (Quadro 9.1 e Gráfico 9.1).

Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 2.º trimestre 2017

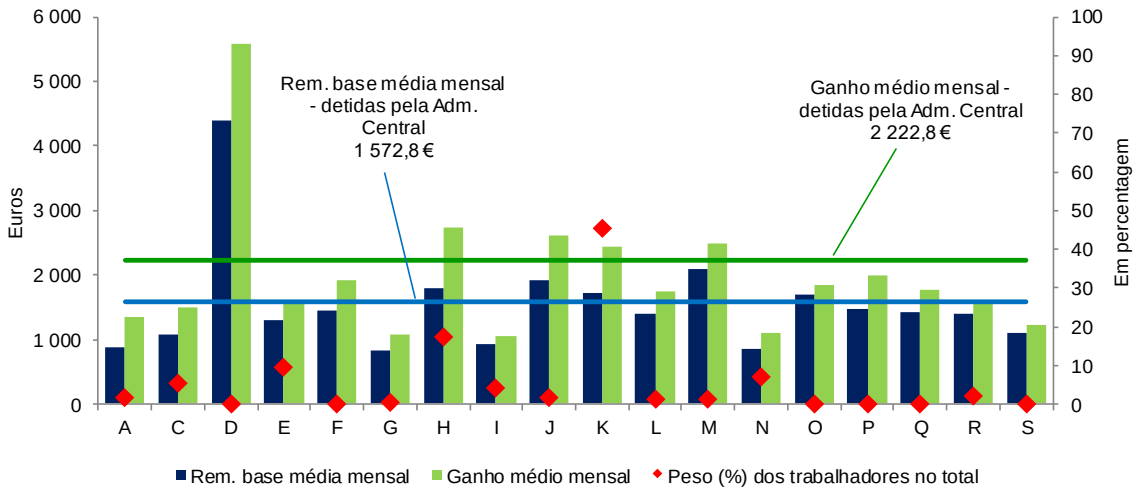
Unidades: postos de trabalho e euros

Secção	CAE Rev.3 Designação	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
		30 junho 2017		abril 2017		30 junho 2017		abril 2017		30 junho 2017		abril 2017	
		Emprego		Remun. base média mensal (€)	Ganho médio mensal (€)	Emprego		Remun. base média mensal (€)	Ganho médio mensal (€)	Emprego		Remun. base média mensal (€)	Ganho médio mensal (€)
		N.º	Peso %			N.º	Peso %			N.º	Peso %		
	Total	30 941	100,0	1 572,8	2 222,8	2 287	100,0	1 081,9	1 474,9	15 850	100,0	863,9	1 051,0
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	560	1,8	880,6	1 360,5	0	0,0	-	-	20	0,1	929,2	1 121,8
C	Indústrias transformadoras	1 694	5,5	1 085,1	1 501,7	0	0,0	-	-	25	0,2	782,6	898,9
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	0,0	4 404,5	5 590,8	699	30,6	1 559,5	2 225,8	33	0,2	1 469,7	1 602,1
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2 995	9,7	1 305,8	1 579,1	755	33,0	869,6	1 090,4	11 244	70,9	855,0	1 043,2
F	Construção	7	0,0	1 454,5	1 930,1	0	0,0	-	-	409	2,6	861,3	989,7
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	174	0,6	821,3	1 088,4	317	13,9	659,2	821,2	4	0,0	563,0	738,4
H	Transportes e armazenagem	5 483	17,7	1 788,1	2 725,4	487	21,3	885,1	1 248,8	1 433	9,0	890,8	1 111,6
I	Alojamento, restauração e similares	1 311	4,2	920,4	1 043,1	0	0,0	-	-	103	0,7	767,7	862,5
J	Atividades de informação e de comunicação	593	1,9	1 921,2	2 600,1	12	0,5	735,3	877,6	53	0,3	1 292,9	1 368,2
K	Atividades financeiras e de seguros	14 167	45,8	1 731,6	2 437,3	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-
L	Atividades imobiliárias	468	1,5	1 391,6	1 751,9	7	0,3	2 119,6	2 698,8	151	1,0	775,2	854,6
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	403	1,3	2 079,9	2 484,7	10	0,4	1 505,0	1 752,1	181	1,1	968,8	1 122,6
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2 250	7,3	862,2	1 097,5	0	0,0	-	-	286	1,8	740,6	874,0
O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	104	0,3	1 685,2	1 848,4	0	0,0	-	-	28	0,2	775,7	916,9
P	Educação	26	0,1	1 470,1	1 990,6	0	0,0	-	-	42	0,3	1 310,7	1 405,9
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	26	0,1	1 411,0	1 764,9	0	0,0	-	-	280	1,8	650,2	743,8
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	652	2,1	1 394,3	1 598,1	0	0,0	-	-	1 448	9,1	922,0	1 134,6
S	Outras atividades de serviços	26	0,1	1 102,5	1 219,2	0	0,0	-	-	110	0,7	869,2	1 082,0

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE Rev.3, abril 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

III. OUTROS INDICADORES

10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I

A 30 de junho de 2017, o emprego nas administrações públicas situava-se em 668 338 postos de trabalho, revelando um aumento de cerca de 1,3% em termos homólogos, correspondendo a mais 8 328 postos de trabalho.

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013), segundo as NUTS I, 92,4% dos trabalhadores encontram-se no Continente, 3,5% na Região Autónoma da Região dos Açores, 3,8% na Região Autónoma da Região da Madeira e 0,4% estão fora do território.

A carreiras de assistente técnico/administrativo, assistente operacional/operário/auxiliar e educadores de infância/docentes do ensino básico e secundário, correspondem a mais de metade do emprego total nas administrações públicas (55,4%) e representam 78,5% do emprego fora do território (Quadro 10.1).

Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I

Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS														
	30-jun-16					30-jun-17					Variação homóloga (%)				
	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO
Total	660 010	609 218	22 857	25 366	2 569	668 338	617 390	23 138	25 141	2 669	1,3	1,3	1,2	-0,9	3,9
Representantes do poder legislativo (a)	2 216	1 945	146	125	0	2 241	1 970	144	127	0	1,1	1,3	-1,4	1,6	-
Dirigente superior	1 642	1 418	124	97	3	1 627	1 410	124	90	3	-0,9	-0,6	0,0	-7,2	0,0
Dirigente intermédio	9 524	8 685	372	467	0	9 932	9 052	384	496	0	4,3	4,2	3,2	6,2	-
Técnico Superior	57 272	53 353	1 775	1 897	247	59 815	55 730	1 882	1 940	263	4,4	4,5	6,0	2,3	6,5
Assistente técnico/administrativo (b)	84 931	76 386	3 812	4 020	713	84 502	76 031	3 814	3 941	716	-0,5	-0,5	0,1	-2,0	0,4
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	151 933	136 386	6 950	7 989	608	151 914	136 652	6 917	7 720	625	0,0	0,2	-0,5	-3,4	2,8
Informático	4 920	4 412	237	265	6	4 960	4 451	241	263	5	0,8	0,9	1,7	-0,8	-16,7
Magistrado	3 826	3 696	69	61	0	3 781	3 657	65	59	0	-1,2	-1,1	-5,8	-3,3	-
Diplomata	359	122	0	0	237	358	107	0	0	251	-0,3	-12,3	-	-	5,9
Pessoal de Investigação Científica	1 340	1 321	17	2	0	1 511	1 491	17	3	0	12,8	12,9	0,0	50,0	-
Docente Ensino Universitário	14 097	13 625	209	220	43	14 341	13 904	210	180	47	1,7	2,0	0,5	-18,2	9,3
Docente Ensino Superior Politécnico	9 152	9 094	33	25	0	9 468	9 397	35	36	0	3,5	3,3	6,1	44,0	-
Educ.Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	130 031	117 747	5 296	6 282	706	133 804	121 371	5 404	6 276	753	2,9	3,1	2,0	-0,1	6,7
Pessoal de Inspecção	1 610	1 402	137	71	0	1 666	1 456	139	71	0	3,5	3,9	1,5	0,0	-
Médico	28 021	26 819	647	552	3	29 118	27 851	702	562	3	3,9	3,8	8,5	1,8	0,0
Enfermeiro	42 407	39 344	1 466	1 594	3	44 131	40 934	1 515	1 679	3	4,1	4,0	3,3	5,3	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8 754	8 133	315	306	0	8 895	8 268	325	302	0	1,6	1,7	3,2	-1,3	-
Técnico Superior de Saúde	1 881	1 750	34	97	0	1 869	1 739	36	94	0	-0,6	-0,6	5,9	-3,1	-
Administração Tributária e Aduaneira	9 387	9 193	0	194	0	9 247	9 054	0	193	0	-1,5	-1,5	-	-0,5	-
Conservador e Notário	618	607	0	11	0	606	595	0	11	0	-1,9	-2,0	-	0,0	-
Oficial dos Registos e do Notariado	4 053	3 948	0	105	0	4 008	3 903	0	105	0	-1,1	-1,1	-	0,0	-
Oficial de Justiça	7 465	7 157	170	138	0	7 427	7 111	170	146	0	-0,5	-0,6	0,0	5,8	-
Forças Armadas (d)	29 073	27 491	1 015	567	0	27 554	26 003	980	571	0	-5,2	-5,4	-3,4	0,7	-
Polícia Judiciária	2 182	2 182	0	0	0	2 165	2 165	0	0	0	-0,8	-0,8	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (d)	21 223	21 223	0	0	0	20 774	20 774	0	0	0	-2,1	-2,1	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (d)	22 622	22 622	0	0	0	22 452	22 452	0	0	0	-0,8	-0,8	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	791	791	0	0	0	823	823	0	0	0	4,0	4,0	-	-	-
Guarda Prisional	4 069	4 069	0	0	0	4 433	4 433	0	0	0	8,9	8,9	-	-	-
Outro Pessoal de Segurança	1 375	1 289	8	78	0	1 357	1 272	8	77	0	-1,3	-1,3	0,0	-1,3	-
Bombeiro	2 076	1 873	0	203	0	2 111	1 912	0	199	0	1,7	2,1	-	-2,0	-
Polícia Municipal (e)	1 160	1 135	25	0	0	1 448	1 422	26	0	0	24,8	25,3	4,0	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) Inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (c) Inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território) e aprendizes e praticantes; (d) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

Observação: A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

" - ": Ver sinais convencionais.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

Em abril de 2017, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas situava-se em cerca de 1 460,6€, correspondendo a uma variação homóloga de 1,9%, por efeito conjugado do impacto das políticas remuneratórias referidas e da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios.

O ganho médio mensal nas administrações públicas é estimado, para abril de 2017, em 1 676,8€, indiciando uma variação homóloga de 2,0%, pelos mesmos motivos referidos para a remuneração base média mensal.

Na distribuição geográfica segundo as NUTS I, o ganho médio mensal dos trabalhadores em exercício de funções em serviços externos (fora do território nacional) são superiores às restantes regiões - destacando-se a diferença face ao continente do ganho médio mensal na carreira de diplomata -, devido aos suplementos regulares que são devidos no exercício de funções no estrangeiro, dependendo do país de colocação (Quadro 10.2).

Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I

Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS																			
	abril 2016										abril 2017									
	PORTUGAL		CONTINENTE		R.A. DOS AÇORES		R.A. DA MADEIRA		FORA DO TERRITÓRIO		PORTUGAL		CONTINENTE		R.A. DOS AÇORES		R.A. DA MADEIRA		FORA DO TERRITÓRIO	
	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM
Total	1 433,2	1 644,5	1 439,7	1 647,2	1 322,0	1 537,8	1 286,3	1 464,0	2 402,1	3 842,5	1 460,6	1 676,8	1 467,0	1 679,5	1 353,6	1 564,0	1 310,5	1 491,9	2 401,0	3 924,8
Representantes do poder legislativo (a)	2 536,2	3 171,7	2 452,5	3 086,2	3 008,5	3 722,2	3 111,8	3 671,7	-	-	2 672,8	3 385,3	2 590,4	3 304,9	3 156,4	3 970,5	3 165,8	3 727,5	-	-
Dirigente superior	3 819,2	4 685,4	3 881,3	4 758,2	3 448,2	4 184,1	3 395,6	4 172,0	3 360,7	6 896,2	3 937,7	4 857,3	3 990,2	4 927,1	3 591,1	4 289,4	3 607,0	4 450,3	3 360,7	6 905,8
Dirigente intermédio	2 592,1	3 066,1	2 582,0	3 058,3	2 671,8	2 971,4	2 719,6	3 291,7	-	-	2 669,7	3 140,3	2 658,7	3 131,5	2 734,1	3 046,3	2 822,3	3 375,3	-	-
Técnico Superior	1 643,9	1 793,0	1 633,8	1 774,6	1 700,3	1 848,0	1 691,5	1 824,4	2 965,0	4 960,8	1 659,4	1 809,9	1 648,9	1 791,0	1 714,5	1 853,1	1 704,5	1 844,8	2 979,2	4 923,5
Assistente técnico/administrativo (b)	911,0	1 044,2	888,7	1 022,0	952,3	1 089,1	949,4	1 063,7	2 861,5	3 079,4	914,0	1 048,1	892,6	1 027,6	952,0	1 084,2	948,5	1 064,3	2 817,0	2 966,2
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	622,6	759,8	616,0	753,4	674,7	833,4	641,0	759,4	1 266,2	1 367,7	632,4	773,0	627,0	767,7	675,7	836,7	645,5	768,9	1 218,7	1 311,6
Informático	1 709,7	1 878,9	1 708,1	1 879,7	1 749,3	1 875,6	1 701,2	1 826,4	1 635,0	4 026,2	1 734,0	1 900,8	1 732,8	1 903,2	1 759,5	1 881,9	1 732,9	1 860,4	1 642,5	3 462,9
Magistrado	4 760,2	5 536,3	4 776,6	5 547,0	4 184,6	5 475,7	4 428,6	4 958,3	-	-	4 876,5	5 705,0	4 892,9	5 718,7	4 291,6	5 534,8	4 516,2	5 047,3	-	-
Diplomata	2 409,6	9 098,2	2 261,9	2 640,3	-	-	-	-	2 471,7	11 815,8	2 516,4	10 034,9	2 426,6	2 830,9	-	-	-	-	2 548,4	12 605,8
Pessoal de Investigação Científica	3 210,1	3 327,7	3 205,7	3 322,8	3 459,0	3 620,3	3 900,8	3 986,2	-	-	3 326,5	3 444,5	3 321,4	3 439,3	3 653,0	3 781,9	3 901,1	3 981,0	-	-
Docente Ensino Universitário	3 399,9	3 505,2	3 410,2	3 507,9	3 378,7	3 499,2	3 202,8	3 309,2	2 042,6	3 653,6	3 546,2	3 651,2	3 557,9	3 654,1	3 551,1	3 671,5	3 312,8	3 421,9	2 076,1	3 763,7
Docente Ensino Superior Politécnico	2 894,2	3 001,9	2 892,3	2 999,6	3 079,2	3 232,7	3 308,7	3 474,1	-	-	2 991,5	3 095,2	2 989,0	3 092,3	3 318,8	3 466,5	3 429,9	3 584,8	-	-
Educ.Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	1 994,6	2 096,9	2 005,7	2 102,9	1 875,3	2 013,3	1 830,8	1 942,3	2 689,8	3 336,8	2 008,7	2 106,4	2 017,9	2 111,3	1 902,1	2 019,2	1 858,1	1 965,3	2 728,4	3 360,1
Pessoal de Inspecção	2 160,5	2 505,5	2 187,3	2 529,2	1 891,2	2 290,5	2 142,0	2 441,8	-	-	2 218,4	2 545,3	2 246,4	2 569,2	1 921,6	2 301,8	2 228,5	2 536,4	-	-
Médico	2 672,4	3 410,3	2 673,4	3 378,3	2 736,7	4 213,5	2 566,3	4 046,3	1 342,0	2 842,0	2 764,8	3 518,4	2 763,3	3 487,8	2 855,1	4 190,1	2 736,8	4 196,7	1 342,0	2 842,0
Enfermeiro	1 326,4	1 506,6	1 324,4	1 503,5	1 378,1	1 664,7	1 329,7	1 438,7	989,1	989,1	1 335,4	1 523,6	1 333,5	1 520,8	1 392,6	1 693,0	1 329,3	1 442,0	989,1	989,1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 225,1	1 369,1	1 217,6	1 359,4	1 346,7	1 553,2	1 302,3	1 440,3	-	-	1 233,0	1 382,9	1 225,2	1 373,5	1 349,4	1 545,0	1 321,1	1 466,6	-	-
Técnico Superior de Saúde	1 831,7	2 019,0	1 826,1	2 013,6	2 111,4	2 495,7	1 834,5	1 950,3	-	-	1 865,6	2 060,7	1 863,2	2 060,5	2 154,8	2 450,4	1 801,0	1 922,6	-	-
Administração Tributária e Aduaneira	1 796,2	1 971,1	1 797,8	1 971,9	-	-	1 720,7	1 935,0	-	-	1 843,0	2 019,9	1 844,7	2 020,9	-	-	1 761,2	1 973,5	-	-
Conservador e Notário	3 473,8	3 714,3	3 503,6	3 699,6	-	-	1 459,1	4 710,2	-	-	3 554,3	3 880,1	3 592,2	3 852,8	-	-	1 498,3	5 362,6	-	-
Oficial dos Registos e do Notariado	1 856,1	2 026,3	1 885,2	2 022,4	-	-	716,1	2 179,4	-	-	1 904,2	2 099,9	1 935,3	2 091,9	-	-	722,5	2 405,1	-	-
Oficial de Justiça	1 360,5	1 570,3	1 362,1	1 564,2	1 355,1	1 747,1	1 280,5	1 675,3	-	-	1 365,4	1 586,1	1 367,4	1 579,5	1 346,1	1 770,4	1 292,0	1 691,7	-	-
Forças Armadas (d)	1 146,0	1 525,7	1 158,0	1 540,9	952,0	1 285,9	900,9	1 202,1	-	-	1 179,1	1 574,3	1 192,8	1 591,3	959,8	1 313,7	883,4	1 189,2	-	-
Polícia Judiciária	1 784,8	2 196,2	1 784,8	2 196,2	-	-	-	-	-	-	1 819,6	2 240,2	1 819,6	2 240,2	-	-	-	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (d)	1 392,6	1 818,8	1 392,6	1 818,8	-	-	-	-	-	-	1 404,9	1 872,8	1 404,9	1 872,8	-	-	-	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (d)	1 406,1	1 668,4	1 406,1	1 668,4	-	-	-	-	-	-	1 438,7	1 695,1	1 438,7	1 695,1	-	-	-	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 022,1	2 795,3	2 022,1	2 795,3	-	-	-	-	-	-	2 082,6	2 834,7	2 082,6	2 834,7	-	-	-	-	-	-
Guarda Prisional	1 008,9	1 824,9	1 008,9	1 824,9	-	-	-	-	-	-	1 040,7	1 947,1	1 040,7	1 947,1	-	-	-	-	-	-
Outro Pessoal de Segurança	1 103,7	1 558,5	1 108,4	1 580,2	-	-	1 026,3	1 199,8	-	-	1 113,2	1 618,3	1 120,9	1 645,2	723,8	901,0	1 020,1	1 232,4	-	-
Bombeiro	972,5	1 496,0	995,2	1 526,5	-	-	768,0	1 222,5	-	-	969,8	1 484,9	990,9	1 502,9	-	-	771,6	1 315,2	-	-
Polícia Municipal (e)	943,1	1 414,7	947,6	1 424,2	744,1	991,4	-	-	-	-	991,2	1 520,7	996,0	1 533,5	743,4	860,3	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) Inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (c) Inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território) e aprendizes e praticantes; (d) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

Observação: A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

RBMM: Remuneração base média mensal; **GMM**: Ganho médio mensal.

" - ": Ver sinais convencionais.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos, versão NUTS 2013, a maior concentração de estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos situa-se no Norte (290). Ao nível de NUTS II, para os mesmos estabelecimentos, o Algarve regista, em média, o maior número de docentes por estabelecimento (157,9), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (157,7) e o Norte (153,3). As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) concentram, em conjunto, o maior número de emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos: perto de 37,4% nos estabelecimentos de ensino básico e secundário e 50,2% nos estabelecimentos de ensino superior (Quadro 11.1).

Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 30 junho 2017

	Estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário						Estabelecimentos ensino superior		
	N.º de Estabelec.	Educ.Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média docentes por estabelec.	Total Emprego nos estab. (*)	Dimensão Média dos estabelec.	População residente 3-18 anos por docente	Investigad. e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Emprego nos estab. Ens. Sup.
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)=(4)/(1)	(6)	(7)	(8)	(9)
Portugal	**897**	**131 126**	**146,2**	**188 510**	**210,2**	**12,2**	**15 049**	**9 456**	**35 647**
Continente	**810**	**119 430**	**147,4**	**171 793**	**212,1**	**12,6**	**14 649**	**9 385**	**34 842**
Norte	**290**	**44 454**	**153,3**	**64 716**	**223,2**	**12,3**	**4 144**	**2 974**	**10 101**
Alto Minho	20	3 042	152,1	4 692	234,6	-	0	343	461
Cávado	31	5 145	166,0	7 287	235,1	-	782	306	1 613
Ave	33	4 878	147,8	7 158	216,9	-	468	0	549
Área Metropolitana do Porto	121	19 847	164,0	28 273	233,7	-	2 397	1 570	5 627
Alto Tâmega	8	1 220	152,5	1 832	229,0	-	0	0	0
Tâmega e Sousa	41	5 826	142,1	8 816	215,0	-	0	122	139
Douro	24	2 857	119,0	4 253	177,2	-	493	110	1 000
Terras de Trás-os-Montes	12	1 639	136,6	2 405	200,4	-	4	523	712
Centro	**191**	**27 593**	**144,5**	**40 562**	**212,4**	**11,6**	**3 210**	**3 146**	**9 316**
Região de Aveiro	28	4 428	158,1	6 236	222,7	-	760	283	1 537
Região de Coimbra	36	5 123	142,3	7 526	209,1	-	1 730	850	3 852
Região de Leiria	23	3 299	143,4	4 780	207,8	-	4	574	857
Viseu Dão Lafões	25	3 717	148,7	5 743	229,7	-	0	378	554
Beiras e Serra da Estrela	24	2 918	121,6	4 472	186,3	-	716	210	1 296
Beira Baixa	9	1 017	113,0	1 535	170,6	-	0	408	606
Oeste	27	4 146	153,6	6 044	223,9	-	0	228	277
Médio Tejo	19	2 945	155,0	4 226	222,4	-	0	215	337
Área Metropolitana de Lisboa	**197**	**31 060**	**157,7**	**42 267**	**214,6**	**15,1**	**6 344**	**2 202**	**12 279**
Alentejo	**93**	**10 167**	**109,3**	**14 967**	**160,9**	**10,0**	**493**	**706**	**1 970**
Alentejo Litoral	15	1 272	84,8	1 948	129,9	-	0	0	0
Alto Alentejo	20	1 678	83,9	2 414	120,7	-	1	194	313
Alentejo Central	18	2 258	125,4	3 374	187,4	-	492	25	904
Baixo Alentejo	18	1 773	98,5	2 700	150,0	-	0	225	340
Lezíria do Tejo	22	3 186	144,8	4 531	206,0	-	0	262	413
Algarve	**39**	**6 156**	**157,9**	**9 281**	**238,0**	**11,6**	**458**	**357**	**1 176**
Região Autónoma dos Açores	**40**	**5 346**	**133,7**	**7 373**	**184,3**	**8,4**	**220**	**35**	**435**
Região Autónoma da Madeira	**41**	**5 926**	**144,5**	**8 584**	**209,4**	**7,2**	**180**	**36**	**370**
Fora do Território	**6**	**424**	**70,7**	**760**	**126,7**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; INE - Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017 e Censos 2011; Ver IV. Notas técnicas*

Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos no território e fora do território, correspondendo à CAE Educação, exceto Formação Profissional e estabelecimentos de ensino das Forças Armadas. Fora do território: estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos portugueses no estrangeiro; esta distribuição geográfica não inclui pessoal dos serviços externos do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., como docentes do ensino básico e secundário e docentes universitários que integram o ensino de português no estrangeiro, bem como agentes de cooperação.

" - ": Ver sinais convencionais.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

Na distribuição geográfica segundo as NUTS II, o emprego de pessoal não docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, comparativamente com o período homólogo, aumentou em todas as regiões, exceto nas regiões do Centro, da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira (-1,2%, -0,6% e -1,8% respetivamente). O emprego de pessoal docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, comparativamente com o período homólogo, apresenta um crescimento em todas as regiões, exceto na Região Autónoma da Madeira (-0,6%). Fora do território verifica-se o maior aumento de emprego de pessoal docente e não docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, comparativamente com o período homólogo (14,6% e 15,1%), devido principalmente à entrada de novas entidades no universo das administrações públicas (Gráficos 11.1 a 11.3).

Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 30 junho 2017

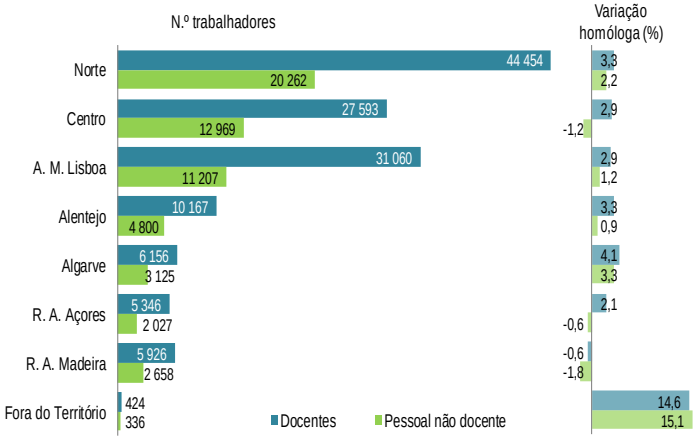
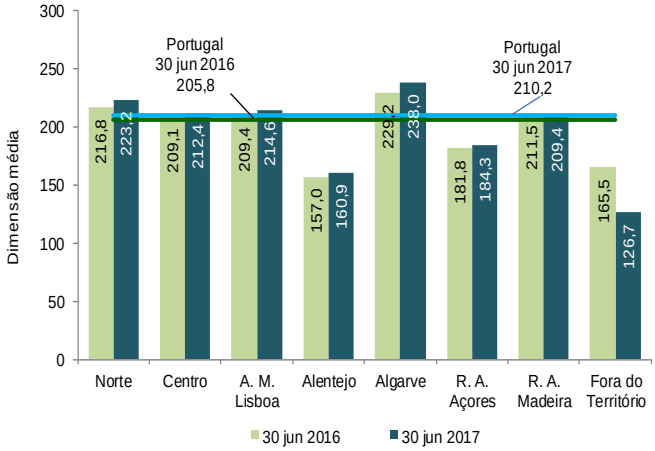
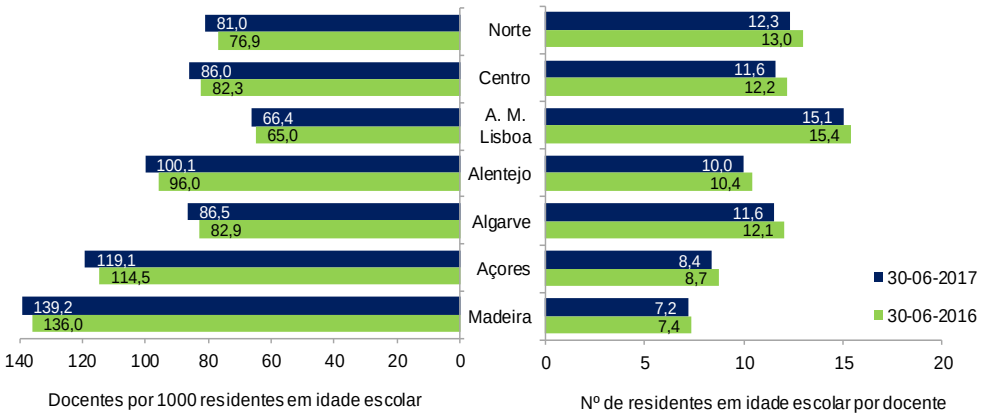


Gráfico 11.2 Dimensão média nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 30 junho 2016 e 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.*

Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II, 30 junho 2016 e 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); INE - Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.*

O número de residentes em idade escolar por docente de ensino básico e secundário apresenta o maior valor na Área Metropolitana de Lisboa (15,1) em oposição à Região Autónoma da Madeira com um docente para cada 7,2 residentes em idade escolar (Gráficos 11.1 a 11.3). A média nacional é de 12,2 residentes em idade escolar para cada docente (Quadro 11.1).

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) centralizam, em conjunto, o maior número de investigadores e docentes de ensino universitário: perto de 58,1% (6 344 e 2 397, respetivamente). Os docentes do ensino superior politécnico concentram-se em particular na região Centro (NUTS II): aproximadamente de 33,3% (Quadro 11.1).

Os estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos apresentam uma dimensão média em termos de emprego de 210,2 trabalhadores, valor com um máximo no Algarve (238 trabalhadores em média). Este indicador apresenta um valor mínimo para estabelecimentos portugueses no estrangeiro (NUTS II), com 126,7 trabalhadores em média (Quadro 11.1 e Gráfico 11.2).

Em abril de 2017, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos de educação e ensino públicos (NUTS II) revelam, em termos homólogos, uma variação positiva entre 0,9% e 2,3%. O ganho médio dos trabalhadores a tempo completo, comparativamente com o período homólogo, aumentou em todas as regiões, exceto Fora do território (-3,0%) (Quadro 11.2).

Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS

Unidade: Euros

NUTS II e III	Estabelecimentos de educação e ensino públicos (todos os níveis de ensino)															
	Remuneração base média mensal (€)								Ganho médio mensal (€)							
	abril 2012	abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	Variação (%) abr-17/ abr-16	Variação (%) abr-17/ abr-12	abril 2012	abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	Variação (%) abr-17/ abr-16	Variação (%) abr-17/ abr-12
Portugal	**1 657,1**	**1 652,4**	**1 557,3**	**1 666,8**	**1 689,6**	**1 713,8**	**1,4**	**3,4**	**1 749,3**	**1 748,3**	**1 655,7**	**1 768,6**	**1 787,7**	**1 808,2**	**1,2**	**3,4**
Continente	**1 665,5**	**1 665,8**	**1 571,0**	**1 679,1**	**1 701,9**	**1 725,9**	**1,4**	**3,6**	**1 755,8**	**1 759,5**	**1 664,0**	**1 777,9**	**1 796,1**	**1 816,9**	**1,2**	**3,5**
Norte	**1 644,7**	**1 645,7**	**1 551,0**	**1 663,8**	**1 688,8**	**1 709,0**	**1,2**	**3,9**	**1 734,2**	**1 737,8**	**1 643,0**	**1 761,7**	**1 782,4**	**1 798,3**	**0,9**	**3,7**
Alto Minho	1 580,8	1 551,2	1 465,3	1 577,6	1 594,2	1 615,2	1,3	2,2	1 669,3	1 641,8	1 556,2	1 674,2	1 685,3	1 703,0	1,1	2,0
Cávado	1 739,3	1 758,2	1 629,4	1 767,3	1 798,8	1 837,9	2,2	5,7	1 830,7	1 853,9	1 721,4	1 866,9	1 891,9	1 928,5	1,9	5,3
Ave	1 648,5	1 631,2	1 535,2	1 654,2	1 701,1	1 682,4	-1,1	2,1	1 738,5	1 722,6	1 627,7	1 753,0	1 811,0	1 773,5	-2,1	2,0
Área Metropolitana do Porto	1 684,5	1 688,0	1 601,9	1 705,6	1 722,9	1 751,1	1,6	4,0	1 774,5	1 779,5	1 694,6	1 803,1	1 814,8	1 840,4	1,4	3,7
Alto Tâmega	1 607,6	1 556,0	1 440,5	1 572,8	1 596,1	1 627,8	2,0	1,3	1 694,1	1 648,9	1 530,3	1 670,6	1 686,2	1 716,8	1,8	1,3
Tâmega e Sousa	1 415,2	1 418,8	1 355,9	1 462,4	1 477,7	1 478,2	0,0	4,5	1 503,8	1 511,4	1 447,7	1 560,3	1 568,3	1 567,3	-0,1	4,2
Douro	1 664,7	1 679,1	1 545,2	1 660,7	1 716,0	1 735,6	1,1	4,3	1 753,2	1 771,7	1 637,6	1 759,6	1 809,0	1 824,1	0,8	4,0
Terras de Trás-os-Montes	1 706,7	1 721,3	1 600,9	1 719,6	1 753,4	1 794,6	2,4	5,2	1 792,1	1 812,5	1 688,7	1 814,1	1 843,4	1 880,9	2,0	5,0
Centro	**1 699,7**	**1 682,0**	**1 586,2**	**1 693,7**	**1 716,9**	**1 755,6**	**2,3**	**3,3**	**1 788,8**	**1 776,0**	**1 679,3**	**1 792,5**	**1 809,8**	**1 845,4**	**2,0**	**3,2**
Região de Aveiro	1 880,0	1 832,7	1 727,9	1 845,0	1 871,0	1 933,0	3,3	2,8	1 971,7	1 928,0	1 823,9	1 945,4	1 966,2	2 023,5	2,9	2,6
Região de Coimbra	1 630,0	1 624,5	1 535,3	1 640,5	1 657,2	1 678,9	1,3	3,0	1 720,1	1 718,8	1 628,2	1 737,5	1 750,6	1 770,3	1,1	2,9
Região de Leiria	1 609,7	1 600,7	1 500,6	1 596,5	1 653,5	1 672,5	1,2	3,9	1 697,2	1 693,8	1 593,4	1 695,4	1 745,4	1 762,1	1,0	3,8
Viseu Dão Lafões	1 641,3	1 660,1	1 558,5	1 678,5	1 706,3	1 771,4	3,8	7,9	1 728,4	1 754,2	1 650,8	1 776,5	1 798,4	1 861,6	3,5	7,7
Beiras e Serra da Estrela	1 599,4	1 589,0	1 507,5	1 592,4	1 607,3	1 668,1	3,8	4,3	1 685,4	1 683,5	1 600,0	1 689,0	1 699,8	1 756,1	3,3	4,2
Beira Baixa	1 704,4	1 695,1	1 574,7	1 705,8	1 782,3	1 782,6	0,0	4,6	1 793,7	1 790,6	1 670,1	1 806,5	1 877,3	1 874,7	-0,1	4,5
Oeste	1 776,7	1 756,1	1 673,3	1 776,0	1 805,0	1 844,9	2,2	3,8	1 866,1	1 849,1	1 765,4	1 873,9	1 896,7	1 933,9	2,0	3,6
Médio Tejo	1 568,6	1 536,4	1 447,1	1 561,4	1 538,2	1 538,4	0,0	-1,9	1 658,4	1 628,5	1 537,5	1 661,7	1 629,3	1 627,0	-0,1	-1,9
Área Metropolitana de Lisboa	**1 731,4**	**1 743,8**	**1 639,6**	**1 749,9**	**1 766,3**	**1 782,0**	**0,9**	**2,9**	**1 823,8**	**1 839,4**	**1 734,0**	**1 850,1**	**1 861,6**	**1 874,4**	**0,7**	**2,8**
Alentejo	**1 566,4**	**1 566,0**	**1 485,7**	**1 598,0**	**1 613,7**	**1 643,2**	**1,8**	**4,9**	**1 656,4**	**1 660,4**	**1 578,7**	**1 697,7**	**1 706,4**	**1 736,2**	**1,7**	**4,8**
Alentejo Litoral	1 416,0	1 421,6	1 359,1	1 456,3	1 488,8	1 500,9	0,8	6,0	1 506,0	1 513,7	1 453,4	1 555,1	1 583,8	1 608,2	1,5	6,8
Alto Alentejo	1 550,9	1 550,2	1 456,7	1 565,4	1 585,3	1 606,1	1,3	3,6	1 641,7	1 644,3	1 550,4	1 666,7	1 679,5	1 699,2	1,2	3,5
Alentejo Central	1 698,4	1 675,4	1 605,6	1 734,7	1 746,0	1 791,1	2,6	5,5	1 788,5	1 769,4	1 696,8	1 834,4	1 838,6	1 881,3	2,3	5,2
Baixo Alentejo	1 541,2	1 530,9	1 470,4	1 570,9	1 580,9	1 607,2	1,7	4,3	1 633,8	1 624,7	1 564,5	1 669,9	1 672,0	1 700,3	1,7	4,1
Lezíria do Tejo	1 536,2	1 557,2	1 451,9	1 565,6	1 578,8	1 610,8	2,0	4,9	1 624,3	1 653,3	1 545,2	1 665,1	1 670,9	1 700,4	1,8	4,7
Algarve	**1 486,8**	**1 507,7**	**1 437,0**	**1 501,8**	**1 540,3**	**1 553,4**	**0,9**	**4,5**	**1 576,7**	**1 601,1**	**1 528,9**	**1 599,8**	**1 642,1**	**1 653,6**	**0,7**	**4,9**
Região Autónoma dos Açores	**1 546,6**	**1 563,4**	**1 456,9**	**1 587,0**	**1 607,6**	**1 638,7**	**1,9**	**6,0**	**1 678,2**	**1 697,9**	**1 679,6**	**1 750,9**	**1 747,2**	**1 762,2**	**0,9**	**5,0**
Região Autónoma da Madeira	**1 539,9**	**1 472,1**	**1 381,5**	**1 506,2**	**1 537,0**	**1 557,8**	**1,4**	**1,2**	**1 642,2**	**1 577,7**	**1 484,9**	**1 612,0**	**1 642,6**	**1 659,3**	**1,0**	**1,0**
Fora do Território	**988,4**	**1 069,4**	**1 071,1**	**1 098,6**	**1 221,2**	**1 236,2**	**1,2**	**25,1**	**1 170,1**	**1 242,2**	**1 302,3**	**1 362,7**	**1 982,6**	**1 923,3**	**-3,0**	**64,4**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP.*
NUTS - versão 2013. **Notas:** ver notas do Quadro 10.1.

Gráfico 11.4 Remunerações e variação nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, abril 2017

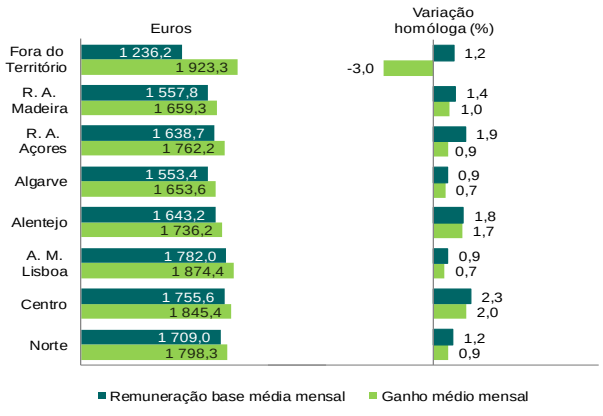
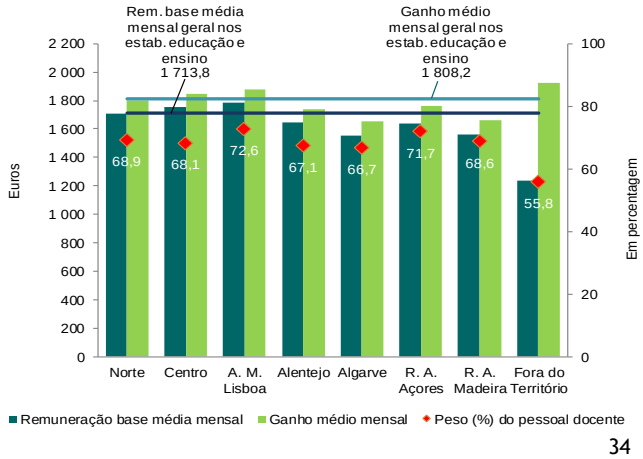


Gráfico 11.5 Remunerações dos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, abril 2017



No território português, o emprego em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – correspondendo à "Atividade de saúde humana" - concentra-se, ao nível de NUTS II, na região Norte, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro (no conjunto, 82,0% do total de emprego em saúde). Destaca-se a região Norte (NUTS II) como a maior empregadora, com 40 882 trabalhadores nas atividades de saúde humana, correspondendo a 31,1% da distribuição total do emprego e com a maior percentagem do peso do pessoal de saúde, 65,0% (Quadro 11.3).

Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 30 junho 2017

	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Técnicos superiores de saúde	Total pessoal de saúde	Total emprego saúde (*)	Peso do pessoal de saúde (%)	Distribuição do total do emprego (%)	Pessoal de saúde por 1000 residentes	Emprego saúde (*) 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(6)	(7)=(5)/(6)	(8)	(9)	(10)
Portugal	**28 715**	**43 428**	**8 199**	**1 591**	**81 933**	**131 646**	**62,2**	**100,0**	**8,0**	**12,8**
Continente	**27 454**	**40 248**	**7 622**	**1 467**	**76 791**	**122 035**	**62,9**	**92,7**	**7,8**	**12,5**
Norte	**10 196**	**13 774**	**2 157**	**457**	**26 584**	**40 882**	**65,0**	**31,1**	**7,5**	**11,5**
Alto Minho	572	893	104	36	1 605	2 486	64,6	1,9	-	-
Cávado	470	550	45	17	1 082	1 695	63,8	1,3	-	-
Ave	727	885	107	21	1 740	2 513	69,2	1,9	-	-
Área Metropolitana do Porto	6 559	8 589	1 442	304	16 894	25 657	65,8	19,5	-	-
Alto Tâmega	96	129	16	1	242	393	61,6	0,3	-	-
Tâmega e Sousa	802	996	128	22	1 948	3 117	62,5	2,4	-	-
Douro	654	1 118	193	34	1 999	3 189	62,7	2,4	-	-
Terras de Trás-os-Montes	316	614	122	22	1 074	1 832	58,6	1,4	-	-
Centro	**6 222**	**10 047**	**1 785**	**355**	**18 409**	**28 903**	**63,7**	**22,0**	**8,2**	**12,9**
Região de Aveiro	697	1 037	150	29	1 913	2 853	67,1	2,2	-	-
Região de Coimbra	2 529	3 709	701	165	7 104	10 926	65,0	8,3	-	-
Região de Leiria	566	919	138	30	1 653	2 561	64,5	1,9	-	-
Viseu Dão Lafões	766	1 079	189	31	2 065	3 118	66,2	2,4	-	-
Beiras e Serra da Estrela	518	1 110	216	32	1 876	3 263	57,5	2,5	-	-
Beira Baixa	206	440	69	16	731	1 202	60,8	0,9	-	-
Oeste	566	839	141	24	1 570	2 447	64,2	1,9	-	-
Médio Tejo	374	914	181	28	1 497	2 533	59,1	1,9	-	-
Área Metropolitana de Lisboa	**8 540**	**11 585**	**2 694**	**491**	**23 310**	**38 163**	**61,1**	**29,0**	**8,3**	**13,5**
Alentejo	**1 461**	**2 917**	**580**	**77**	**5 035**	**8 477**	**59,4**	**6,4**	**7,0**	**11,8**
Alentejo Litoral	129	346	76	7	558	952	58,6	0,7	-	-
Alto Alentejo	207	547	100	6	860	1 544	55,7	1,2	-	-
Alentejo Central	445	674	134	8	1 261	2 017	62,5	1,5	-	-
Baixo Alentejo	222	554	125	32	933	1 654	56,4	1,3	-	-
Lezíria do Tejo	458	796	145	24	1 423	2 310	61,6	1,8	-	-
Algarve	**1 035**	**1 925**	**406**	**87**	**3 453**	**5 610**	**61,6**	**4,3**	**7,8**	**12,7**
Região Autónoma dos Açores	**701**	**1 504**	**323**	**36**	**2 564**	**4 811**	**53,3**	**3,7**	**10,5**	**19,7**
Região Autónoma da Madeira	**560**	**1 676**	**254**	**88**	**2 578**	**4 800**	**53,7**	**3,6**	**10,2**	**19,0**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); INE - Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017 e Censos 2011; DGAEP/DEEP - Ver IV. Notas técnicas.*
Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) classificados na atividade de saúde humana.
" - ": Ver sinais convencionais.
NUTS - versão 2013.

As regiões NUTS II, Norte (7,5), Alentejo (7,0) e Algarve (7,8) apresentam valores abaixo da média nacional (8,0) para o indicador da saúde por 1 000 residentes, em oposição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com 10,5 e 10,2, respetivamente (Quadro 11.3).

Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 30 junho 2017

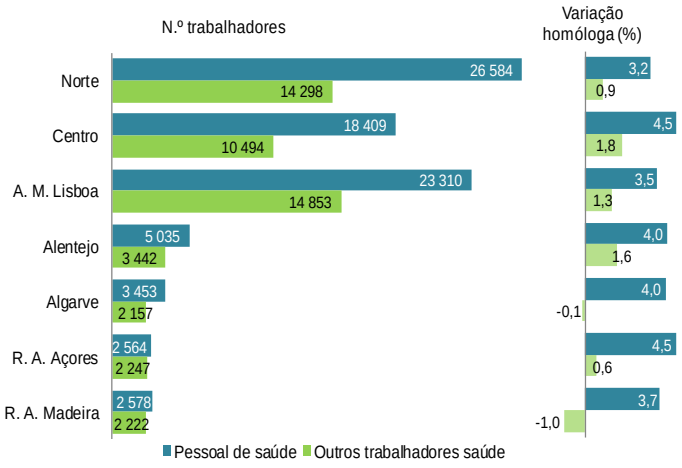
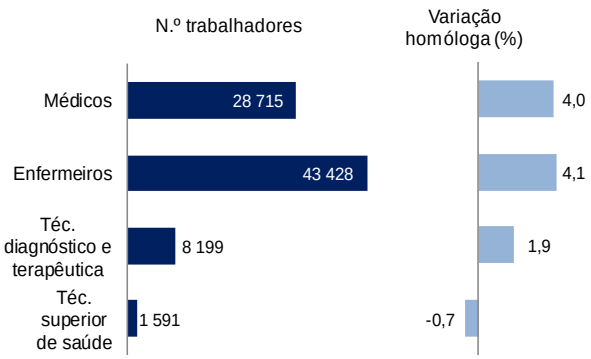


Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.*

Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 30 junho 2017

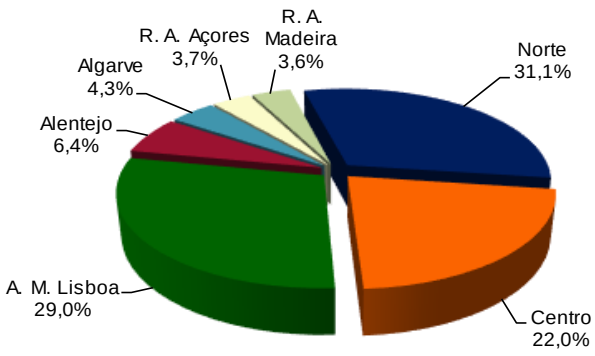
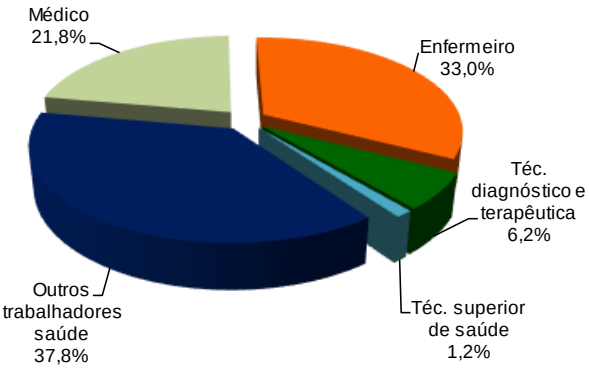


Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.*

Em termos homólogos constata-se que o emprego do pessoal de saúde na atividade de saúde humana (CAE 86) aumentou em todas as regiões. A carreira de enfermagem, que representa 33,0% do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana, registou o maior crescimento de 4,1% em termos homólogos.

Crescimentos bastantes significativos verificam-se também nas carreiras de médico (4,0%) e de técnico de diagnóstico e terapêutica (1,9%) (Quadro 11.3 e Gráficos 11.6 a 11.9).

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) concentram, em conjunto, o maior número de médicos: perto de 18,4% (8 540 e 6 559, respetivamente) no total do pessoal de saúde. Os enfermeiros concentram-se nas mesmas regiões NUTS III, ou seja, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, somando um emprego de 20 174, correspondendo a 24,6% no total do pessoal de saúde.

No mês de referência, abril 2017, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde (NUTS II) apresentam uma variação homóloga positiva entre 0,8% e 3,7%. O mesmo sucede nos ganhos médios dos trabalhadores a tempo completo, que apresentam crescimentos entre 1,8% e 3,1% para todas as regiões (Quadro 11.4 e Gráfico 11.10).

Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS

Unidade: Euros

Entidades do sector das administrações públicas na "Atividade de saúde humana"

NUTS II e III	Remuneração base média mensal (€)						Variação (%)		Ganho médio mensal (€)						Variação (%)	
	abril 2012	abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	abr-17/ abr-16	abr-17/ abr-12	abril 2012	abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	abr-17/ abr-16	abr-17/ abr-12
Portugal	**1 346,7**	**1 361,2**	**1 297,5**	**1 373,6**	**1 406,5**	**1 437,8**	**2,2**	**6,8**	**1 673,7**	**1 663,5**	**1 577,0**	**1 662,5**	**1 691,3**	**1 730,9**	**2,3**	**3,4**
Continente	**1 358,4**	**1 373,5**	**1 309,1**	**1 385,3**	**1 418,0**	**1 448,1**	**2,1**	**6,6**	**1 678,3**	**1 673,1**	**1 582,3**	**1 671,0**	**1 698,4**	**1 737,5**	**2,3**	**3,5**
Norte	**1 362,5**	**1 374,6**	**1 307,1**	**1 404,7**	**1 467,1**	**1 478,4**	**0,8**	**8,5**	**1 701,9**	**1 702,4**	**1 619,3**	**1 719,7**	**1 770,1**	**1 802,9**	**1,9**	**5,9**
Alto Minho	1 491,0	1 496,9	1 421,5	1 501,8	1 574,1	1 564,9	-0,6	5,0	1 734,5	1 757,1	1 674,4	1 725,4	1 830,9	1 800,8	-1,6	3,8
Cávado	1 404,1	1 463,4	1 398,9	1 490,5	1 526,6	1 550,5	1,6	10,4	1 726,1	1 731,4	1 677,8	1 788,6	1 840,9	1 887,3	2,5	9,3
Ave	1 337,3	1 403,6	1 342,2	1 455,1	1 507,9	1 540,8	2,2	15,2	1 823,9	1 779,3	1 671,3	1 815,8	1 843,6	1 882,8	2,1	3,2
Área Metropolitana do Porto	1 354,9	1 361,5	1 285,5	1 393,4	1 465,4	1 467,2	0,1	8,3	1 687,4	1 687,8	1 599,9	1 705,5	1 760,9	1 794,9	1,9	6,4
Alto Tâmega	1 279,2	1 306,7	1 466,2	1 536,9	1 547,2	1 591,2	2,8	24,4	1 410,5	1 681,8	1 759,4	1 804,1	1 871,7	1 901,5	1,6	34,8
Tâmega e Sousa	1 275,9	1 314,1	1 277,4	1 370,7	1 403,8	1 432,4	2,0	12,3	1 570,7	1 651,5	1 610,4	1 694,6	1 730,9	1 759,5	1,7	12,0
Douro	1 376,8	1 398,3	1 329,7	1 386,6	1 447,0	1 482,0	2,4	7,6	1 716,5	1 707,9	1 627,5	1 735,9	1 753,2	1 801,5	2,8	5,0
Terras de Trás-os-Montes	1 374,9	1 332,5	1 283,3	1 340,1	1 377,3	1 410,7	2,4	2,6	1 836,1	1 762,2	1 650,5	1 707,7	1 728,3	1 782,0	3,1	-3,0
Centro	**1 381,8**	**1 407,7**	**1 349,9**	**1 419,4**	**1 443,2**	**1 474,6**	**2,2**	**6,7**	**1 720,1**	**1 724,9**	**1 592,1**	**1 692,7**	**1 709,8**	**1 740,8**	**1,8**	**1,2**
Região de Aveiro	1 395,4	1 402,4	1 390,4	1 461,7	1 467,2	1 504,7	2,6	7,8	1 743,6	1 766,8	1 571,5	1 734,2	1 721,4	1 779,3	3,4	2,0
Região de Coimbra	1 352,5	1 361,8	1 293,6	1 383,7	1 401,3	1 436,6	2,5	6,2	1 579,6	1 556,3	1 461,3	1 549,8	1 568,9	1 621,4	3,4	2,7
Região de Leiria	1 422,6	1 437,6	1 324,0	1 400,0	1 447,4	1 486,7	2,7	4,5	1 885,1	1 799,1	1 719,0	1 770,2	1 825,7	1 776,3	-2,7	-5,8
Viseu Dão Lafões	1 340,6	1 421,8	1 304,7	1 368,3	1 395,9	1 391,9	-0,3	3,8	1 740,9	1 751,6	1 630,7	1 656,8	1 704,2	1 696,5	-0,5	-2,6
Beiras e Serra da Estrela	1 300,0	1 343,8	1 267,8	1 308,2	1 346,3	1 370,7	1,8	5,4	1 518,3	1 572,2	1 472,8	1 525,4	1 559,3	1 575,2	1,0	3,8
Beira Baixa	1 395,1	1 386,7	1 320,5	1 410,1	1 396,7	1 443,9	3,4	3,5	1 759,4	1 691,8	1 640,0	1 678,3	1 668,8	1 711,1	2,5	-2,7
Oeste	1 443,5	1 475,9	1 404,0	1 486,7	1 518,0	1 545,5	1,8	7,1	1 711,8	1 735,1	1 632,1	1 733,2	1 754,3	1 790,7	2,1	4,6
Médio Tejo	1 374,6	1 415,3	1 349,7	1 404,5	1 470,6	1 512,9	2,9	10,1	1 735,1	1 725,0	1 658,1	1 735,0	1 788,6	1 834,4	2,6	5,7
Área Metropolitana de Lisboa	**1 355,2**	**1 367,9**	**1 300,4**	**1 361,1**	**1 373,0**	**1 418,1**	**3,3**	**4,6**	**1 646,2**	**1 620,2**	**1 548,5**	**1 624,8**	**1 636,4**	**1 687,3**	**3,1**	**2,5**
Alentejo	**1 325,3**	**1 337,1**	**1 273,2**	**1 349,8**	**1 371,3**	**1 403,7**	**2,4**	**5,9**	**1 650,1**	**1 679,8**	**1 584,5**	**1 655,7**	**1 687,3**	**1 717,4**	**1,8**	**4,1**
Alentejo Litoral	1 233,7	1 224,8	1 191,2	1 225,5	1 272,4	1 312,9	3,2	6,4	1 566,2	1 546,1	1 503,8	1 500,5	1 548,4	1 589,2	2,6	1,5
Alto Alentejo	1 313,2	1 319,0	1 234,7	1 306,7	1 354,2	1 385,6	2,3	5,5	1 582,7	1 657,4	1 520,2	1 613,9	1 675,2	1 721,9	2,8	8,8
Alentejo Central	1 331,6	1 341,2	1 284,2	1 380,0	1 416,4	1 456,4	2,8	9,4	1 674,1	1 676,5	1 610,9	1 687,0	1 744,4	1 796,0	3,0	7,3
Baixo Alentejo	1 360,6	1 376,8	1 304,6	1 377,5	1 388,7	1 412,6	1,7	3,8	1 628,1	1 716,0	1 596,3	1 648,6	1 684,0	1 728,3	2,6	6,2
Lezíria do Tejo	1 334,9	1 358,7	1 297,9	1 383,7	1 371,6	1 399,2	2,0	4,8	1 730,0	1 723,0	1 629,4	1 727,5	1 706,3	1 688,2	-1,1	-2,4
Algarve	**1 277,1**	**1 277,8**	**1 221,6**	**1 287,3**	**1 313,2**	**1 350,2**	**2,8**	**5,7**	**1 552,8**	**1 533,0**	**1 481,8**	**1 540,9**	**1 564,6**	**1 600,3**	**2,3**	**3,1**
Região Autónoma dos Açores	**1 224,3**	**1 243,9**	**1 193,8**	**1 283,5**	**1 309,7**	**1 357,9**	**3,7**	**10,9**	**1 642,0**	**1 642,9**	**1 639,7**	**1 658,1**	**1 698,0**	**1 748,6**	**3,0**	**6,5**
Região Autónoma da Madeira	**1 186,2**	**1 174,3**	**1 120,3**	**1 180,2**	**1 219,4**	**1 261,8**	**3,5**	**6,4**	**1 594,6**	**1 451,0**	**1 387,7**	**1 461,7**	**1 512,6**	**1 553,9**	**2,7**	**-2,6**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.* ***Notas:*** *Ver Quadro 10.3.*

Gráfico 11.10 Remunerações e variação nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, abril 2017

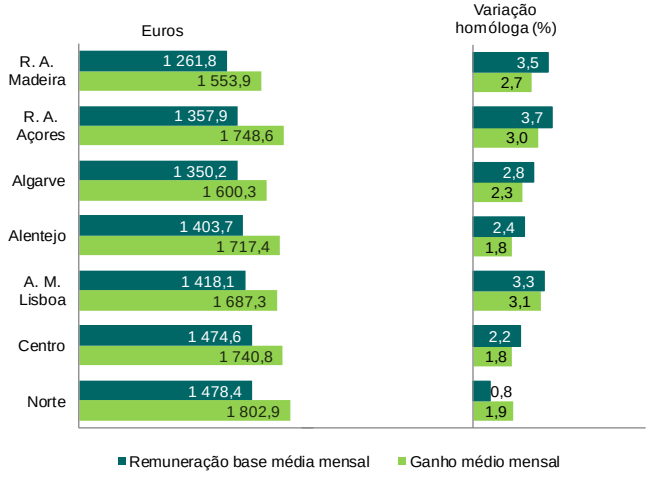
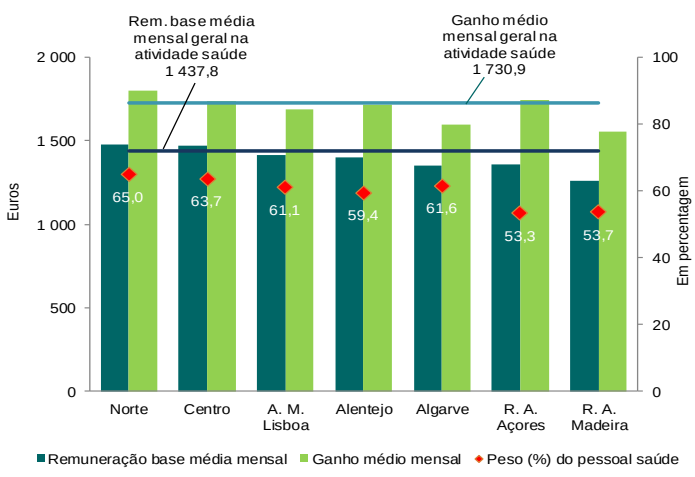


Gráfico 11.11 Remunerações dos estabelecimentos de saúde por NUTS II, abril 2017



12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS

A 30 de junho de 2017, as câmaras municipais apresentam uma dimensão média de emprego de 312 trabalhadores, valor com o máximo na Área Metropolitana de Lisboa e mínimos no Douro, na Região Autónoma dos Açores, na Beira Baixa e no Alto Alentejo (Quadro 12.1). De notar que apesar da elevada dimensão média das câmaras municipais na Área Metropolitana de Lisboa (1 408,1 trabalhadores em média) o emprego nas câmaras municipais por mil residentes desta região situa-se ainda assim abaixo da média nacional (Quadro 12.1 e Gráficos da página seguinte).

Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 30 junho 2017

	Câmaras Municipais (N.º)	Rep. poder legislativo e orgãos executivos	Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Polícia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(11)/(1)	(13)
Portugal	**308**	**1 163**	**2 430**	**18 755**	**1 407**	**23 165**	**45 499**	**1 448**	**2 095**	**140**	**96 102**	**312,0**	**9,3**
Continente	**278**	**1 065**	**2 316**	**18 260**	**1 346**	**22 072**	**42 105**	**1 422**	**1 896**	**140**	**90 622**	**326,0**	**9,3**
Norte	**86**	**340**	**790**	**5 141**	**436**	**6 281**	**12 393**	**516**	**460**	**33**	**26 390**	**306,9**	**7,4**
Alto Minho	10	33	58	415	40	567	1 169	0	53	0	**2 335**	233,5	-
Cávado	6	23	79	439	37	514	993	42	88	12	**2 227**	371,2	-
Ave	8	35	76	491	38	688	1 253	94	0	1	**2 676**	334,5	-
Área Metropolitana do Porto	17	90	353	2 367	198	2 610	4 688	317	318	15	**10 956**	644,5	-
Alto Tâmega	6	20	35	210	21	260	690	9	0	0	**1 245**	207,5	-
Tâmega e Sousa	11	46	77	547	33	688	1 372	53	0	1	**2 817**	256,1	-
Douro	19	60	66	441	41	607	1 259	1	1	2	**2 478**	130,4	-
Terras de Trás-os-Montes	9	33	46	231	28	347	969	0	0	2	**1 656**	184,0	-
Centro	**100**	**359**	**497**	**3 884**	**295**	**4 947**	**9 812**	**78**	**262**	**5**	**20 139**	**201,4**	**9,0**
Região de Aveiro	11	43	79	530	47	679	999	14	0	0	**2 391**	217,4	-
Região de Coimbra	19	69	108	874	52	1 015	1 974	48	126	2	**4 268**	224,6	-
Região de Leiria	10	38	53	360	22	482	859	0	63	0	**1 877**	187,7	-
Viseu Dão Lafões	14	49	45	371	37	593	1 407	16	32	0	**2 550**	182,1	-
Beiras e Serra da Estrela	15	51	49	594	38	599	1 451	0	0	0	**2 782**	185,5	-
Beira Baixa	6	19	20	145	14	215	481	0	0	0	**894**	149,0	-
Oeste	12	44	80	513	37	750	1 485	0	2	1	**2 912**	242,7	-
Médio Tejo	13	46	63	497	48	614	1 156	0	39	2	**2 465**	189,6	-
Área Metropolitana de Lisboa	**18**	**108**	**655**	**6 110**	**341**	**6 218**	**10 115**	**821**	**913**	**65**	**25 346**	**1 408,1**	**9,0**
Alentejo	**58**	**200**	**210**	**1 920**	**181**	**2 928**	**6 881**	**0**	**68**	**7**	**12 395**	**213,7**	**17,3**
Alentejo Litoral	5	20	39	303	29	492	1 095	0	0	1	**1 979**	395,8	-
Alto Alentejo	15	52	47	328	26	552	1 246	0	0	0	**2 251**	150,1	-
Alentejo Central	14	48	40	448	49	628	1 763	0	0	3	**2 979**	212,8	-
Baixo Alentejo	13	41	44	398	36	619	1 671	0	0	1	**2 810**	216,2	-
Lezíria do Tejo	11	39	40	443	41	637	1 106	0	68	2	**2 376**	216,0	-
Algarve	**16**	**58**	**164**	**1 205**	**93**	**1 698**	**2 904**	**7**	**193**	**30**	**6 352**	**397,0**	**14,4**
Região Autónoma dos Açores	**19**	**58**	**56**	**224**	**29**	**550**	**1 560**	**26**	**0**	**0**	**2 503**	**131,7**	**10,2**
Região Autónoma da Madeira	**11**	**40**	**58**	**271**	**32**	**543**	**1 834**	**0**	**199**	**0**	**2 977**	**270,6**	**11,8**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); INE - Inquérito ao Emprego 3.ºT 2017 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; Ver IV. Notas Técnicas*

Nota: " - ": Ver sinais convencionais.

NUTS - versão 2013.

Os valores máximos do indicador emprego em câmaras municipais em relação à população residente abrangida (por mil residentes), ao nível de NUTS II, registaram-se nas regiões do Alentejo (17,3) e Algarve (14,4) e o valor mínimo no Norte (7,4).

De salientar que em todas as regiões o maior peso dos trabalhadores na carreira de assistente operacional, em relação às restantes, representa perto de metade do emprego nos municípios (47,3%) (Quadro 12.1 e Gráficos 12.1 a 12.4).

Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 30 junho 2017

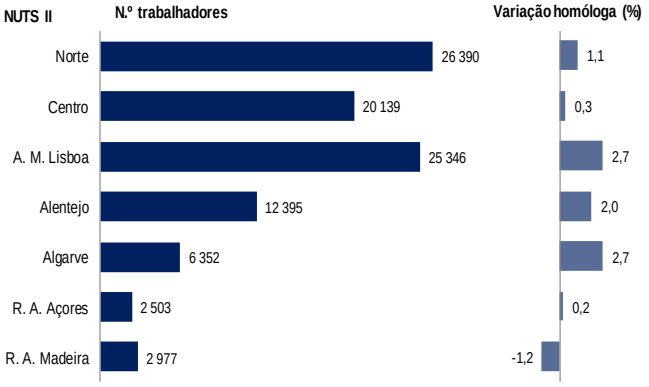
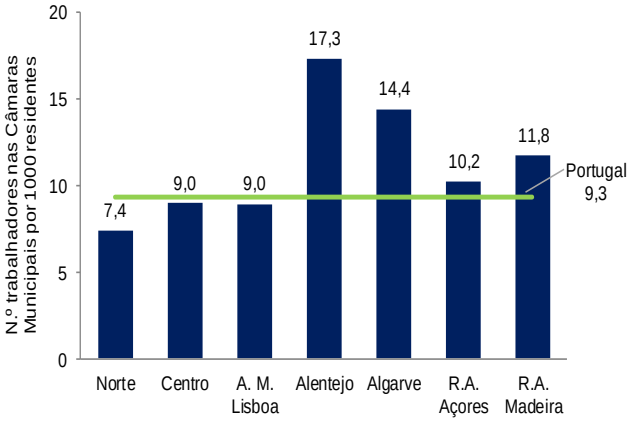


Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais em relação à população residente abrangida, por NUTS II, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.*

Numa análise dos indicadores do primeiro semestre de 2017, face ao mesmo período de 2016, constata-se que o emprego nas câmaras municipais aumentou em todas as regiões, exceto na região da Região Autónoma da Madeira (-1,2%), constatando-se o maior acréscimo nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa e Algarve, ambas com 2,7% (Gráfico 12.1).

No território português, o emprego nas câmaras municipais concentra-se, ao nível de NUTS II, na região Norte, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro (no conjunto, 74,8% do total de emprego das câmaras municipais) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.3).

Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 30 junho 2017

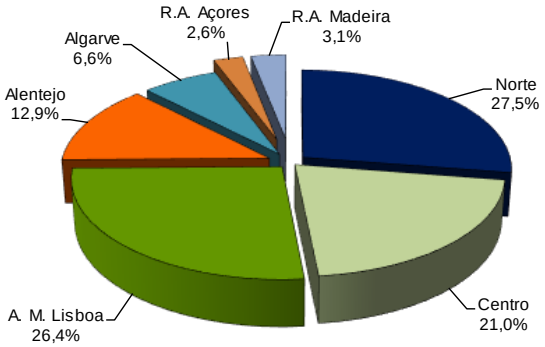
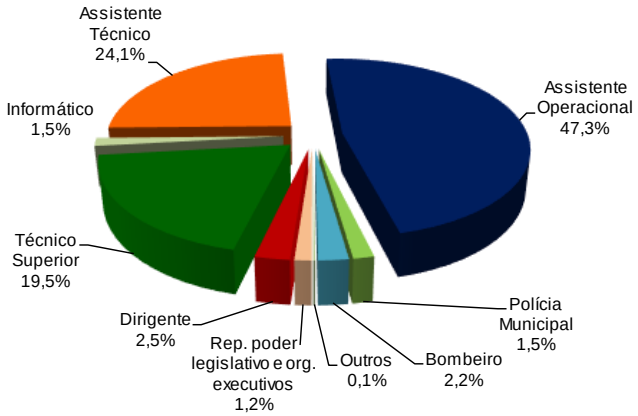


Gráfico 12.4 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 30 junho 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.*

O mês de referência (abril) do primeiro semestre de 2017 caracteriza-se por um ligeiro aumento das remunerações médias mensais dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais em todas as regiões, exceto na Região Autónoma dos Açores. A remuneração média mensal e o ganho médio mensal dos trabalhadores na Área Metropolitana de Lisboa situam-se acima da média nacional essencialmente devido a grande concentração de técnicos superiores nas câmaras municipais desta região (Quadro 12.2 e Gráficos 12.5 e 12.6).

Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS

NUTS II e III	Remuneração base média mensal (€)						Variação (%)		Ganho médio mensal (€)						Variação (%)	
	abril 2012	abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	abr-17/ abr-16	abr-17/ abr-12	abril 2012	abril 2013	abril 2014	abril 2015	abril 2016	abril 2017	abr-17/ abr-16	abr-17/ abr-12
Portugal	**934,0**	**943,4**	**906,4**	**952,3**	**967,8**	**984,4**	**1,7**	**5,4**	**1 071,5**	**1 086,7**	**1 043,7**	**1 096,7**	**1 115,4**	**1 139,4**	**2,2**	**6,3**
Continente	**938,0**	**948,0**	**910,7**	**958,0**	**973,2**	**990,2**	**1,7**	**5,6**	**1 076,2**	**1 091,9**	**1 048,6**	**1 102,8**	**1 121,3**	**1 145,5**	**2,2**	**6,4**
Norte	**944,2**	**948,2**	**914,2**	**959,6**	**978,4**	**999,8**	**2,2**	**5,9**	**1 058,2**	**1 069,8**	**1 032,3**	**1 084,0**	**1 106,9**	**1 131,6**	**2,2**	**6,9**
Alto Minho	910,3	913,5	883,6	919,9	934,2	946,2	1,3	3,9	1 017,6	1 031,5	1 000,0	1 040,2	1 056,9	1 068,6	1,1	5,0
Cávado	978,8	985,3	954,4	997,7	1 020,8	1 045,1	2,4	6,8	1 093,4	1 113,2	1 074,8	1 126,1	1 155,5	1 176,2	1,8	7,6
Ave	915,3	922,9	894,6	943,9	961,3	973,1	1,2	6,3	1 023,8	1 042,5	1 011,4	1 068,5	1 082,5	1 097,8	1,4	7,2
Área Metropolitana do Porto	981,1	980,9	940,2	986,0	1 002,9	1 032,8	3,0	5,3	1 103,3	1 109,6	1 065,8	1 118,3	1 142,8	1 178,3	3,1	6,8
Alto Tâmega	906,2	899,7	867,7	928,1	939,2	958,3	2,0	5,8	1 013,5	1 017,1	977,5	1 040,2	1 052,3	1 075,4	2,2	6,1
Tâmega e Sousa	907,3	919,3	903,4	940,0	972,8	982,0	0,9	8,2	1 015,5	1 030,6	1 010,4	1 054,6	1 086,6	1 099,8	1,2	8,3
Douro	894,8	911,6	869,2	926,2	948,2	971,4	2,5	8,6	1 000,9	1 024,1	977,0	1 037,9	1 063,1	1 089,9	2,5	8,9
Terras de Trás-os-Montes	918,1	915,6	887,9	924,8	934,4	943,1	0,9	2,7	1 022,2	1 025,9	998,2	1 042,0	1 054,7	1 064,5	0,9	4,1
Centro	**908,7**	**919,1**	**887,3**	**936,2**	**946,2**	**965,0**	**2,0**	**6,2**	**1 016,5**	**1 034,9**	**1 001,2**	**1 056,0**	**1 067,6**	**1 088,8**	**2,0**	**7,1**
Região de Aveiro	920,8	931,7	893,5	945,7	959,5	978,1	1,9	6,2	1 045,3	1 060,5	1 019,8	1 079,0	1 098,9	1 114,3	1,4	6,6
Região de Coimbra	899,2	921,7	897,9	941,9	954,0	968,9	1,6	7,8	1 003,7	1 039,1	1 011,9	1 063,9	1 075,1	1 093,8	1,7	9,0
Região de Leiria	853,9	867,3	837,2	883,1	888,8	913,0	2,7	6,9	953,1	978,1	950,7	1 001,2	1 004,8	1 036,8	3,2	8,8
Viseu Dão Lafões	915,7	917,2	884,1	924,5	926,0	941,0	1,6	2,8	1 013,9	1 020,3	988,3	1 033,7	1 037,7	1 058,1	2,0	4,4
Beiras e Serra da Estrela	905,4	917,6	877,7	933,1	940,4	963,9	2,5	6,5	1 005,9	1 026,4	982,6	1 047,7	1 055,6	1 078,3	2,2	7,2
Beira Baixa	882,1	897,2	865,2	923,6	935,7	946,3	1,1	7,3	980,9	1 003,6	970,9	1 031,8	1 041,4	1 058,0	1,6	7,9
Oeste	979,9	982,7	950,3	1 006,3	1 023,0	1 039,1	1,6	6,1	1 088,6	1 104,7	1 068,8	1 127,3	1 148,4	1 163,7	1,3	6,9
Médio Tejo	894,4	902,7	883,4	926,8	936,0	957,4	2,3	7,1	1 003,5	1 017,7	994,5	1 044,3	1 052,3	1 079,9	2,6	7,6
Área Metropolitana de Lisboa	**1 012,7**	**1 020,9**	**969,0**	**1 024,3**	**1 037,8**	**1 050,4**	**1,2**	**3,7**	**1 216,2**	**1 227,3**	**1 157,9**	**1 222,7**	**1 237,4**	**1 266,4**	**2,4**	**4,1**
Alentejo	**854,0**	**873,9**	**849,0**	**884,2**	**901,2**	**913,5**	**1,4**	**7,0**	**967,2**	**997,6**	**974,2**	**1 015,0**	**1 038,5**	**1 054,8**	**1,6**	**9,1**
Alentejo Litoral	879,6	897,1	875,4	884,9	909,4	919,9	1,2	4,6	1 007,0	1 019,5	1 005,1	1 023,4	1 066,8	1 077,0	1,0	7,0
Alto Alentejo	830,3	862,9	832,1	883,3	901,1	915,7	1,6	10,3	936,1	975,2	946,2	1 002,5	1 024,0	1 039,3	1,5	11,0
Alentejo Central	835,8	864,1	848,1	882,8	896,8	902,1	0,6	7,9	948,3	988,9	968,2	1 011,0	1 027,6	1 043,3	1,5	10,0
Baixo Alentejo	835,0	857,1	824,5	850,4	868,2	879,6	1,3	5,3	948,2	983,9	950,9	979,9	1 005,0	1 024,8	2,0	8,1
Lezíria do Tejo	901,7	896,7	873,7	924,9	938,2	960,5	2,4	6,5	1 012,1	1 027,1	1 010,9	1 065,4	1 081,6	1 100,7	1,8	8,8
Algarve	**879,3**	**898,1**	**861,3**	**902,1**	**924,3**	**941,1**	**1,8**	**7,0**	**1 005,5**	**1 015,8**	**983,0**	**1 028,5**	**1 056,6**	**1 080,0**	**2,2**	**7,4**
Região Autónoma dos Açores	**861,4**	**870,1**	**850,3**	**868,3**	**892,9**	**891,1**	**-0,2**	**3,5**	**973,0**	**994,6**	**974,9**	**1 003,9**	**1 028,8**	**1 032,0**	**0,3**	**6,1**
Região Autónoma da Madeira	**869,1**	**866,5**	**830,4**	**856,3**	**869,3**	**888,4**	**2,2**	**2,2**	**1 009,0**	**1 008,4**	**959,9**	**993,2**	**1 011,7**	**1 048,0**	**3,6**	**3,9**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP; NUTS - versão 2013.* **Notas:** Ver Quadro 11.1.

Gráfico 12.5 Remunerações e variação nas câmaras municipais por NUTS II, abril 2017

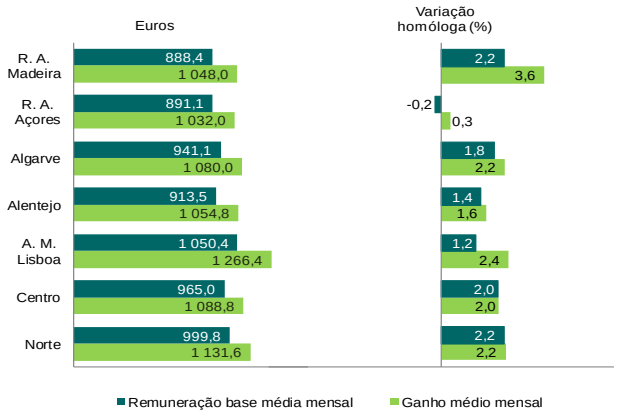
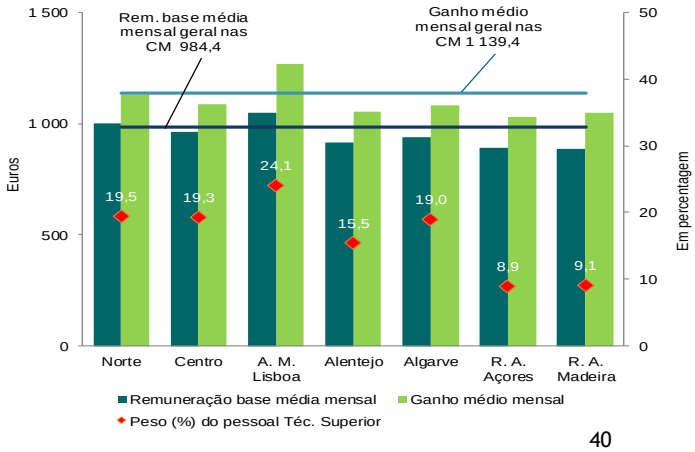


Gráfico 12.6 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, abril 2017



13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado

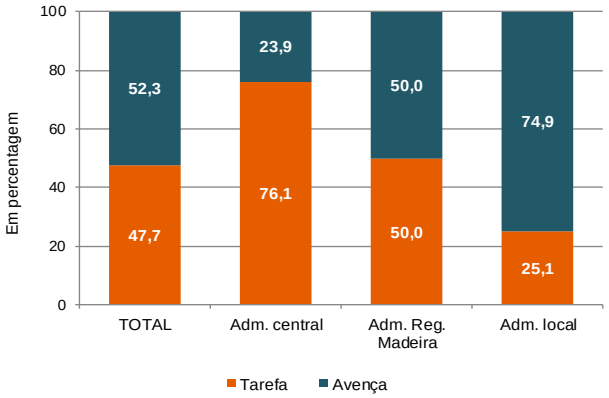
Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração

Unidade: prestadores de serviço

	Distribuição dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços no último dia do semestre (N.º)						Variação 30jun17 / 31dez16	Distribuição dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços no semestre (N.º)						Variação 1.ºsem.2017 / 2.ºsem.2016
	31 dez 2016			30 jun 2017				2.º semestre 2016			1.º semestre 2017			
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.º	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.º
TOTAL	7 276	8 043	15 319	8 212	8 121	16 333	1 014	12 611	9 146	21 757	10 775	11 807	22 582	825
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5 519	2 323	7 842	6 345	2 313	8 658	816	8 224	2 440	10 664	7 606	2 383	9 989	-675
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	9	94	103	71	123	194	91	29	94	123	78	126	204	81
Presidência do Conselho de Ministros	489	15	504	337	14	351	-153	519	19	538	364	15	379	-159
Ministério da Administração Interna	15	122	137	11	135	146	9	17	125	142	12	136	148	6
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	19	23	42	17	6	23	-19	20	24	44	19	6	25	-19
Ministério do Ambiente	1	3	4	1	0	1	-3	1	3	4	1	0	1	-3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	376	196	572	393	185	578	6	1 778	212	1 990	1 221	205	1 426	-564
Ministério da Cultura	0	36	36	3	25	28	-8	0	75	75	3	34	37	-38
Ministério da Defesa Nacional	9	381	390	1	400	401	11	9	385	394	1	407	408	14
Ministério da Economia	0	476	476	0	320	320	-156	0	476	476	0	320	320	-156
Ministério da Educação	247	83	330	191	106	297	-33	299	106	405	242	110	352	-53
Ministério das Finanças	0	3	3	0	3	3	0	0	3	3	0	4	4	1
Ministério da Justiça	38	238	276	52	255	307	31	42	238	280	61	260	321	41
Ministério do Mar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	146	73	219	146	73	219	0	149	74	223	147	73	220	-3
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	3	2	5	3	1	4	-1	3	2	5	3	1	4	-1
Ministério da Saúde	275	260	535	319	345	664	129	280	278	558	398	357	755	197
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	3 892	318	4 210	4 800	322	5 122	912	5 078	326	5 404	5 056	329	5 385	-19
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	1 757	5 720	7 477	1 867	5 808	7 675	198	4 387	6 706	11 093	3 169	9 424	12 593	1 500
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	4	8	12	8	7	15	3	9	8	17	9	9	18	1
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1 753	5 712	7 465	1 859	5 801	7 660	195	4 378	6 698	11 076	3 160	9 415	12 575	1 499

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*
Notas: (i) Inclui tribunais; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República.
Inclui administração direta e indireta; não inclui sector empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Serviços Autónomos da Administração Autárquica.

Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 1º semestre 2017



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*

Os prestadores de serviços contabilizados no último dia do primeiro semestre de 2017 registaram um aumento de 6,6% quando comparados com o final do 2.º semestre de 2016. Este acréscimo é particularmente relevante no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (mais 912, correspondendo a uma variação de 21,7%) e no Ministério da Saúde (mais 129, correspondente a 24,1%) (Quadro 13.1).

No 1.º semestre de 2017, 52,3% do total de contratos de prestações de serviços foram celebrados na modalidade de avença, em resultado do impacto do peso desta modalidade de prestação de serviços nas entidades da administração local (Gráfico 13.1).

A grande maioria dos prestadores de serviços (89,6%) exercem a sua atividade em entidades enquadradas na atividade Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória (Secção O) (Quadro 13.2).

Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica

Unidade: prestadores de serviço

Secção	CAE Rev.3	Distribuição segundo a modalidade de prestação de serviços no último dia do semestre (N.º)						Estrutura %		Variação 30jun17 / 31dez16	
		31 dez 2016			30 jun 2017						
		Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	dez 16	jun 17	N.º	%
	Total	7 276	8 043	15 319	8 212	8 121	16 333	100,0	100,0	1 014	6,6
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	6 390	7 508	13 898	7 335	7 296	14 631	90,7	89,6	733	5,3
P	Educação	603	197	800	553	185	738	5,2	4,5	-62	-7,8
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	283	310	593	322	626	948	3,9	5,8	355	59,9
Outras	Outras atividades (a)	0	28	28	2	14	16	0,2	0,1	-12	-42,9

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-11-2017); DGAEP/DEEP*
Notas: (a) indústrias transformadoras; atividades de consultoria, científicas e técnicas; atividades administrativas e dos serviços de apoio; e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.

IV. NOTAS TÉCNICAS

NOTAS SOBRE O UNIVERSO E FONTES

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do sector empresarial do Estado e dos sectores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas. O universo de entidades do SIOE é definido e tem como fonte os dados fornecidos pelo INE/DCN.

O presente BOEP n.º 17 (dezembro 2017), inclui a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo definidas pelo INE, I.P. na aplicação do novo referencial metodológico introduzido pelo *Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010* ***(SEC 2010)***, de utilização obrigatória em todos os Estados Membros da União Europeia a partir de setembro de 2014, por força do ***Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013***. O SEC 2010 está em linha, nos aspetos fundamentais, com o Sistema de Contas Nacionais 2008 (SCN 2008) das Nações Unidas, o que garante a harmonização internacional dos métodos utilizados e a comparabilidade dos resultados entre regiões, países ou áreas geográficas.

Outras informações no INE, I.P. em: Contas Nacionais SEC2010 e no Destaque referente a "*Procedimento dos Défices Excessivos (2.ª Notificação de 2014)*" de 30 de setembro de 2014, em http://www.ine.pt.

Na presente edição do BOEP, o universo de entidades é consistente com a lista de entidades que integram o sector das administrações públicas publicada pelo INE, I.P. em setembro de 2017, bem como com informação das contas nacionais sobre as entidades que integram os subsectores das sociedades não financeiras e financeiras públicas, da qual resultam os dados e indicadores para toda a série, desde o 4.º trimestre 2011, publicados na SIEP 3.º trimestre 2017 e respetivo ficheiro Excel.

A recolha de dados trimestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo de entidades públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, sendo objeto da informação e dos indicadores estatísticos que integram os capítulos:

Capítulo I - Administrações públicas

Capítulo II – Entidades do sector público, exceto administrações públicas

Capítulo III – Outros indicadores

A informação é obtida por recolha *online*.

Capítulo I – Administrações públicas

Administrações públicas: o sector das administrações públicas inclui as unidades institucionais (entidades) que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e coletivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros sectores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional *(SEC 2010, §2.111 e seguintes)*.

Aplicação no contexto das publicações do DEEP: Para efeitos das estatísticas do emprego público, o **sector das Administrações Públicas** compreende as entidades incluídas nos subsectores do Quadro 14.1, de acordo com a sectorização e o universo 2014 definido pelo INE/DCN:

Quadro 14.1 As Administrações Públicas e os seus subsectores

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (exceto fundos de segurança social)		Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados do Estado)
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que são produtores não mercantis e são controladas por unidades da administração central
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (exceto fundos de segurança social)	Administrações regionais dos Açores e da Madeira	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades da Administração regional e com impostos que lhes estejam eventualmente consignados.
	Administração local	Distritos	Assembleias distritais
		Municípios	Câmaras municipais
		Freguesias	Juntas de freguesia
		Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das Autarquias Locais e com impostos e taxas locais que lhes estejam eventualmente consignados.
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL		Fundos de Segurança Social da administração central	Inclui todas as unidades institucionais centrais e regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais.
		Fundos de Segurança Social das administrações regionais dos Açores e Madeira	

Fontes: INE, IP; Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013

Capítulo II – Entidades do sector público, exceto administrações públicas

O sector público agrupa as administrações públicas (capítulo I da SIEP) e as sociedades públicas (capítulo II da SIEP); estas podem ser sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas, incluindo o banco central. Todas as unidades institucionais incluídas no sector público são unidades residentes controladas pelas administrações públicas, quer direta, quer indiretamente, por unidades do sector público agregado.

O controlo de uma entidade é definido como a capacidade de determinar a política geral dessa entidade. A distinção entre uma unidade do sector público que faça parte das administrações públicas e uma sociedade pública é determinada pelo teste mercantil/não mercantil. As unidades não mercantis do sector público são classificadas em administrações públicas e as unidades mercantis do sector público são classificadas como sociedades públicas, com exceção de certas instituições financeiras que supervisionam ou servem o setor financeiro, que são classificadas como sociedades financeiras independentemente de serem mercantis ou não mercantis.

A forma jurídica de um organismo não é indicativa da sua respetiva classificação sectorial. Por exemplo, algumas sociedades do sector público juridicamente constituídas podem ser unidades não mercantis, sendo, portanto, classificadas como administrações públicas e não como sociedades públicas *(SEC 2010, § 20.303 e seguintes)*.

Quadro 14.2 O sector público e os seus subsectores

(unidades sob o controlo das administrações públicas)

Administrações públicas	Administração central (exceto fundos de segurança social) Administração regional e local (exceto fundos de segurança social) Fundos de segurança social
Sociedades não financeiras públicas	Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração central Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional dos Açores Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional da Madeira Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração local
Sociedades financeiras públicas	Instituições financeiras monetárias públicas, incluindo o banco central Outras sociedades financeiras públicas (*)

(*) Outros intermediários financeiros, auxiliares financeiros, sociedades de seguros e fundos de pensões públicos

Fonte: *Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013; §20.304, pág. 483; DGAEP/DEEP*

Para a evolução dos indicadores de emprego e remunerações no conjunto das **sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas**, é de realçar em particular o impacto no indicador referente às empresas detidas pela administração central por efeito da conclusão de processos de privatização, com consequente saída do universo do sector público das empresas e respetivas participadas indicadas na caixa seguinte.

Empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central: resumo de entradas e saídas de entidades com maior impacto no emprego

Ano / Trimestre	Data	Entidade
2013/T1	16/01/2013	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3	17/09/2013	Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
2013/T4	05/12/2013	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T2	15/05/2014	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
2014/T2	03/06/2014	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T3	03/08/2014	Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
2015/T3	28/07/2015	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
2015/T4	30/09/2015	Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
2015/T4	24/11/2015	Saída da Neovalor - Serviços em Ambiente e Saúde, S.A.
2015/T4	20/12/2015	Entrada de empresas do Grupo BANIF
2016/T1	21/01/2016	Saída CPCARGA - Logistica e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
2017/T2	29/06/2017	Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP – Síntese Estatística do Emprego Público – SIEP 3.º trimestre 2017

Dados sobre mercado de trabalho: INE – Inquérito ao emprego 3.º trimestre de 2017 (Hiperligação: *http://www.ine.pt/*).

Dados sobre remunerações e PIB:

INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional – (nova série, com ano base 2011). O valor do trimestre é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no trimestre. *(Hiperligação: http://www.ine.pt/)*

EUROSTAT – Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components – current prices).

(Hiperligação: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database).

População residente e População ativa 2.º trimestre de 2017: Estrutura etária e Idade média estimadas a partir de INE - Inquérito ao emprego 3.º trimestre de 2017 e dos Censos 2011 (Hiperligação: *http://www.ine.pt/*).

NOTAS SOBRE REMUNERAÇÕES

Ao longo da série, associado ao impacto de medidas de reorganização administrativa em todos os subsetores das administrações públicas e à variação do número de trabalhadores, a remuneração base média mensal e o ganho médio mensal no sector, desde outubro 2011, têm apresentado variações por efeito da aplicação de diferentes medidas de política de reduções remuneratórias, em particular e considerando os meses de referência de recolha de dados no SIOE (janeiro, abril, julho e outubro):

i) De **janeiro de 2011** a **outubro 2013**, as remunerações ilíquidas mensais acima de 1 500€ sofreram uma redução entre 3,5% e 10%, dependendo do valor total da remuneração mensal do trabalhador;

ii) Em **janeiro** e **abril de 2014**, as remunerações respetivas incluem a redução remuneratória prevista no art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro (LOE 2014): uma redução entre 2,5% e 12% para as remunerações acima de 675€ (a maior e mais abrangente redução);

iii) Em **julho 2014**, o valor das remunerações corresponde à remuneração ilíquida mensal sem quaisquer reduções pela aplicação do Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional (declaração de inconstitucionalidade das normas constantes no art.º 33.º da LOE 2014);

iv) Em **outubro de 2014** encontravam-se repostas as reduções salariais referidas entre 2011 e 2013, na aplicação da Lei 75/2014, de 12 de setembro; por outro lado, os trabalhadores abrangidos pela Retribuição Mensal Mínima Garantida (RMMG) tiveram uma atualização de 20€ na remuneração de base (DL 144/2014, de 30/09);

v) Durante **todo o ano de 2015**, na aplicação da mesma Lei n.º 75/2014, o valor das remunerações acima de 1 500€ inclui a reversão da redução remuneratória em 20%.

vi) Em 2016, nos termos da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014 será progressivamente eliminada ao longo do ano, com reversões trimestrais. No 1.º trimestre de 2016 é aplicada uma reversão de 40% da redução remuneratória nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro até 31 de março, no 2.º trimestre de 2016 uma reversão de 60% da redução remuneratória a partir de 1 de abril até 30 de junho, no 3.º trimestre do ano, a partir de 1 de julho, uma reversão da redução remuneratória de 80% e no 4.º trimestre do ano, a partir de 1 de outubro, a eliminação completa da redução remuneratória.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31/12, atualizou o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), a qual passou de 505€ para 530€, a partir do primeiro dia do ano de 2016 e na Região Autónoma dos Açores o valor fixou-se em 556,5€, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março.

vii) A partir **de 1 de janeiro de 2017**, o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) foi atualizado para 557€, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 30 de dezembro. Na Região Autónoma da Madeira foi fixado em 568,14€, através da Resolução n.º 13/2017, de 16 de janeiro de 2017 e na Região Autónoma dos Açores o valor fixou-se em 584,85€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março. O valor do subsídio de refeição foi atualizado para 4,52€ a partir de 1 de janeiro de 2017 até julho, inclusive.

TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

1. A validação da informação reportada no SIOE é efetuada através dos seguintes procedimentos para todos os níveis das administrações públicas para as diferentes variáveis de recolha:

- Análise da evolução temporal dos resultados – estudo de tendência no trimestre/semestre/homólogo;
- Controlo de *outliers* – análise/validação dos valores anómalos registados; e,
- Contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.

2. A estimação da informação em falta ou incompleta no SIOE foi feita com os dados do trimestre/semestre seguinte mais próximo por substituição.

3. A política de revisões tem por objetivo definir as linhas orientadoras e os princípios que devem ser tidos em conta na revisão de resultados já divulgados. A necessidade de proceder a revisões reflete o compromisso que se pretende estabelecer entre, por um lado, a produção de informação estatística o mais atual possível e, por outro, garantir padrões elevados de precisão e rigor.
As revisões são um procedimento inerente ao processo de produção e divulgação de estatísticas. A necessidade de revisão dos dados pode ser originada por: i) uma atualização do universo de entidades e a correspondente atualização dos indicadores de emprego; ii) nova informação sobre os dados de emprego recolhidos relativamente a períodos passados que não foi possível integrar a tempo da sua divulgação anterior; iii) correções dos dados anteriormente reportados pelas entidades.

CONCEITOS

Atividade económica: Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada – Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que potencialmente estão a entrar e os que estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho: número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços: Contrato de prestação de serviços conforme previsto no artigo 10º do Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa – quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença – quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração base: (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com carácter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Ganho (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios ou suplementos regulares, bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período normal de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na entidade/empresa para a respetiva carreira ou na respetiva profissão.

Taxa de feminização = N.º de trabalhadores do sexo feminino / Total de trabalhadores X 100.

Ver também *Glossário de Termos Estatísticos* e *Documento Metodológico em:* Metodologias, conceitos e nomenclaturas

CLASSIFICAÇÕES

Classificação portuguesa das atividades económicas (CAE Rev. 3) - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE Rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos – V03503, versão de 2013 (Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, publicado no JO L 241 de 13 de agosto. Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, publicado no JO L 154, de 21 de junho de 2003. (Hiperligação: *http://www.ine.pt/*)

Índice de quadros e gráficos

Gráfico 1.1 Emprego no sector das administrações públicas 5
Gráficos 1.2 Emprego nas administrações públicas - variação homóloga no final do semestre 5
Gráfico 1.3 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados 6
Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 30 junho / 2.º trimestre 2017 6
Gráfico 1.4 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada 6
Gráfico 1.5 Taxa de feminização no sector público (administrações públicas e sociedades públicas) em Portugal e países da OCDE 7
Gráfico 1.6 Estrutura por grupos etários dos trabalhadores na administração central em Portugal e países da OCDE, 2015 (*) 7
Gráfico 1.7 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 30 junho / 2.º trimestre 2017 7
Gráfico 1.8 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 30 junho / 2.ºtrimestre 2017 7
Gráfico 1.9 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 2.º trimestre 2017 (ano terminado no trimestre) 8
Gráfico 1.10 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre) 8
Gráfico 1.11 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre) 8
Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 30 junho 2017 9
Gráfico 2.1.1 Estrutura etária por níveis de administração 9
Gráfico 2.1.2 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem Forças Armadas e de Segurança 9
Gráfico 2.1.3 Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005 e junho 2014 a junho 2017 10
Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, ministério e sexo, 30 junho 2017 10
Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem Forças Armadas e de Segurança) por sexo a 30 de junho 2017, em comparação com a população ativa no 2.º trimestre 2017 11
Gráfico 2.1.5 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) 11
Gráfico 2.1.6 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) 11
Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2017 12
Gráfico 2.2.1 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 30 junho / 2.º trimestre 2017 12
Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo 13
Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo 13
Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 30 junho 2017 13
Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas 14
Gráfico 3.1.3 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, abril 2017 14
Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, abril 2017 14
Gráfico 3.1.5 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por subsector, abril 2017 14
Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017 15
Gráfico 3.2.1 Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos, 31 dezembro 2011 e 30 de junho 2017 15
Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 30 junho 2017 16
Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 2011 e 2017 16
Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2017 17
Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 30 junho 2017 17
Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, abril 2017 18
Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, abril 2017 18
Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) 19
Gráfico 4.1 Estrutura do emprego nas administrações públicas por CAE, 30 junho 2017 19
Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas por sexo segundo a CAE, 30 junho 2017 19
Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) 20
Gráfico 4.3 Estrutura do emprego na administração central e na administração regional e local, segundo a CAE, 30 junho 2017 20
Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE 21
Gráfico 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - abril 2017 21
Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE 22
Gráfico 4.5 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - abril 2017 22
Quadro 5.1 Trabalhadores portadores de deficiência por subsector, ministério e sexo 23

Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores portadores de deficiência por subsector 23
Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores portadores de deficiência, por subsector, 30 junho 2017 23
Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público 24
Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público 24
Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 30 junho 2017 24
Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, abril 2017 24
Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017 25
Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central e regional da Madeira, 30 junho 2017 25
Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 30 junho 2017 26
Gráfico 7.2 Pirâmide etária dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, 30 junho 2017 26
Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017 26
Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 30 junho 2016 e 2017 27
Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2017 27
Gráfico 8.2 Estrutura por sexo do nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central, 30 junho 2017 27
Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2017 28
Gráfico 8.3 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, 30 junho 2017 28
Gráfico 8.4 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades não financeiras detidas pela administração regional da Madeira, 30 junho 2017 28
Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 2.º trimestre 2017 29
Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE Rev.3, abril 2017 29
Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I 30
Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I 31
Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 30 junho 2017 32
Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 30 junho 2017 33
Gráfico 11.2 Dimensão média nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 30 junho 2016 e 2017 33
Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II, 30 junho 2016 e 2017 33
Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS 34
Gráfico 11.4 Remunerações e variação nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, abril 2017 34
Gráfico 11.5 Remunerações dos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, abril 2017 34
Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 30 junho 2017 35
Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 30 junho 2017 36
Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 30 junho 2017 36
Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 30 junho 2017 36
Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 30 junho 2017 36
Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS 37
Gráfico 11.10 Remunerações e variação nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, abril 2017 37
Gráfico 11.11 Remunerações dos estabelecimentos de saúde por NUTS II, abril 2017 37
Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 30 junho 2017 38
Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 30 junho 2017 39
Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais em relação à população residente abrangida, por NUTS II, 30 junho 2017 39
Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 30 junho 2017 39
Gráfico 12.4 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 30 junho 2017 39
Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS 40
Gráfico 12.5 Remunerações e variação nas câmaras municipais por NUTS II, abril 2017 40
Gráfico 12.6 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, abril 2017 40
Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração 41

Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 1º semestre 2017 41
Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica 41